



*Your complimentary
use period has ended.
Thank you for using
PDF Complete.*

[Click Here to upgrade to
Unlimited Pages and Expanded Features](#)

UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TECNOLOGIA

MÁRCIA ROZANE BALBINOTTI DE LOURENÇO

**A TRAJETÓRIA HISTÓRICA DA EXTENSÃO NA UNIVERSIDADE
TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ**

DISSERTAÇÃO

CURITIBA

2011



NE BALBINOTTI DE LOURENÇO

A TRAJETÓRIA HISTÓRICA DA EXTENSÃO NA UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Tecnologia, do Programa de Pós-Graduação em Tecnologia, Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Área de Concentração: Tecnologia e Interação.

Orientadora: Profa. Dra. Sonia Ana
Charchut Leszczynski

Coorientadora: Profa. Dra. Laíze Márcia
Porto Alegre

CURITIBA

2011

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

L892 Lourenço, Márcia Rozane Balbinotti de
A trajetória histórica da extensão na Universidade Tecnológica
Federal do Paraná / Márcia Rozane Balbinotti de Lourenço. - 2011.
182 f. ; 30 cm

Orientadora: Sonia Ana Charchut Leszczynski.

Coorientadora: Laíze Márcia Porto Alegre.

Dissertação (Mestrado) . Universidade Tecnológica Federal do
Paraná. Programa de Pós-graduação em Tecnologia, Curitiba, 2011.

Bibliografia: f. 150-156.

1. Extensão universitária . História. 2. Universidade Tecnológica
Federal do Paraná . História. 3. Universidades e faculdades .
Administração. 4. Tecnologia . Dissertações. I. Leszczynski, Sonia
Ana Charchut, orient. II. Porto Alegre, Laíze Márcia, coorient. III
Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Programa de Pós-
graduação em Tecnologia. IV. Título.

CDD (22. ed.) 600



Ministério da Educação
Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Diretoria do *Campus* Curitiba
Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação
Programa de Pós-Graduação em Tecnologia



Declaração N° D337e-PPGTE

Dissertação N° 337

A trajetória histórica da extensão na Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Por
Márcia Rozane Balbinotti de Lourenço

Data: 28 de fevereiro de 2011

Horário: 14:00

Sala: C-301

Banca Examinadora:

Prof^ª. Dr^ª. Sonia Ana Charchut Leszczynski (PPGTE- UTFPR) *Orientadora*

Prof^ª. Dr^ª. Laíze Marcia Porto Alegre (PPGTE- UTFPR)

Prof^ª. Dr^ª. Rosa Maria Dalla Costa (UFPR)

Prof^ª. Dr^ª. Sandra de Fátima Batista de Deus (UFRGS)

DECLARAÇÃO

Declaramos para os devidos fins, que **Márcia Rozane Balbinotti de Lourenço** cumpriu todos os requisitos necessários à obtenção do grau de **Mestre em Tecnologia** – Linha de Pesquisa – Tecnologia e Interação, tendo sido sua Dissertação, sob o título: A trajetória histórica da extensão na Universidade Tecnológica Federal do Paraná, apresentada às ___ 14 horas ___ do dia **28 de fevereiro de 2011**, defendida e ___ aprovada ___ pela Banca Examinadora composta por: Prof^ª. Dr^ª. Sonia Ana Charchut Leszczynski (UTFPR), orientadora e presidente da banca; Prof^ª. Dr^ª. Laíze Marcia Porto Alegre (UTFPR); Prof^ª. Dr^ª. Rosa Maria Dalla Costa (UFPR); Prof^ª. Dr^ª. Sandra de Fátima Batista de Deus (UFRGS). O curso de mestrado está credenciado pela CAPES e seu título tem validade nacional. Esta declaração tem validade de 60 dias a contar da data de defesa.

Curitiba, 28 de fevereiro de 2011.

Prof. Dr. Domingos Leite Lima Filho
Coordenador do PPGTE

Prof. Dr. Domingos Leite Lima Filho
Coordenador do PPGTE



PDF
Complete

*Your complimentary
use period has ended.
Thank you for using
PDF Complete.*

[Click Here to upgrade to
Unlimited Pages and Expanded Features](#)

*Dedico este trabalho
ao meu incentivador, amigo, companheiro de todas as horas,
meu grande amor Ivo Jr.
às minhas valiosas e adoráveis filhas Sophia e Isadora.
à minha amada mãe Graciolina.*

GRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pela vida, pela oportunidade, pelos direcionamentos e pelas bênçãos.

Ao meu esposo Ivo Jr. pelo incentivo em começar, pelo apoio nas dificuldades, pelas ajudas, pelo companheirismo, pelo carinho, simplesmente, por sua presença.

Às minhas filhas Sophia e Isadora, pela compreensão nas ausências, pelo silêncio, pelo beijo carinhoso e pelo olhar de apoio.

À minha mãe Graciolina, por estar sempre ao meu lado... sem ela esse trabalho não seria possível.

À tia Zê (Zelirde) pelo grande apoio e pelas orações.

À Direção da UTFPR ó Campus Pato Branco, pela liberação.

À professora Sonia Ana, por acreditar no trabalho e pela disponibilidade em orientar esta pesquisa.

À professora Laíze, pelos importantes direcionamentos na coorientação deste estudo.

Às professoras Sandra de Deus e Rosa Maria Dalla Costa, membros da banca, pelas importantes considerações.

Aos ex-diretores gerais e reitores pela boa vontade em participar da entrevista: Ricardo Luiz Knesebeck, Ivo Mezzadri, Ataíde Moacyr Ferraza, Artur Antônio Bertol, Paulo Agostinho Aléssio, Eden Januário Netto, Carlos Eduardo Cantarelli e, em especial, Aramis Demeterco, que não mediu esforços na procura de documentos em seus arquivos pessoais, para colaborar com a pesquisa.

À professora Faimara do Rocio Strauhs e ao professor Ivan Canone pelas importantes informações repassadas na entrevista.

À Angela B. Viviurka, por andar comigo nessa caminhada e por sua amizade.

Aos queridos: Deisi Aquemi Yoshida, Ismael Scheffler, prof^o Herivelto Moreira, Prof^a Selma Suely Teixeira, Cleonice Pirolla, Carlos Eduardo Lançoni, Gládis Gewehr, Bárbara Backes Ferreira, Ana Gleci Backes Ferreira, Nelson Barros Ferreira Jr e Cláudia Quadros pela valiosa colaboração.

Às amigas queridas Beatrice Michela Fasciana e Mirian Bruder pela companhia alegre e pelos momentos de descontração e desabafos.



Your complimentary
use period has ended.
Thank you for using
PDF Complete.

[Click Here to upgrade to
Unlimited Pages and Expanded Features](#)

A extensão universitária solidifica-se ao aliar a especificidade dos conhecimentos técnicos com a formação cidadã, contribuindo para a emergência de novas gerações de amantes e defensores dos princípios, valores e ideais democráticos, a partir do diálogo contínuo e permanente entre as questões sociais e acadêmicas.

(Adolfo Ignacio Calderón)

RESUMO

LOURENÇO, Márcia Rozane Balbinotti de. A trajetória histórica da extensão na Universidade Tecnológica Federal do Paraná. 2011. 182 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Tecnologia) Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2011.

Este estudo buscou descrever a história da construção da extensão universitária na Universidade Tecnológica Federal do Paraná - UTFPR, mais precisamente a partir de 1.968, ano em que a extensão passou a ser obrigatória nas instituições de ensino superior, por meio da Lei da Reforma Universitária de nº 5.540/68. A instituição então denominada Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná - CEFET-PR foi recentemente transformada em Universidade Tecnológica, porém, desde os seus primórdios realizava atividades com características extensionistas. O objetivo geral deste estudo foi pesquisar sobre o perfil da instituição e o desenvolvimento de suas ações extensionistas. Como seus objetivos giravam em torno da formação profissional, ficou caracterizada pela aproximação com o setor produtivo. Desta forma, o conceito de extensão caracterizou-se pela prestação de serviços. Para apresentar a função da extensão e sobre o relacionamento da universidade com a sociedade, buscaram-se os aportes teóricos de Fávero (1977), Rocha (1980), Gurgel (1986), Cunha (1988), Loureiro (1990), Durhan (1993), Fazenda (1993), Wolff (1993), Buarque (1994), Souza Santos (1996), Thiollent (2000), Botomé (2001), Faria (2001), Melo Neto (2001), Freire (2002), Toscano (2006), bem como, documentos do Fórum Nacional dos Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, principalmente o Plano Nacional de Extensão (2000/2001). Neste estudo, foi realizado um levantamento documental no Departamento de Documentação Histórica - DEDHIS e na Biblioteca da UTFPR, em busca de informações e ações de extensão realizadas pela universidade. A história da extensão na UTFPR a partir de 1968 foi registrada também, por meio de entrevistas com todos os diretores da instituição antes da transformação em universidade e os reitores, a partir de 2005. Constatou-se que nas gestões pesquisadas foram desenvolvidas inúmeras atividades de extensão, mesmo estas nem sempre serem entendidas como extensionistas. Identificou-se a preocupação da instituição no relacionamento com as empresas e, com isso, a consequente realização de atividades e projetos voltados para o setor produtivo sob a forma de prestação de serviços. Destaca-se o incentivo às atividades artístico-culturais na gestão compreendida entre 1972/1984; e a ênfase na pesquisa voltada a projetos tecnológicos na gestão de 1988/1992. A palavra extensão começa a aparecer com maior frequência a partir da segunda metade da década de noventa, assim como, a ênfase na prestação de serviços com o objetivo de arrecadação financeira. As atividades extensionistas ganham maior destaque a partir do ano 2.000 com as discussões sobre a transformação em universidade tecnológica, tanto que a instituição passa a fazer parte, em 2002, do FORPROEXT. Em 2005 ocorre a transformação de Centro Federal de Educação Tecnológica em Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Devido à transformação, a UTFPR encontra-se em fase de construção de sua identidade, apresentando um projeto voltado ao ensino, à pesquisa e à extensão. Desta forma pretendeu-se com esta pesquisa, aprofundar e difundir o conceito de extensão da universidade, gerar a discussão sobre o seu papel e apresentar as ações extensionistas da UTFPR, promovendo assim a sua divulgação.

Palavras-chave: Extensão Universitária. UTFPR. Gestão.



ABSTRACT

LOURENÇO, Márcia Rozane Balbinotti de. The history of extension in the Federal Technological University of Paraná. 182 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Tecnologia) Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2011.

This study sought to describe the history of the university extension in the Federal University of Technology - Parana - UTFPR, more precisely from 1968, the year that the extension was made mandatory in the higher education institutions, by the Law of University Reform No. 5540/68. The institution then known as the Paraná Federal Center of Technological Education - CEFET-PR has been recently transformed into a University of Technology, however, since its early days because of its operational characteristics had extension as part of its activities. The aim of this study was to research the profile of the institution and the development of their extension activities. As Institutional goals revolved around training, was characterized by closer ties with the productive sector. Thus, the concept of extension was characterized by the provision of services. In order to present the aims of extension and the university relation with society, the following researchers were used Fávero (1977), Rocha (1980), Gurgel (1986), Cunha (1988), Loureiro (1990), Durhan (1993), Fazenda (1993), Wolff (1993), Buarque (1994), Souza Santos (1996), Thiollent (2000), Botomé (2001), Faria (2001), Melo Neto (2001), Freire (2002), Toscano (2006), as well as, documents of Fórum Nacional dos Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, mainly the Plano Nacional de Extensão (2000/2001). In this study, a documentary survey was made at the Department of Historical Documentation - DEDHIS and the Library of UTFPR in search of information and extension actions taken by the university. The history of the extent UTFPR from 1968 was also recorded through interviews with all directors of the institution before the transformation into a university and rectors from 2005. Among the university administration surveyed several extension activities were developed, although not always be understood as activities of extension. It was identified the institution concern for the relationship with companies and, therefore, the consequent make an effort of activities and projects for the productive sector in way of provision of services. Worth mentioning is the incentive the artistic and cultural activities in the management understood between 1972/1984, and the emphasis on research projects aimed at technology in the management of 1988/1992. The word "extension" begins to appear with increasing frequency from the second half of the nineties, as well as the emphasis on services with the aim of rising financial support. The extension activities earn higher consideration from the year 2000 with the discussions on the transformation into a university of technology, so that institution is a part, in 2002, the FORPROEXT. In 2005, take place the transformation of Centro Federal de Educação Tecnológica (Federal Center of Technological Education) into Universidade Tecnológica Federal do Paraná (Federal University of Technology ó Paraná). Because of the conversion into a university, UTFPR is undergoing construction of its identity by presenting a project aimed at teaching, research and extension. It was projected with this research, strengthen and enlarge the concept of university extension, to generate discussion about their role and present the extension activities of UTFPR, thus promoting their dissemination.

Keywords: University Extension. UTFPR. Management.



Your complimentary
use period has ended.
Thank you for using
PDF Complete.

[Click Here to upgrade to
Unlimited Pages and Expanded Features](#)

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 ó Relação de vantagens da transformação em Universidade Tecnológica.	64
Quadro 2 - Descrição das características dos participantes do estudo.....	70
Quadro 3 ó Evolução das atividades extensionistas na UTFPR (1998 a 2005).	124
Quadro 4 ó Respostas dos docentes da UTFPR sobre a extensão.	137
Quadro 5 - Sugestões dos gestores x respondentes a respeito do estímulo aos docentes e disseminação da cultura extensionista na UTFPR.....	139



PDF
Complete

*Your complimentary
use period has ended.
Thank you for using
PDF Complete.*

[Click Here to upgrade to
Unlimited Pages and Expanded Features](#)

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Programas e Projetos aprovados pela UTFPR, no Edital PROEXT - 2009.	133
Tabela 2 - Realização de projetos, programas e ações da UTFPR.	134

LISTA DE SIGLAS

AAAPS	Assessoria de Ações Acadêmicas e Projetos Sociais
ANDES	Associação Nacional de docentes do ensino Superior
ANDES-SN	Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior
ANPED	Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação
ARINT	Assessoria de Relações Interinstitucionais
CAC	Coordenadoria de Atividades Comunitárias
CBAI	Comissão Brasileiro-Americana de Educação Industrial
CEFET-PR	Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná
CEO	Cursos de Engenharia de Operação
CETs	Centros de Educação Tecnológica
CIMCO	Comunidade Integrada na Multiplicação de Conhecimentos
CINCRUTAC	Comissão Incentivadora dos Centros Rurais Universitários de Treinamento e Ação Comunitária
CITEC	Centro de Inovação Tecnológica da UTFPR
CODAE	Coordenação de Atividades de Extensão
COFOP	Programa Especial de Formação Pedagógica
CONAES	Comissão Nacional de avaliação da Educação Superior
CONSED	Conselho Nacional de Secretarias Estaduais de Educação
CPC	Centro Popular de Cultura
CPCE	Conselho Paranaense de Cidadania Empresarial
CRUB	Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras
CRUTAC	Centro Rural Universitário de Treinamento e Ação Comunitária
DAU	Departamento de Assuntos Universitários do MEC
DEDHIS	Departamento de Documentação Histórica da UTFPR
DEPES	Departamento de Política de Educação Superior
DIEG	Divisão de Extensão e Graduação
DIREXT	Diretoria de Extensão
DIRINTER	Diretoria de Relações Interinstitucionais
DRE	Diretoria de Relações Empresariais
ETFPR	Escola Técnica Federal do Paraná
EXPOTEC	Exposição de Trabalhos Técnicos do Cefet

FASUBRA	Federação das Associações de Servidores das Universidades Brasileiras
FORPROEX	Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras
IES	Instituição de Ensino Superior
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
INTEC	Programa Incubadora Tecnológica de Curitiba
JUC	Juventude Universitária Católica
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LIT	Laboratório de Inovação e Tecnologia em Sistemas Embarcados
MCP	Movimento de Cultura Popular
MEC	Ministério da Educação
MINTER	Ministério do Interior
NAPNE	Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Especiais
NIT	Núcleos de Inovação Tecnológica
NUDHI	Núcleo de Documentação Histórica do CEFET-PR
PDE	Plano de Desenvolvimento Educacional
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PNE	Plano Nacional de Educação
PPGTE	Programa de Pós-Graduação em Tecnologia
PPI	Projeto Político-Pedagógico Institucional
PPP	PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL
PRODEM	Programa de Expansão do Ensino Médio do MEC
PROEM	Programa Jovem Empreendedor
PROES	Programa de Extensão Social
PROEXT	Programa de Extensão Universitária
PROEXTE	Programa de Fomento à Extensão Universitária
PROREC	Pró-Reitoria de Relações Empresariais e Comunitárias
PUC-PR	Pontifícia Universidade Católica do Paraná
RENEX	Rede Nacional de Extensão
REUNI	Programa de Apoio ao Plano de Expansão e Reestruturação das Universidades Federais
RU 5540/68	Reforma Universitária 5540/68

SEC	Serviço de Extensão Cultural
SESu	Secretaria de Educação Superior
SEURS	Seminário de Extensão Universitária da Região Sul
SIE-E	Serviço de Integração Escola-Empresa
SIEX	Sistema de Dados e Informações de Extensão
SINAES	Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
TECEFET	Teatro do Cefet-PR
TETEF	Teatro da Escola Técnica Federal
TUT	Teatro da Universidade Tecnológica
UFPR	Universidade Federal do Paraná
UFRN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UFSM	Universidade Federal de Santa Maria
UnB	Universidade de Brasília
UNDIME	União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação
UNE	União Nacional dos Estudantes
UNED	Unidade de Ensino Descentralizada
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura
UNISOL	Universidade Solidária
USP	Universidade de São Paulo
UTFPR	Universidade Tecnológica Federal do Paraná

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
2 REVISÃO DE LITERATURA	20
2.1 EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: CAMINHOS HISTÓRICOS	20
2.2 A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NO BRASIL	22
2.2.1 A Extensão no Brasil a partir da Lei 5.540/68	30
2.3 A FUNÇÃO DA EXTENSÃO	41
2.3.1 O Papel da Universidade nas Sociedades: Mudança Social.....	48
2.4 A UTFPR NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA ...	52
2.4.1 Escola de Aprendizes Artífices: O Início dessa História	57
2.4.2 Primeira Grande Mudança: Transformação em UTFPR	59
2.4.2.1 Cursos de Engenharia de Operação: o Início do Ensino Superior na Instituição	59
2.4.3 Segunda Grande Mudança: A Transformação em CEFET-PR	61
2.4.4 Transformação em UTFPR - A Primeira Universidade Tecnológica Federal do País	62
3 METODOLOGIA E PROCEDIMENTOS	66
3.1 A ESCOLHA DA ABORDAGEM METODOLÓGICA	66
3.2 A ANÁLISE DOCUMENTAL E AS ENTREVISTAS.....	67
4 ANÁLISE DOS RESULTADOS	73
4.1 A EXTENSÃO NA UTFPR: O INÍCIO DA HISTÓRIA	73
4.2 A EXTENSÃO NA UTFPR NO PERÍODO DE 1968 A 1972.....	77
4.3 A EXTENSÃO NA UTFPR NO PERÍODO DE 1972 A 1984.....	82
4.4 A EXTENSÃO NA UTFPR NO PERÍODO DE 1984 A 1988.....	101
4.5 A EXTENSÃO NA UTFPR NO PERÍODO DE 1988 A 1992.....	106
4.6 A EXTENSÃO NA UTFPR NO PERÍODO DE 1992 A 1996.....	111
4.7 A EXTENSÃO NA UTFPR NO PERÍODO DE 1996 A 2000.....	116
4.8 A EXTENSÃO NA UTFPR NO PERÍODO DE 2000 A 2008.....	120
4.8.1 A Extensão Após a Transformação em UTFPR.....	123
4.9 A EXTENSÃO NA UTFPR NO PERÍODO DE 2008 A 2010.....	129
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	141
REFERÊNCIAS	150
APÊNDICES	162
ANEXOS	172



PDF
Complete

*Your complimentary
use period has ended.
Thank you for using
PDF Complete.*

[Click Here to upgrade to
Unlimited Pages and Expanded Features](#)

Quando se decidiu pesquisar sobre a extensão universitária, havia a convicção de que é um assunto que está longe de ser considerado ultrapassado, sobretudo, em uma instituição de educação tecnológica, transformada na primeira Universidade Tecnológica do país, há apenas cinco anos. A partir da necessidade de situar essa jovem universidade nesse atual debate, partiu-se para a busca histórica que poderia suprir este anseio e responder a pergunta-problema: Como se desenvolveu a extensão universitária na UTFPR a partir de 1968?

Este estudo foi motivado por uma história de vida como servidora desta universidade e também como aluna, percebendo que a instituição, apesar de não utilizar até bem pouco tempo, a nomenclatura extensão universitária, desenvolvia inúmeras atividades com características extensionistas, mesmo não entendidas como extensão. Também, por ser uma universidade destacada no cenário educacional brasileiro e por apresentar características únicas como uma instituição de educação profissional e, principalmente, por ser a *primeira universidade tecnológica do país*.

A definição sobre esse assunto surgiu da constatação de que a *história da extensão* na UTFPR ainda não havia sido estudada de maneira sistemática. Dessa forma, se definiu como objetivo geral desse estudo: Relatar historicamente as ações de extensão da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, a partir de 1968, ano em que a extensão se tornou obrigatória nas instituições de ensino superior por meio da Lei da Reforma Universitária de nº. 5540/68.

Para complementar esse objetivo geral, outros objetivos foram definidos para direcionar a pesquisa:

- Buscar na literatura, a história da extensão universitária e mais detalhadamente, a história da extensão universitária no Brasil;
- Apresentar a conceituação de extensão universitária;
- Pesquisar em periódicos e documentos oficiais, o surgimento da instituição, bem como as suas transformações até chegar à Universidade Tecnológica;
- Identificar na documentação da UTFPR, ações realizadas pela mesma que pudessem ser reconhecidas como extensionistas;
- Identificar as tendências que caracterizaram a relação da UTFPR com a comunidade;

ex-diretores e reitores, aspectos históricos da instituição, bem como, relatos de realizações com características extensionistas.

Como abordagem metodológica para encaminhar o estudo, foi utilizada a pesquisa qualitativa, a qual foi desenvolvida por meio de análise documental e entrevista individual semi-estruturada. Procurou-se realizar um levantamento sobre a história da UTFPR desde sua implantação situando-a como instituição de educação tecnológica; e sobre ações realizadas pela instituição que poderiam ser caracterizadas como extensionistas apesar de, na época, não se utilizar essa nomenclatura.

A revisão documental realizada nos relatórios, jornais, ofícios, atas, revistas, dentre outros documentos históricos da UTFPR, bem como as entrevistas realizadas com todos os diretores gerais desde 1.968 e com o reitor atualmente, foram imprescindíveis para o resgate de como foi construída a história da extensão na instituição; e como a relação ciência, tecnologia e sociedade podem corroborar com o papel da universidade -por meio da extensão universitária- na formação acadêmica e no desenvolvimento social.

As bases teóricas utilizadas, para dar consistência ao estudo, foram direcionadas para o início da *história da extensão*, nos moldes europeus e norte-americanos, confluindo para a construção da história da extensão no Brasil. Para tanto foram utilizadas as referências teóricas de Paiva (1974), Fávero (1977 e 1980), Toaldo (1977), Fagundes (1986), Gurgel (1986), Botomé (1992), Demo (1996 e 2001), Faria (1996), Souza Santos (1996), Tavares (1997), Nogueira (2000), Sebinelli (2004) e Calderón (2007).

Para apresentar a *função da extensão* e sobre o relacionamento da universidade com a sociedade, buscaram-se os aportes teóricos de Fávero (1977), Rocha (1980), Gurgel (1986), Cunha (1988), Loureiro (1990), Durhan (1993), Fazenda (1993), Wolff (1993), Buarque (1994), Souza Santos (1996), Thiollent (2000), Botomé (2001), Faria (2001), Melo Neto (2001), Freire (2002) e Toscano (2006), bem como, documentos do Fórum Nacional dos Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, principalmente o Plano Nacional de Extensão (2000/2001).

Para discutir sobre a *construção da história da extensão na UTFPR*, foi necessário estudar a história da instituição, bem como, traçar o seu perfil, para o que foram consultados diversos documentos históricos da universidade, relatórios, encartes, dentre outros, Revista da Transição do CEFET-PR em Universidade ó ed. especial (2005), Projeto Político-Pedagógico Institucional - PPI (2007), Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI (2009-2013), bem

nº. 5692 (1971), Lei nº. 6545 (1978), LDBEN nº. 9394 (1996), Projeto de Lei nº. 11.184 (2005), Decreto nº. 2.208 (1997) e Decreto nº. 2.406 (1997).

Para situar a Universidade Tecnológica Federal do Paraná no perfil da educação profissional, foi necessário buscar bases teóricas na história da *Educação Profissional*, bem como na conceituação de educação tecnológica, para daí discutir os aspectos relevantes da relação deste modelo com a prática extensionista. Para tanto, foram utilizadas as referências de Bastos (1991 e 1998), Motoyama (1995), Reis (1995), Arroyo (1997), Kuenzer (1997), Gadotti (2000) e Durães (2009), bem como, o Relatório Sinopse Histórica e Evolutiva da UTFPR (1974) e as Leis nº. 4024 (1961), nº. 5540 (1968), nº. 5692 (1971) e nº. 9394 (1996).

O desenvolvimento das atividades extensionistas na UTFPR se caracteriza pelo próprio percurso histórico de uma instituição voltada para o ensino profissional. Na década de 1940, tem início a oferta dos cursos técnicos em nível de 2º Ciclo e o nome da instituição é alterado para Escola Técnica de Curitiba. Na década de 1950, passa a sediar o Centro de Formação de Professores da Comissão Brasileiro-Americana de Educação Industrial - CBAI, considerado um grande passo para os avanços na instituição. Foi fundamental também, a transformação em Escola Técnica Federal do Paraná, pois, com isso, foi alterada a sua estrutura administrativa e conquistada maior autonomia, bem como uma reformulação curricular.

A década de 1970 foi marcada pela transformação em CEFET-PR e pela introdução do ensino superior na instituição dando início ao processo de sua maioridade, que se consolidou nas décadas de 1980 e 1990, com os cursos de pós-graduação em nível de especialização, mestrado e doutorado e, com sua expansão para o interior do estado. Na década de 1990 houve a implantação dos Cursos de Tecnologia que, somados ao Ensino Médio, substituíram os Cursos Técnicos Integrados, extintos pelo MEC em 1997.

A década de 2000 foi marcada pela transformação, no ano de 2005, em UTFPR - Universidade Tecnológica Federal do Paraná, primeira universidade tecnológica do Brasil.

Apesar de a UTFPR ser uma instituição estruturada, organizada administrativamente e pedagogicamente e possuir como missão *Promover a educação de excelência por meio do ensino, pesquisa e extensão*, interagindo de forma ética e produtiva com a comunidade para o desenvolvimento social e tecnológico (PDI/UTFPR, 2009-2013, p.17), o conceito de extensão na instituição é ainda um tanto limitado e encontra-se em fase de construção devido à recente transformação em universidade.

A instituição foi criada sob a égide da formação para o trabalho, da educação tecnológica. Ao longo de sua história de 101 anos, muitos projetos e atividades nas mais diversas áreas, foram se desenvolvendo com características extensionistas, porém, não se



PDF Complete
Your complimentary use period has ended.
Thank you for using PDF Complete.

[Click Here to upgrade to Unlimited Pages and Expanded Features](#)

nsão. O destaque ficou por conta da relação com o setor produtivo. As empresas identificaram na instituição, uma forma de capacitar pessoas tecnicamente, que fizessem suas empresas crescerem; e a instituição viu nessa interação, uma forma de captação de recursos, dessa maneira, os cursos oferecidos atendiam aos interesses da instituição e do empresário.

Somente de 2.005 em diante, com a transformação em Universidade Tecnológica, passou-se a falar mais efusivamente sobre extensão universitária.

O conceito de extensão expresso pelo Fórum de Pró-Reitores, em 1.987, dizia:

Extensão universitária é o processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa, de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre a universidade e a sociedade (NOGUEIRA, 2000, p.11).

Este é um conceito amplo de extensão que exige da universidade, um repensar de atitudes em sua estrutura e que a mesma, reveja sua função social. A partir disso, propôs-se fazer essa reflexão sobre a UTFPR, para que essa jovem universidade retome o debate sobre o assunto e promova a divulgação e a institucionalização de suas atividades extensionistas, construindo assim, sua nova identidade.

A história da extensão universitária na UTFPR caminha a passos largos com a transformação de CEFET-PR em universidade tecnológica. A identidade universitária está em construção e está caminhando na direção de projetos que envolvam ensino, pesquisa e extensão, os quais se constituem num canal importante de construção da identidade institucional das universidades.

Possui Hotéis Tecnológicos, Incubadoras de Empresas, Coral, Grupo de Teatro, Clube de Cinema, Grupo de Danças, etc. Conta com programas educacionais, dentre eles, o Grupo CIMCO ó Comunidade Integrada na Multiplicação de Conhecimentos, que desenvolve atividades voltadas para a informação da comunidade sobre temas e problemas sociais. Para desenvolver projetos e pesquisas tecnológicas de cooperação universidade/empresa, conta com o LIT ó Laboratório de Inovação e Tecnologia em Sistemas Embarcados, sem falar dos inúmeros Cursos de Extensão.

Esses são só *alguns* exemplos de atividades extensionistas realizadas pela UTFPR que parece estar formando indivíduos capazes tecnicamente e com visão do seu papel na sociedade, de maneira que, ao participarem de atividades extensionistas, as pessoas adquiram aprendizagens inerentes à práticas sociais, superando, como coloca Souza Santos (1996), o *know-how* técnico caracterizado pela fragmentação, pela especialização do saber e pela

descontextualizado; em favor do *know-how* ético, que promove o interesse na cidadania e nos problemas da sociedade.

Há de se lembrar que a educação pautada em interesses sociais, já foi discutida na Conferência Mundial sobre Educação Superior no Século XXI: Visão e Ação, realizada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura - UNESCO em Paris, na França, em 1998, com a participação de 180 países, onde apresentaram objetivos como: estudar os desafios enfrentados pela educação superior no final do século XX; analisar quais seriam as funções a serem assumidas diante das transformações da sociedade do conhecimento; e, formas de como poderia a educação superior colaborar para a construção de uma sociedade melhor. Naquele momento, o encontro estava direcionado a pensar em reformas na educação com o direcionamento de *formar* cidadãos do mundo do amanhã, cidadãos autônomos e críticos, polivalentes, criativos, capazes, em uma palavra, de discernir os múltiplos desafios que o século XXI certamente trará. (MAYOR, 1999, p.24).

Nesta direção, acredita-se que a gestão das universidades deve, urgentemente, pensar na extensão universitária sob os ângulos descritos acima e a incluir em seus currículos, como coloca Souza Santos (2004a), ao sugerir que a extensão pode também ser contemplada nos currículos da graduação e ainda, ser um meio de enfrentamento dos problemas globais, atuando na construção da democracia, contribuindo pela diminuição da exclusão social, em favor da defesa do meio ambiente e da diversidade cultural.

A extensão universitária é caracterizada como uma forma do saber científico ser desenvolvido socialmente. Na medida em que se desenvolve, a extensão, voltada principalmente para a cidadania, privilegia a comunidade no sentido de desenvolver sua autonomia e formas de emancipação. Da mesma forma a universidade se beneficia ao aprender/apreender¹ com a cultura da comunidade.

Uma instituição não pode voltar-se somente para o ensino ou para a pesquisa. Se compartilhar com a sociedade, o conjunto *ensino e pesquisa*, por meio da extensão, aí sim, estar-se-á construindo uma universidade voltada para a formação de cidadãos e para a transformação da realidade.

Do ponto de vista de formação acadêmica, é inegável a importância das atividades de extensão para a formação integral do aluno. Ao participar de atividades extensionistas, o aluno amplia sua capacitação profissional e descobre novos campos de atuação por meio dos

¹ Para Freire (2002, p. 27 e 28), no processo de aprendizagem, *apenas* aprende verdadeiramente aquele que se apropria do aprendido, transformando-o em apreendido, com o que pode, por isto mesmo, reinventá-lo; aquele que é capaz de aplicar o aprendido-apreendido a situações existenciais concretas.

envolve sua capacidade de trabalhar em conjunto e de pensar como cidadão ao desenvolver atividades comunitárias.

Para a instituição, nota-se a oportunidade de retroalimentação de suas funções, podendo corrigir e implementar os seus processos. Por outro lado, pode aprender com o saber popular e com a cultura da comunidade; e, a comunidade pode melhorar sua condição de vida e desenvolver sua emancipação.

Então, a função social da universidade é proporcionar a transformação da sociedade, ou seja, a melhoria na vida dos cidadãos sem, contudo, caracterizá-la com a prestação de serviços assistencialistas. O essencial é integrar teoria e prática, ou seja, ensino e pesquisa e democratizá-los, efetivando o processo de troca de saberes, a extensão como comunicação defendida por Freire (2002).

A partir das experiências que estão sendo consolidadas na UTFPR, acredita-se que a extensão possa articular o ensino e a pesquisa, reforçando sua responsabilidade social de forma a se tornar ainda mais reconhecida e modelo, não só de ensino tecnológico, mas de universidade preocupada com a transformação da sociedade.

Atualmente, visto o momento que está se vivendo, de profundas mudanças econômicas, políticas, culturais, tecnológicas e sociais, se espera da universidade, atitudes de participação ativa na transformação da sociedade e na formação cidadã de sua comunidade interna, sendo que a extensão configura-se como sendo o meio pelo qual a universidade vai integrar suas atividades de ensino e pesquisa na busca da ampliação de sua responsabilidade social. Na UTFPR não deve ser diferente, pois se percebe uma instituição que vem ampliando o espaço da extensão, preocupando-se com a formação de profissionais cidadãos, com a transformação da sociedade e com sua própria transformação.

A dissertação está estruturada em cinco capítulos. O *primeiro* consta da própria introdução. No *segundo*, será apresentada a revisão de literatura que está organizada de forma a se entender a história e a função da extensão universitária; as concepções sobre educação tecnológica e breve histórico do ensino profissional, culminando na história da instituição estudada desde sua criação em 1909 como Escola de Aprendizes Artífices até sua transformação em Universidade Tecnológica Federal do Paraná - UTFPR. O *terceiro* capítulo esclarece sobre a metodologia utilizada. O *quarto* remete aos resultados encontrados com a pesquisa e finalmente, no *quinto capítulo*, apresentam-se as considerações finais do estudo.

2.1 EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: CAMINHOS HISTÓRICOS

A extensão universitária, a partir das concepções teóricas estudadas, é concebida como uma das três principais funções da universidade. Ao surgir no Brasil, a universidade destacava o ensino como sua principal função, pois era este o meio utilizado para formar profissionais que atendessem aos reclames da elite dominante daquela época. A partir das demandas da sociedade industrial, surge como outra função, a pesquisa, que seria uma forma da universidade acompanhar as mudanças que estavam acontecendo.

Apesar das funções de ensino e pesquisa, segundo estudiosos, faltava à universidade, uma forma de intensificar o relacionamento com a sociedade. Desta maneira, surgiu a extensão como a terceira principal função da universidade, para que pudesse contemplar a relação com a comunidade. Assim se expressa Gurgel (1986):

Pensou-se, igualmente, que a análise das formas de relacionamento entre universidade e sociedade representa um ponto fundamental para quem pretenda conhecer as possibilidades ou impossibilidades da instituição de ensino superior como elemento de apoio à mudança social (GURGEL, 1986, p.13 e 14).

A extensão universitária, segundo estudiosos como Gurgel (1986), Fagundes (1986) e Botomé (1992), surge no século passado com as universidades populares da Europa e com o modelo de extensão norte-americano.

Nas universidades populares da Europa, o objetivo era a disseminação de conhecimentos técnicos à população. No ano de 1845, na Universidade de Oxford, Inglaterra, a extensão é percebida em programas de educação de adultos, conhecidos por educação continuada e por meio de cursos dirigidos aos ausentes da universidade. Também na Inglaterra disseminou-se a ideia de que a universidade deveria levar um leque maior de conhecimentos às classes populares e, para isso, elencavam ações para apresentar à sociedade o conhecimento sistemático da universidade, ações que, futuramente, seriam chamadas de extensionistas.

Em 1862, a extensão chega aos Estados Unidos com a aprovação da Lei de Justin Smith Morrill, pela qual o governo cede terrenos aos estados e territórios para a instalação de escolas de agricultura e mecânica, denominadas Land Grant Colleges, as quais oferecem

agricultores. Segundo Gurgel (1986), era uma *extensão cooperativa*, realizada entre o governo federal, os estados (por meio das Land Grant), e os municípios ou cidades. Em seguida, foram criadas as Escolas Superiores Rurais ou Universidades Rurais.

Com um grupo de professores que realizavam trabalhos de educação de adultos, em 1885, surge a *extensão universitária*, que, de acordo com Gurgel (1986), começou a tomar forma inspirada nos modelos da Inglaterra. Essa forma de extensão nos Estados Unidos, segundo o autor, teve seu maior reconhecimento quando foi incluída e legitimada como atividade regular na proposta de educação da Universidade de Chicago, apresentando inclusive em suas cláusulas, referências às ações *extramuros*, de que tanto se fala atualmente.

Caracterizava-se por oferecer, segundo o autor, cursos e conferências de temas variados, cursos por correspondência, cursos noturnos, cursos para preparação de professores, entre outros, com a preocupação do desenvolvimento das comunidades. A instalação de campi avançados das instituições foi outra característica da extensão universitária norte-americana.

A partir dessas experiências americanas -de visão rural ou cooperativa e visão universitária ou geral- visões de extensão distintas das da Europa, que se caracterizavam pela aproximação com o povo, a *extensão universitária* nos Estados Unidos é caracterizada, segundo Gurgel (1986), pela prestação de serviços técnicos.

Na América Latina, a extensão esteve voltada em um primeiro momento, aos movimentos sociais. O Movimento de Córdoba, realizado pelos estudantes argentinos em 1918, mostrou pela primeira vez a necessidade da relação universidade-sociedade, proporcionando segundo Gurgel (1986), a confrontação entre uma universidade arcaica e fechada com uma sociedade que almejava novos caminhos. A ideia dos estudantes foi de mostrar às classes populares, a divulgação da cultura e a preocupação com os problemas nacionais.

A extensão proporcionaria então, segundo o autor, ãuma projeção do trabalho social da universidade ao meio e sua inserção em uma dimensão mais amplaö (GURGEL, 1986, p.36), ou seja, a missão social da universidade que, a partir deste Movimento, passou a constar dos discursos oficiais e propostas da estrutura universitária.

Essa ideia foi depois absorvida no Brasil, pela organização estudantil, em 1938, com a criação da União Nacional dos Estudantes - UNE e foi determinante para a concepção de extensão defendida pelo movimento estudantil brasileiro, assunto que será tratado mais adiante.

portanto, arraigada a diversos momentos históricos e tem diversas conceituações, como afiança Sebinelli (2004):

extensionismo, ou a prática da extensão é a forma como a relação da universidade com a sociedade se manifesta, nos vários momentos. Essa relação pode ser vista a partir das atividades que a universidade se propõe a realizar, daquelas que efetivamente realiza e das funções que essas atividades vão ter dentro do sistema social vigente (SEBINELLI, 2004, p.11).

A seguir, se verá como essa história se construiu no Brasil.

2.2 A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NO BRASIL

No Brasil, a história da extensão universitária segundo Gurgel (1986), surge sob a influência dos modelos universitários *européus*, por meio de cursos de extensão realizados nas universidades populares; e *americanos*, com ênfase na prestação de serviços.

Com as ações da Universidade Livre de São Paulo, criada em 1912, são identificadas as primeiras experiências extensionistas brasileiras. Como afirma Gurgel: "Na Universidade Livre de São Paulo foi definida a primeira formulação extensionista do país: os cursos de extensão" (GURGEL, 1986, p.35). Eram cursos com temas variados abertos a qualquer pessoa. Foram ministradas, segundo o autor, 107 lições públicas até o seu fechamento, em 1917. Porém, as lições eram ignoradas pelas classes populares, ao que parece, o motivo eram os temas discutidos, muito direcionados a público certo, ou seja, para intelectuais da própria universidade. Segundo Cunha (1978, apud GURGEL, 1986, p.34):

[...] temas como os seguintes: o fogo sagrado na Idade Média, por Cesídio da Gama e Silva; grandes viagens e grandes viajantes, por Afonso D'Escragnole Taunay; a latinidade Rumânia; por Antônio Picarelli; importância e progresso da otorrinolaringologia, por Inácio Bueno de Almeida; instituições complementares do Código Civil, por Spencer Vampré.

Para direcionar às classes populares, faltava portanto, ouvir-lhes, saber o que almejavam. Neste sentido, Gramsci (1981), criticou a experiência européia, o que se aplica igualmente à experiência brasileira:

do pensamento e a solidez cultural só poderiam ocorrer se entre os simplórios se verificasse a mesma unidade de pensamento que deve existir entre a teoria e a prática, isto é, se os intelectuais fossem organicamente os intelectuais daquela massa, se tivessem elaborado e tornado coerentes os princípios e os problemas que aquelas massas colocavam com a sua atividade prática, constituindo assim um bloco cultural e social (Gramsci, 1981, apud GURGEL, 1986, p.34).

O modelo norte-americano de prestação de serviços é percebido a partir da criação das Escolas Superiores de Lavras e de Viçosa, em Minas Gerais. Em Lavras, em 1921, apresentam-se trabalhos de difusão técnico-científica com a publicação da revista *O Agricultor*, a qual objetivava educar os agropecuaristas brasileiros, bem como promover o desenvolvimento rural do país.

A Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Viçosa, inaugurada em 1926, já em 1929, iniciou a Semana do Fazendeiro, com a finalidade de levar a assistência técnica aos proprietários agrícolas. Conforme Gurgel, esta experiência é considerada a primeira forma de extensão sistematizada de acordo com o modelo norte-americano, na linha de prestação de serviços ao meio rural, desenvolvida no Brasil (GURGEL, 1986, p.63).

Oficialmente, a extensão surge pela primeira vez, no Decreto 19.851 de 11 de abril de 1931, durante o governo provisório de Getúlio Vargas, quando o ministro Francisco Campos lançou o Estatuto da Universidade Brasileira, em que a extensão aparece sob o modelo norte-americano, como função da universidade e, segundo o decreto, art. 34, deve ser desenvolvida por meio de cursos e conferências destinados a prolongar, em benefício coletivo, a atividade técnica e científica dos institutos universitários. No art. 42, conforme Gurgel (1986) é definido a forma como a extensão deveria acontecer, por meio de cursos e conferências, de caráter educacional ou utilitário, uns e outros organizados pelos diversos institutos da Universidade; e no art. 109, a extensão é descrita como difusora de conhecimentos filosóficos, artísticos, literários e científicos, em benefício do aproveitamento individual e coletivo (Fávero (1980 apud GURGEL, 1986, p.65).

As ações extensionistas, segundo o decreto, deveriam ser aprovadas pelos colegiados da universidade e divulgar conhecimentos que salvaguardem os altos interesses nacionais, demonstrando assim, segundo Tavares (1997), que a universidade, seria o espaço de difusão de conhecimentos e concepções da nova ordem social e dos interesses governamentais; e a extensão, o veículo que levaria estas concepções àqueles que já frequentam ou frequentaram a universidade, portanto, na prática, segundo Fávero (1980), a extensão deixa de atender a parcela da sociedade que está fora do circuito universitário.

preocupados com a realidade social, discutem a extensão como forma de melhorar as condições da sociedade. Segundo Gurgel (1986), em 1938 os estudantes, influenciados pelo Manifesto de Córdoba realizado na Argentina em 1918, retomam a ideia de universidades populares, lutando para que a universidade se configurasse como uma estrutura democrática, com autonomia política e a serviço do povo brasileiro.

Nesse Manifesto, a extensão universitária é definida como propulsora do trabalho social da universidade e instrumento de ligação da universidade com o povo. A partir deste documento, a ideia de missão social da universidade contribuiu, segundo Bernheim (1978), para definir o perfil da universidade latino-americana, ao assumir esta, ou seus elementos componentes, tarefas que não se propõem ou permanecem inéditas para as universidades de outras regiões do mundo (Bernheim (1978 apud GURGEL, 1986, p.36 e 37).

Sob este perfil -de missão social- acreditavam que poderiam familiarizar-se com os problemas da comunidade e devolver a ela, em forma de serviços, os benefícios recebidos por pertencerem à minoria que tem acesso ao ensino superior. Pode-se dizer, a partir disso, que a extensão no Brasil é impulsionada pelo Manifesto de Córdoba, onde os estudantes, movidos pelos pressupostos do manifesto, lutavam por uma universidade que tivesse uma missão social e que estivesse a serviço da sociedade brasileira. Neste clima de discussões surge a criação da União Nacional dos Estudantes (UNE), como forma de organização dos estudantes universitários.

Fundada em 1938, no período do Estado Novo -um dos períodos mais autoritários da história política do país- a UNE engajava-se na luta pelas desigualdades sociais e afirmava seu compromisso com as classes populares. Os estudantes criticavam o perfil elitista da universidade e participavam de movimentos populares. Enfrentavam os grupos dominantes, a política estatal e exigiam a gratuidade do ensino e mais autonomia para a docência, além de sempre incluírem a extensão no bojo de suas reivindicações por reformas universitárias, o que faz crer que foi o movimento estudantil o grande incentivador da extensão universitária no Brasil, neste momento caracterizada como solução dos problemas sociais.

Porém, em dezembro deste mesmo ano, é realizado o Segundo Congresso Nacional dos Estudantes, no qual é lançado o Plano de Sugestões para uma Reforma Educacional Brasileira, documento elaborado, segundo Poerner (1979), por uma comissão formada por doze estudantes, encarregada de tirar as conclusões das 60 teses então discutidas (Poerner (1979 apud GURGEL, 1986, p.39). Neste documento, segundo o autor, as propostas são contraditórias, passando de uma visão de atendimento aos interesses das classes populares ao assistencialismo, no sentido de resolução dos problemas econômicos dos estudantes. Se por

pular obrigatória, por outro, reivindicavam regalias ao estudante universitário dito como ópobre e desprotegido. Ora, bem se sabe que naquela época, a educação universitária era privilégio de poucos, nem pobres, tampouco, desprotegidos.

Comparando-se, segundo Gurgel (1986), o Plano de Sugestões com o Manifesto de Córdoba, é possível identificar que o Plano minimiza as questões políticas enfatizadas pelo Manifesto que fazia menção a lutas contra o imperialismo e as ditaduras. Nesse sentido, o Plano se tornou mais interessante ao Estado. Dessa forma, segundo o autor, traça-se o perfil que deverá ser seguido pelo sistema de ensino, qual seja o de

oferecer o máximo de oportunidades, para o máximo de pessoas em idade escolar, caminhando de uma educação extensiva e de conhecimentos teóricos, nunca esquecendo que os diversos graus devem orientar-se sempre com o sentido de socialização crescente do estudante, no meio ambiente regional, nacional e internacional. Plano de Sugestões para uma Reforma Educacional Brasileira (1938, apud GURGEL, 1986, p.40).

Neste perfil, nota-se a influência dos conceitos da Escola Nova² que, por meio do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, publicado em 1932 situa, de acordo com Romanelli (1998), a educação no processo de desenvolvimento do país, estabelecendo uma relação dialética entre educação e desenvolvimento.

O Plano de Sugestões também enfatiza a questão da reforma universitária, em que apresenta as funções que a universidade brasileira deveria ter:

- a) promover e estimular a transmissão e o desenvolvimento do saber e de métodos de estudo e pesquisa, através do exercício das liberdades de pensamento, de cátedra, de imprensa, de crítica e de tribuna, de acordo com as necessidades e fins sociais;
- b) propiciar a difusão da cultura pela integração da universidade na vida social popular . Poerner (1979, apud GURGEL, 1986, p.40).

Essa reforma sugerida em 1938 define uma proposta para o ensino, a pesquisa e a extensão, muito semelhante à reforma que se concretizou na Lei nº. 5. 540, de 1968. As duas formulações, segundo Gurgel (1986), referem-se predominantemente a um processo de capacitação de pessoas e refletem o pensamento de duas tendências do movimento estudantil: a que acreditava nas possibilidades da universidade em oferecer cursos de extensão; e a que desejava um relacionamento mais estreito dos estudantes com os trabalhadores sem a

² Sobre o Movimento da Escola Nova, ver Ghiraldelli Junior, Paulo, 1994, p. 54-78.

uma corrente mais politizada, engajada nas experiências das universidades populares.

No ano de 1958, concomitante com os debates acerca da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, o movimento estudantil dá nova direção à sua luta e, influenciado agora pelos Movimentos da Ação Católica, intensifica o debate sobre a reforma universitária, defendendo o engajamento cristão nos problemas sociais do país. Para a Juventude Universitária Católica - JUC, que assumia uma postura anti-sociedade capitalista, os jovens deveriam participar da vida social procurando atender o povo. Desta forma, os estudantes atuavam nas comunidades e se envolviam com as questões humanitárias. Com base nestes ideais e com uma organizada ação política, a JUC assumiu a direção da UNE no início da década de 60, trabalhando amplamente para a mudança social.

A grande contribuição da JUC, segundo Gurgel, òdeu-se no sentido de levar o estudante à vivência de uma ação refletida metodicamente (por meio do método de ver, julgar e agir), o que possibilitava uma atuação mais consciente (GURGEL, 1986, p.44). Para o autor, o discurso sobre extensão universitária a partir de 1968, reflete em grande escala os valores que orientavam a ação da JUC, a qual foi extinta em 1965, devido às pressões do governo federal para com a igreja.

Porém, apesar desse movimento de discussão, não surge nada de significativo para o ensino superior, tampouco para a extensão universitária no período compreendido entre 1948 a 1961, quando a extensão vai aparecer novamente na legislação. É descrita na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB nº. 4024/61, art.69, como sendo um conjunto de atividades que a universidade poderia realizar sob a forma de cursos, conferências e serviços dirigidos à população, caracterizando-se desta forma, como assistencialista e como transmissora de conhecimento, sem referências à interlocução com a sociedade.

Contudo os estudantes continuam se engajando em atividades extensionistas, ainda que desvinculadas da universidade enquanto instituição por conta de, segundo Tavares (1997), uma quase ausência da institucionalização da extensão. Participam de várias experiências buscando prestar serviços sociais e procurando conscientizar a sociedade sobre o sistema capitalista vigente. Destacam-se entre estas, o Centro Popular de Cultura ó CPC, surgido em 1962 e considerado, segundo Gurgel (1986), uma tentativa de levar a universidade à classe dominada com o apoio de artistas e intelectuais.

Experiências de extensão universitária realizadas pelo Serviço de Extensão Cultural da Universidade Federal de Pernambuco, pelo Movimento de Cultura Popular ó MCP e pela Universidade Volante da Universidade Federal do Paraná também são relevantes. O Serviço

le Federal de Pernambuco, foi uma iniciativa da própria universidade que, por meio de professores, técnicos e estudantes, realizou o projeto de alfabetização de adultos, utilizando o método Paulo Freire.

O MCP surgiu em 1960, numa iniciativa da Prefeitura do Recife e, em parceria com a universidade, buscava a conscientização da classe dominada. Segundo Paiva (1973), o Movimento almejava encontrar uma fórmula brasileira para a prática educativa ligada à cultura do povo e suas atividades estavam voltadas para a conscientização das massas, através da alfabetização e da educação de base (Paiva, 1973, apud GURGEL, 1986, p.57).

A Universidade Volante da Universidade Federal do Paraná, concretizada em 1961, era uma proposta da universidade reconhecida pela direção da mesma. Seu objetivo era levar a universidade para a comunidade, procurando, segundo Gurgel (1986), identificar os problemas que a universidade poderia ajudar a resolver. Eram realizados cursos, reuniões, prestação de serviços, apresentações culturais, dentre outros. Desta forma, ao que parece, se delineava o conceito dialógico de extensão, onde há uma troca entre a universidade e a sociedade.

Em 1964, com o Golpe Militar e a política intervencionista do governo pós-64, a UNE é extinta e passa à clandestinidade, dando prioridade às atividades de combate aos posicionamentos do novo governo. A ideia politizada de extensão desenvolvida pelos estudantes é alterada e o processo de relação da universidade com a sociedade sofre mudanças significativas, sendo extremamente reprimido, a exemplo do fechamento dos Centros de Cultura Popular.

Dessa forma, a extensão passa a ser um meio de desmobilização do movimento estudantil e uma forma de priorizar os interesses dos órgãos internacionais, caracterizando-se como assistencialista, com o foco na prestação de serviços. Mas, mesmo com a repressão, o movimento estudantil aos poucos se rearticula para depois fazer grandes participações na Reforma de 1968.

Em busca de um modelo de universidade que atendesse aos interesses do governo, o MEC firma um acordo com os Estados Unidos, MEC-USAID, o qual, segundo Gurgel (1986), deveria fornecer um modelo universitário e de administração do ensino, um planejamento acadêmico e promover o intercâmbio cultural e a capacitação do pessoal brasileiro. Sobre esse acordo, Darcy Ribeiro assim se pronuncia:

é compreensível, pois, que a nova onda de autoritarismo que se inaugurou no Brasil com o fechamento da União Nacional dos Estudantes, prosseguisse sua marcha com a degradação da Universidade de Brasília, e alcançasse o seu clímax com a entrega

a política universitária brasileira, através de acordos internacionais com a equipe acadêmica policial norte-americana que jamais teria audiência nas universidades de seu país. Estamos, já então, no reino tenebroso da recolonização cultural em que um mesmo órgão estrangeiro (USAID) financia e promove no Brasil, tanto o treinamento de torturadores, como a reforma da universidade. Ribeiro (1976 apud GURGEL, 1986, p.76).

Os acordos MEC/USAID foram extremamente combatidos pelos estudantes e vigoraram até 1968.

Em 1966, com a criação do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras - CRUB, a extensão passa ter função de destaque na universidade brasileira, seguindo logicamente o modelo das universidades norte-americanas. Pode-se dizer segundo Gurgel (1986), que o CRUB foi o grande agente de institucionalização da extensão universitária no Brasil.

Ainda em 1966, é criado por Onofre Lopes, reitor da Universidade do Rio Grande do Norte, o Centro Rural Universitário de Treinamento e Ação Comunitária ó CRUTAC. A ideia de criação dos CRUTAC, segundo Paiva (1974), surgiu quando da visita do referido professor a universidades dos EUA. Tinha como princípio, fazer a universidade participar da solução dos problemas regionais; e como propósitos, o *treinamento*, a *motivação das comunidades* e a *prestação de serviços*.

Basicamente, o CRUTAC-RN constituía uma ação assistencialista que envolvia o treinamento dos universitários nas mais variadas áreas: odontologia, medicina, educação musical, engenharia, direito, economia, dentre outros, que atendiam a população regional. Em 1969, por meio da Comissão Incentivadora dos CRUTAC - CINCRUTAC, que será detalhada mais adiante, surge a possibilidade de expansão das ideias preconizadas pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte e então, é criado o CRUTAC - Maranhão.

A partir de 1971, com o incentivo da CINCRUTAC, foram criados CRUTACs em vários estados. Em 1975, o CRUTAC começou cair em descrédito quando uma equipe do Departamento de Assuntos Universitários - DAU, do Ministério da Educação e Cultura, fez uma avaliação do centro e constatou que suas atividades, na maioria das vezes estavam desligadas das funções de ensino e pesquisa, tendo estágios obrigatórios, porém, segundo Gurgel (1986), desvinculados do currículo, dos cursos e dos departamentos acadêmicos. Desta forma, em 1976, encerram-se suas atividades.

Em 1967, é feita a primeira referência à extensão no período pós-64. No Decreto-Lei 252, art. 10, de 28/02/67, está assim definido: ãA Universidade, em sua missão educativa,

a forma de cursos e serviços especiais, as atividades de ensino e pesquisa que lhe são inerentes.

Sob o aspecto deste decreto, a extensão universitária é caracterizada como uma forma de *estender* o conhecimento, o que vai ser questionado por Freire na sua obra *Extensão e Comunicação*, escrita no exílio, em 1969 e traduzida para o português em 1971, a qual é referência para o conceito atual de extensão universitária. Assim coloca Freire (2002): *Conhecer, na dimensão humana, que aqui nos interessa, qualquer que seja o nível em que se dê, não é o ato através do qual um sujeito, transformado em objeto, recebe, dócil e passivamente, os conteúdos que outro lhe dá ou impõe* (FREIRE, 2002, p.27). Dessa forma, estender o conhecimento a alguém, implica em não haver a *comunicação* defendida por Freire, ou seja, a relação dialógica entre universidade e sociedade.

Em julho de 1967, outra experiência extensionista se destaca: a primeira ação do Projeto Rondon, quando um grupo de 30 estudantes liderados pelo professor Wilson Chori, da Universidade da Guanabara (atual Universidade Federal do Rio de Janeiro), foi para o Território de Rondônia buscando conhecer outra realidade, comprometendo-se com a resolução de problemas encontrados na região. Lá permaneceram por 28 dias realizando assistência médica, educação sanitária, pesquisas, entre outros.

A experiência teve grande repercussão e no seu retorno os estudantes resolveram trabalhar pela sua institucionalização e buscar o apoio de níveis governamentais, da opinião pública e das universidades. No ano seguinte, o projeto teve a participação de 648 estudantes, a expansão para várias regiões e a sua institucionalização. Pelo Decreto 62.927, de 28 de junho de 1968, foi criado o Grupo de Trabalho Projeto Rondon, subordinado ao Ministério do Interior - MINTER, ficando assim, afastado do Departamento de Assuntos Universitários - DAU, órgão central do MEC, responsável pela política de ensino superior, porém tendo a universidade como órgão de apoio.

A partir do Decreto 67.505, de 06 de novembro de 1970, o Grupo de Trabalho Projeto Rondon ganha uma nova denominação: Projeto Rondon. Passa também a ser órgão autônomo de administração direta, embora continue subordinado ao Ministério do Interior. Propõem como pode ser observado em seu artigo terceiro, *promover e coordenar a integração das atividades de ensino das Universidades com os problemas de desenvolvimento local*.

Pode-se observar agora, a preocupação em integrar a universidade com a sociedade, porém, com o intuito de desenvolvimento de comunidades, pois, para o governo da época, as comunidades atrasadas prejudicavam o desenvolvimento do país. Assim, de acordo com Paiva

diados politicamente, acreditando que não havia injustiça social e sim comunidades atrasadas que deveriam ser modificadas.

Dessa forma, as responsabilidades governamentais, segundo Fagundes (1986), eram transferidas para a universidade, onde estavam os sabedores e competentes que ensinariam os incapazes (o povo) que ãatrapalhavamö o progresso. Sob este aspecto, se configurava uma política extensionista, de acordo com Tavares, que visava a õintegração cultural dos estudantes e da população ao modelo político-econômico implantado e a prestação de serviços com uma dimensão assistencialistaö (TAVARES, 1997, p.56).

Pelo Projeto Rondon, segundo Gurgel (1986), os universitários tinham a oportunidade de conhecer outras realidades, porém, comprometendo-se com o governo na solução dos problemas sociais, com isso, contribuindo para o desenvolvimento econômico do país. Essa õcargaö ideológica de *segurança/desenvolvimento* defendida pelo Ministério do Interior ó MINTER e repassada aos estudantes ocasionou resistências por grande parte deles no início, porém, devido aos atrativos oferecidos, dentre eles, a viagem, aos poucos foram aderindo ao projeto.

Se para alguns, o projeto era um simples turismo, para outros, era uma forma de transformação da sociedade tanto que, para estes, o Rondon precisava de reformulações devido às críticas que estava recebendo principalmente, segundo Gurgel (1986), das lideranças relacionadas com o sistema de ensino. Dessa forma, de acordo com o autor, o projeto foi revisto, o que culminou na ampliação de suas ações e a idealização dos Campi Avançados, os quais serão referenciados posteriormente.

2.2.1 A Extensão no Brasil a partir da Lei 5.540/68

Por meio da Lei nº 5.540, em novembro de 1968, atendendo dentre outras, às reivindicações estudantis, é feita a Reforma Universitária. Esta priorizava a indissociabilidade entre o ensino e a pesquisa, porém, na prática segundo Fávero (1977), continuou se priorizando o ensino, deixando a pesquisa em segundo plano.

A extensão universitária referenciada na Lei, principalmente nos seus artigos 20 e 40, de acordo com Gurgel, deve-se à influência do movimento estudantil, que preconizava a mudança social, porém, aparece em artigo separado daquele que relata a indissociabilidade

concepção de extensão como função optativa, secundária e desligada do ensino e da pesquisa (GURGEL, 1986, p.84).

Essa Lei, de acordo com o autor, foi a forma encontrada pela Revolução de 1964, de proceder legalmente os reajustes necessários de acordo com seus interesses. Nela, a universidade é caracterizada com o perfil de empresa. Assim se expressa o professor Newton Sucupira, componente do Grupo de Trabalho da Reforma Universitária:

não pode deixar de ser vista como uma unidade de produção que em certo sentido deve ser considerada como uma verdadeira empresa cuja finalidade é produzir ciência, técnica e cultura em geral. Como toda empresa moderna, há de racionalizar o seu processo de produção para atingir o mais alto grau de rendimento e de produtividade (SUCUPIRA, s/d apud GURGEL, 1986, p.81).

Dessa forma, é traçado o perfil de universidade-empresa, orientada pela lógica do capital, objetivando, segundo Gurgel (1986), a produtividade e o lucro, prejudicando o entendimento de sua função social. A tônica da Lei, predominantemente tecnicista, enfatiza a organização do sistema universitário, despreocupando-se dos conteúdos das legislações anteriores que buscavam a qualidade do ensino.

E é por esta Lei que a extensão tornou-se obrigatória nas instituições de ensino superior, porém, novamente, no papel de coadjuvante, como prestadora de serviços. Em seu art.20, é determinado que a universidade *estenda* suas atividades de ensino e pesquisa à comunidade, sob a forma de cursos e serviços especiais; e no artigo 40, alínea *a*, é expressa a finalidade da extensão:

As instituições de ensino superior:

a) por meio de suas atividades de extensão, proporcionarão aos seus corpos discentes oportunidades de participação em programas de melhoria das condições de vida das comunidades e no processo de desenvolvimento

Dessa forma, a extensão é entendida como função predominantemente discente, de caráter assistencialista, o que causou na universidade uma interpretação desvirtuada, entendendo a extensão como uma ação menor, de caráter opcional. As demais alíneas deste mesmo artigo assim se expressam

b) assegurarão ao corpo discente meios para a realização dos programas culturais, artísticos, cívicos e desportivos;

c) estimularão as atividades de educação cívica e de desportos, mantendo para o cumprimento desta norma orientação adequada e instalações especiais;

d) estimularão as atividades que visem a formação cívica considerada indispensável à criação de uma consciência de direitos e deveres do cidadão e do profissional.

atividades culturais, cívicas e desportivas, novamente a extensão tem sua função desvirtuada, com uma conotação de atividade desligada do ensino e da pesquisa.

Nos artigos 17 e 24, também se fala de extensão, abordando os cursos de extensão. Porém, o que fica claro nesta lei, é a extensão como prestação de serviços e, sendo a universidade concebida como empresa, a comunidade certamente, passa a ser cliente, e o que se busca são recursos financeiros.

Apesar de todos os pontos obscuros desta lei, faz-se necessário ressaltar que a partir dela, a extensão é institucionalizada como iniciativa para a busca do relacionamento entre a universidade e a sociedade e passa a ter uma função maior no âmbito das universidades, mesmo que sob a prestação de serviços assistencialistas que buscavam a melhora das condições de vida da comunidade, tendo em contrapartida, segundo Tavares (1997), o treinamento dos estudantes e a retroalimentação da universidade.

A partir de 1969, a extensão passa a ganhar uma dimensão nacional com a criação dos Campi Avançados do Projeto Rondon e da Comissão Incentivadora dos Centros Rurais Universitários de Treinamento e Ação Comunitária - CINCRUTAC. Pode-se dizer segundo Gurgel (1986), que toda proposta extensionista que se desenvolveu desse período para frente, tem base nos Campi Avançados e nos CRUTAC.

Os Campi Avançados eram, segundo o autor, um estágio mais maduro e sistematizado do Projeto Rondon. As universidades passam a ter um maior envolvimento com o projeto e a executar ações extensionistas junto às populações carentes de áreas distantes, onde os estudantes universitários realizam estágio em suas áreas de interesse, supervisionados por professores que se deslocam para as regiões de atuação do projeto. De 1969 a 1974, já haviam sido instalados 22 Campi Avançados. O projeto teve duração até o ano de 1989, sendo relançado em 2005, a pedido da União Nacional dos Estudantes - UNE, passando à subordinação do Ministério da Defesa.

A Comissão Incentivadora dos Centros Rurais Universitários de Treinamento e Ação Comunitária - CINCRUTAC, como já referenciada anteriormente, tinha o objetivo de incentivar a criação dos CRUTAC que deveriam estender os serviços universitários às comunidades consideradas atrasadas, como é definido no artigo primeiro do Decreto 916, de 1969:

É criada, no Ministério da Educação e Cultura, a Comissão Incentivadora dos Centros Rurais Universitários de Treinamento e Ação Comunitária - CINCRUTAC, com a finalidade de propiciar condições, inclusive materiais e técnicas, para

As Universidades brasileiras de programas que visam a: I - Ajustar a atuação institucional às necessidades das populações interioranas, mediante o trabalho associado e integrado das universidades junto aos demais órgãos e serviços da União, II - Encaminhar, com a extensão dos serviços universitários às áreas interioranas, através dos cursos específicos de cada unidade, a realização de atividades básicas que conduzam à promoção do homem, ao desenvolvimento econômico-social do País e à segurança nacional; III - Promover o treinamento rural dos estudantes universitários, em períodos de estágios, no exercício das atividades específicas dos respectivos currículos; IV - Proporcionar aos estudantes estagiários, com o assessoramento de professores e técnicos, as condições necessárias ao estudo e solução dos diversos problemas da comunidade, mediante a adequação do exercício profissional às peculiaridades do meio.

Na iniciativa exposta neste decreto, pode-se observar que está implícita a relação com a comunidade *mediante a adequação do exercício profissional às peculiaridades do meio*, desta forma, a extensão faz parte da discussão, como ponte de integração entre universidade e sociedade, porém com o enfoque na prestação de serviços.

A CINCRUTAC é extinta por meio do decreto 79.296 de 24/02/1977.

A partir desse contexto, é possível considerar que está delineado, ao final da década de 1960, o tripé ensino/pesquisa/extensão:

Ao final dos anos 60, firmou-se uma concepção de que a universidade estava apoiada no tripé ensino-pesquisa-extensão, ainda que a exata compreensão da necessária indissociabilidade não estivesse adequadamente definida. Mesmo atualmente, quando os debates sobre o tema já avançaram, ainda resta uma prática importante em curso nas universidades que não estabelece uma vinculação entre estas atividades. A relação entre ensino e pesquisa ganhou contornos mais claros (FARIA, 1996, p.31).

constituindo-se a extensão como uma forma de *estender* as atividades de ensino e pesquisa para a comunidade.

A extensão ganha um importante espaço, em 1974, com a criação da Coordenação de Atividades de Extensão ó CODAE, do Departamento de assuntos Universitários - DAU do MEC a qual elabora o Plano de Trabalho de Extensão Universitária, sendo considerado conforme afiança Gurgel, ão documento de maior importância referente especificamente à operacionalização da extensão por parte do MECö (GURGEL, 1986, p.138). A CODAE tinha o objetivo de centralizar a coordenação dos programas e projetos extensionistas, principalmente o CRUTAC-MEC e o RONDON-MINTER, ficando para as universidades, a execução das atividades.

O Plano de Trabalho de Extensão Universitária foi divulgado em abril de 1975, com base legal na Lei 5.540/68, no qual se destaca a definição de extensão como sendo:

is da qual a instituição de ensino superior estende sua área de organizações, outras instituições e populações de um modo geral, delas recebendo um influxo no sentido de retroalimentação dos demais componentes, ou seja, o ensino e a pesquisa (MEC/DAU, 1975 apud GURGEL, 1986, p.139).

Desta forma, a extensão incorpora o conceito de relacionamento da universidade com a comunidade num sentido de via de mão dupla, possibilitadora de aprendizagens nos dois sentidos, ou seja, universidade e sociedade. Porém, apesar do documento ter sido influenciado em alguns pontos pelas ideias de Paulo Freire -de extensão como comunicação, como troca de saberes entre a universidade e a comunidade-, segundo Botomé (1992), essa influência õparece ter se reduzido ao plano do discurso que adotou os termos utilizados por Paulo Freire, mantendo, porém as mesmas práticas, concepções e estruturas de antesõ (BOTOMÉ, 1992, p.42). A extensão continuava a ser vista como algo isolado do processo de ensino-aprendizagem, como afiança Souza (1976), e considerada como

um corpo estranho ao sistema universitário. O departamento acadêmico [...] tem que ser responsável pela extensão [...]; isto representa uma reviravolta completa nos esquemas formais de ensino, principalmente porque a extensão sempre foi praticada como algo à parte e é encarada muitas vezes como idéia imposta de fora pra dentro das universidades. Souza (1976 apud BOTOMÉ, 1996, p.141).

Neste período, foram realizados vários encontros e seminários nacionais com discussões sobre as questões propostas na Reforma de 68, entre estes, a extensão, que ganha novamente contornos de função da universidade. O Plano elaborado pela CODAE é deixado de lado em função de projetos dos departamentos acadêmicos das IES.

A CODAE passa a dar ênfase nos estágios curriculares, em especial, na relação universidade-empresa-governo, diminuindo sua atenção no apoio às atividades de integração com a comunidade. Em 1979, com a posse do novo governo, a CODAE é extinta e a extensão deixa de ser prioridade.

Nesta mesma década, de acordo com Toaldo (1977), é criado na Universidade Federal de Santa Maria - UFSM, o primeiro órgão responsável por atividades de extensão em uma universidade: a Pró-Reitoria de Extensão Universitária.

Com o fim da Ditadura e uma política mais aberta à sociedade nos anos 1980, vários movimentos se organizam em busca de uma nova política educacional. Destacam-se a ANDES ó Associação Nacional de docentes do ensino Superior, a UNDIME ó União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação, o CONSED ó Conselho Nacional de Secretarias Estaduais de Educação, a ANPED ó Associação Nacional de Pós-Graduação e

RA ó Federação das Associações de Servidores das Universidades Brasileiras, a UNE ó União Nacional dos Estudantes (que em 1985 é reconhecida legalmente como entidade), os Fóruns, o CRUB ó Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras, entre outros. Mas, apesar de todo o debate, a extensão não se firma como tema prioritário nos primeiros anos da década de 80.

Na segunda metade da década de 80, segundo Tavares (1997), a extensão aparece

como possibilidade concreta e viável para dar suporte a uma nova concepção de universidade em que a produção do conhecimento e do saber, além da formação de recursos humanos, se daria numa relação direta com a sociedade, num processo de troca e de complementaridade, concretizada de forma autônoma e crítica, constituindo-se em instrumento viabilizador de transformação da sociedade (TAVARES, 1997, p.13 e 14).

Neste sentido, a Associação Nacional de Docentes do Ensino Superior - Andes, o Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras - CRUB e o governo, passam a repensar os rumos da universidade no sentido de rever o seu papel social e privilegiar as camadas da população menos favorecidas.

A extensão passa a ter um maior destaque no MEC e tem o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão reconhecido legalmente por meio da Portaria-MEC nº. 742/85 sendo assim, ampliadas as discussões sobre a extensão universitária. Com isso, de acordo com Tavares (1997), são organizados encontros regionais sobre o tema onde fica clara a necessidade de uma política nacional de extensão.

Em 1987 é criado o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, que propõe um novo conceito para a extensão universitária, qual seja o de articulação do ensino e da pesquisa, priorizando a função social da universidade. No encontro realizado na Universidade de Brasília-UnB, em 1987, onde ocorreu a criação do Fórum, a extensão ficou assim definida:

A extensão como um processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre Universidade e Sociedade. [...] A extensão é uma via de mão-dupla, com o trânsito assegurado à comunidade acadêmica, que encontrará, na sociedade, a oportunidade da elaboração da práxis de um conhecimento acadêmico. No retorno à universidade, docentes e discentes trarão o aprendizado que submetido à reflexão teórica, será acrescido àquele conhecimento. Este fluxo, que estabelece a troca de saberes sistematizados/acadêmico e popular, terá como consequência: a produção de conhecimento resultante do confronto com a realidade brasileira e regional; e a democratização do conhecimento acadêmico e a participação efetiva da comunidade na atuação da universidade. (NOGUEIRA, 2000, p.11)

lidade ensino, pesquisa e extensão, é aprovado na Constituição Federal em 1988 que, no seu artigo 207, relata: "As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão". Dessa forma a extensão é reconhecida constitucionalmente como função da universidade, indissociável do ensino e da pesquisa.

Diversas concepções sobre a extensão e suas funções passam a compor os projetos das universidades públicas e, com isso, surgem inúmeras contradições, porém, todas com o objetivo de superar a concepção tradicional de prestação de serviços, difusão de cultura e disseminação de conhecimentos.

Na década de 1990, de acordo com Tavares (1997), as universidades públicas tentam minimamente uma aproximação com a sociedade, principalmente com as classes marginalizadas. A preocupação continua sendo, como em toda a história da universidade brasileira, com a formação profissional desconectada dos problemas sociais. A extensão vive um momento de crise devido a pouca participação de professores e alunos e a falta de recursos financeiros para financiamento de projetos e programas.

Em 1993, por meio da concretização de propostas defendidas pelo Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, a extensão retoma espaço no MEC, que cria a Divisão de Extensão e Graduação - DIEG, no Departamento de Política de Educação Superior - DEPEs da SESu/MEC, constituindo uma Comissão de Extensão Universitária por meio da Portaria nº. 66, de 13 abril de 1993, a qual tinha o objetivo de "elaborar programas específicos que definam princípios, diretrizes e formas de fomento à extensão nas IES" (SESu/MEC, 1993 apud TAVARES, 1997, p.144). Essa Comissão, formada pelo coordenador Nacional e pelos coordenadores regionais do Fórum de Pró-Reitores de Extensão, pelo Diretor do DEPEs e pelo chefe da DIEG, apresentou três programas de fomento, o que deixou a extensão num momento favorável.

Neste mesmo ano, no VII Encontro Nacional do Fórum de Pró-Reitores de Extensão, realizado em Cuiabá/MT, a Comissão de Extensão elabora o "Programa de Fomento à Extensão Universitária - PROEXTE", no qual, cada universidade poderia apresentar uma proposta que seria avaliada por um Comitê Assessor de Extensão, instituído pela Portaria SESu/MEC nº.134, de 19 de julho de 1993. O Comitê tinha a incumbência, segundo Tavares (1997), de julgar as propostas das IES, bem como sugerir formas de acompanhamento, continuidade ou suspensão da ação. Em novembro, foi lançado o Programa de Fomento para o ano de 1994, sendo que só poderiam participar da concorrência, Instituições Públicas de



PDF Complete
Your complimentary use period has ended.
Thank you for using PDF Complete.

[Click Here to upgrade to Unlimited Pages and Expanded Features](#)

ou Municipais desde que tivessem um órgão responsável pela extensão.

O ano de 1993 foi marcado por iniciativas que fortaleceram as instituições e o PROEXTE representou um importante espaço de institucionalização da extensão enquanto prática acadêmica, com recursos próprios, bem como, um passo importante de articulação entre o Fórum de Pró-Reitores de Extensão e o MEC. Por falta de recursos, o Programa foi encerrado em 1996, sendo retomado em 2003 como PROEXT.

Em 1994, em meio à crise econômica e social, há um consenso nas universidades de que devem se engajar na luta pela cidadania compreendida como um conjunto de direitos civis, políticos e sociais. Nesse sentido, o Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras - CRUB, preocupado com a forma de inserção das universidades na sociedade, realiza sua 57ª reunião, pautada no tema "Universidade Cidadã". Também o Fórum de Pró-Reitores de Extensão, nesse ano, realiza seu VIII Encontro Nacional com o tema cidadania: "A Extensão Universitária: a Construção da Cidadania e a Afirmação da Soberania Nacional", retomando as diretrizes do Fórum de 1987, de universidade voltada aos interesses da maioria da população.

A partir de 1995, de acordo com Sebinelli (2004), sob as políticas neoliberais de Fernando Henrique Cardoso, são estabelecidas novas diretrizes para o ensino superior e assim, constituem-se, por meio da extensão, diversas parcerias público-privadas. Sob as novas diretrizes, o ensino superior deve priorizar o "desenvolvimento nacional" e, com isso, o IX Encontro Nacional do Fórum de Pró-Reitores de Extensão, realizado em Fortaleza-CE, em 1995, define como tema: "A articulação da Extensão Universitária com os Projetos Estratégicos de Desenvolvimento Regionais e Nacionais".

Dessa forma, grande parte das universidades adere ao Programa de governo "Universidade Solidária", para que as atividades de pesquisa e extensão "se voltassem para os problemas relacionados com a miséria e a fome" (TAVARES, 1997, p.155), relegando à extensão, novamente um papel assistencialista e de prestação de serviços, onde a universidade, que "detém o saber", repassa o conhecimento para a comunidade "carente", que recebe os ensinamentos sem questionamentos. Demo (2001), referindo-se ao Universidade Solidária, diz que o Programa objetiva a "sobrevivência, gerando a dependência e caçando os potenciais que levam a autonomia" (DEMO, 2001, p.49).

O documento "Perfil da Extensão Universitária", elaborado no final de 1994, é discutido no IX Encontro Nacional, apontando que as IES públicas, na prática, não estavam seguindo as diretrizes políticas traçadas para a extensão desde 1987, ao praticar ações

le serviços em detrimento de ações que produzem conhecimentos visando à transformação social.

Em 1996, a extensão passa a fazer parte da avaliação do ensino superior, o qual é avaliado entre outros itens, pela sua inserção social. No Decreto 2026/96, está determinado como critério de avaliação, o grau de inserção da instituição na comunidade, local e regional, por meio dos programas de extensão e de prestação de serviços.

Ainda em 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de nº. 9.394/96, em seu artigo 43, nos parágrafos que tratam dos objetivos do ensino superior, reafirma a prática da extensão como transmissão de conhecimentos, prestação de serviços e também, considera a relação com a comunidade. Porém, não contempla o princípio da indissociabilidade ensino, pesquisa e extensão. Assim dissertam os parágrafos IV, VI e VII:

[...] IV - promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;

[...] VI ó estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;

VII ó promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição.

Os Fóruns de Extensão passam a debater as disposições constantes na LDB de 1996 com relação à extensão e, em 1997, no XII Encontro Nacional do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, realizado em Brasília/DF, elaboram o Plano Nacional Temático: Universidade Cidadã, onde são relatados os conceitos sobre a interação universidade, extensão, cidadania e comunidade.

Em 1998 foram realizados o XIII e o XIV Encontros Nacionais do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. Nestes encontros, elaboram o Plano Nacional de Extensão Universitária, em parceria com o MEC, com base no documento redigido em 1997. Nesse Plano, lançado em dezembro de 1999, são estabelecidos o conceito e a política de extensão universitária no Brasil, mantendo as mesmas concepções discutidas no I Encontro Nacional, quando da criação do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, realizado em 1987.

O Plano é adotado pela Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação e apresenta a extensão como [...] um processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre universidade e sociedade. Dessa forma, a extensão é entendida como a democratização do

ação efetiva da comunidade na atuação da Universidade, ou seja, a troca de saberes, acadêmico e popular, que resultará, segundo o Plano, na produção de novos conhecimentos, onde a extensão é a ferramenta necessária para esse processo dialético de teoria/prática, resultante na visão integrada do social.

A partir do ano 2000, as atividades extensionistas passam a fazer parte da responsabilidade do Ministério da Educação, como se pode observar no Decreto 3501:

O Ministério da Educação, órgão da administração direta, tem como área de competência os seguintes assuntos: [...] - pesquisa e extensão universitária; [...] À Secretaria de Educação Superior compete: [...] - promover e disseminar estudos sobre a educação superior e suas relações com a sociedade; [...] Ao Departamento de Política do Ensino Superior compete: [...] apoiar a execução de programas de ensino e extensão, visando a adequação das instituições de ensino superior à realidade local e regional e a sua integração com a sociedade (DECRETO 3.501, de 2000. - Anexo I ó artigo 1º: 14 e 15).

No XVI Encontro Nacional do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, realizado em João Pessoa - PB, no ano 2.000, aconteceu o I Encontro Nacional de Avaliação da Extensão Universitária e, em dezembro deste mesmo ano, o Grupo de Trabalho responsável pela avaliação da extensão entrega ao Fórum o documento Avaliação Nacional da Extensão Universitária que é publicado em 2001, pelo MEC/SESu. Também em 2001, é criado o Sistema de Dados e Informações da Extensão - SIEX. Estes dois documentos configuram-se como importantes direcionadores da política de extensão.

No Plano Nacional de Educação - PNE, instituído pela Lei nº. 10.172, de 09 de janeiro de 2001, são descritas as seguintes exigências para cursos de graduação:

Estabelecer, em nível nacional, diretrizes curriculares que assegurem a necessária flexibilidade e diversidade nos programas de estudos [...] de forma a melhor atender às necessidades diferenciais de suas clientelas e às peculiaridades das regiões nas quais se inserem (MEC, 2001, p.44).

Sob este aspecto, observa-se que o Plano defende o atendimento à comunidade, bem como, a busca de diferentes programas de estudos, porém, não contempla a possibilidade de troca de saberes entre universidade e comunidade.

Os dispositivos legais passaram a considerar, a partir de 2001, nas atribuições do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira ó INEP, a indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão como característica das instituições universitárias e a extensão universitária passou a ser avaliada nas IES, com a criação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior ó SINAES, sob a coordenação e

l de avaliação da Educação Superior ó CONAES, regulamentados pela Lei 10.861 de 14 de abril de 2.004, que, em ser artigo terceiro determina:

A avaliação das instituições de educação superior terá por objetivo identificar o seu perfil e o significado de sua atuação, por meio de suas atividades, cursos, programas, projetos e setores, considerando as diferentes dimensões institucionais, dentre elas obrigatoriamente as seguintes: [...] a responsabilidade social da instituição, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural, a comunicação com a sociedade.

Com a determinação desse artigo, nota-se a extensão como presença obrigatória no perfil da universidade e, pela primeira vez, aparece legalmente a *comunicação* com a sociedade.

Nas diretrizes elaboradas pela CONAES para a avaliação da Educação Superior, em novembro de 2005, a *comunicação* com a sociedade também é explanada:

Consistência e exequibilidade das propostas de comunicação com a sociedade, constituindo-se como referência na identificação e solução de problemas de natureza social, técnica, organizacional, econômica, cultural e ecológica; - Consistência e exequibilidade das propostas de comunicação com a comunidade interna, favorecendo a socialização das informações e qualificando a participação coletiva nas atividades da IES, envolvendo a relação entre os cursos e demais instâncias acadêmicas (BRASIL, MEC - CONAES. Avaliação Externa de Instituições de Educação Superior-Diretrizes e Instrumento. Brasília, 2005).

Atualmente, nos documentos apresentados pelo Fórum de Pró-Reitores das Universidades Públicas Brasileiras, a extensão universitária se consolida como indissociável do ensino e da pesquisa e como prática acadêmica interdisciplinar, capaz de interagir com a sociedade promovendo a troca de conhecimentos, não necessariamente sendo considerada uma terceira função, porém, devendo ser assumida pelo ensino e pela pesquisa de tal forma que seja o direcionamento das ações da universidade.

Porém, essa concepção construída neste percurso histórico, parece não estar se efetivando no ambiente universitário. É como afirma Demo (1996):

Na verdade, o horizonte educativo da universidade nunca foi claro entre nós. Aparece na organização estudantil, em momentos culturais questionadores, por vezes em certas ações de extensão, mas jamais como algo intrinsecamente curricular. É uma coisa secundária, voluntária, posterior. Segundo um blague corrente, os professores mais brilhantes fazem pesquisa, e também já não gostam de dar aula. Os professores medianos dão aula, e os -babacasø fazem extensão, já que esta significa normalmente dedicação para além do tempo devido e supõe grande boa vontade (DEMO, 1996, p.27-28).

com que foi sendo construído o conceito de extensão universitária como função, integrada ao ensino e à pesquisa, e a incompreensão de sua função comunicativa, de troca de saberes e de encontro com a comunidade, fez com que fosse relegada a sabe-se lá qual plano, ocasionando a distorção de seus pressupostos e a pouca participação dos sujeitos do ambiente universitário.

2.3 A FUNÇÃO DA EXTENSÃO

A compreensão do conceito de extensão, bem como a sua relevância, tanto para as Universidades como para a sociedade, se apresentam de formas diferenciadas, baseados no percurso histórico e político que ocorreu no país e em cada universidade. Por diversas vezes é entendida como prestação de serviços assistencialistas ou consultoria empresarial. Em outras, como uma forma de diálogo entre diferentes grupos sociais, como estágio ou como difusão cultural, ou ainda como forma de captação de recursos.

Rocha (1980, p.44) afirma que a função da extensão aparece òcomo algo indefinido e etéreoö, ou como òum repositório das coisas que se quer fazer na instituição de ensino superior, mas não se sabe onde enquadrarö. Dessa forma, o que se percebe, é que até hoje, não há clareza quanto ao conceito de extensão universitária enquanto função articuladora do ensino e da pesquisa nas Universidades.

As ideias de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e de extensão como função acadêmica vem sendo preconizadas desde o I Encontro Nacional do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, em novembro de 1987, na Universidade de Brasília ó UnB, que teve como objetivo a revisão conceitual da extensão universitária, preconizando a ideia de função social da Universidade.

Na Lei, a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão também é uma realidade desde 1988, quando da promulgação da Constituição do Brasil. Já a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional ó LDB nº. 9394, de 1996, não referencia a indissociabilidade. Nela, a extensão aparece como prestação de serviços e transmissão de conhecimentos. Porém, considera a troca de saberes com a comunidade. No art. 43, inciso 7, determina que uma das finalidades da educação superior é: òPromover a extensão, aberta à participação da população,

benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição (BRASIL, 1996).

O Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras se constitui num espaço imprescindível de discussão sobre os rumos da extensão nas universidades. Dentre os vários encontros realizados, destacaram-se alguns temas de discussão:

a) a extensão como articuladora do ensino e da pesquisa; b) o compromisso social da Universidade na busca de soluções de problemas no espaço em que está inserida; c) um novo conceito de sala de aula; d) as metodologias de extensão; e) a interdisciplinaridade nas ações extensionistas; f) a necessidade de institucionalização da extensão nas Universidades e no Ministério de Educação e Cultura; g) o financiamento para a extensão por parte do governo; h) a extensão e cidadania; i) propostas de avaliação das atividades extensionistas; j) a relação entre autonomia e extensão universitária. (NOGUEIRA, 2000 apud TOSCANO, 2006, pág.71).

A partir das discussões e das diversas definições que se construiu ao longo da história, o conceito de extensão foi avançando e, atualmente, a extensão é preconizada pelo Fórum de Pró-Reitores de Extensão, como um processo educativo, cultural e científico que centraliza as principais funções da universidade: o ensino e a pesquisa, vinculando-os ao compromisso social da universidade para com a construção da cidadania e da justiça social. Desta forma, a extensão passa a ocupar o lugar de direcionamento das ações de ensino (formação de profissionais) e pesquisa (produção de conhecimentos) de maneira que atenda as demandas da sociedade.

A responsabilidade social da universidade pressupõe conhecer e entender as necessidades da comunidade, a qual deixa de ser receptora de conhecimentos passando a redimensionar o seu próprio saber. Assim, a extensão torna-se uma via de mão-dupla, conforme preconizado pelo Plano Nacional de Extensão:

A extensão é uma via de mão-dupla, com trânsito assegurado à comunidade acadêmica, que encontrará, na sociedade, a oportunidade de elaboração da práxis de um conhecimento acadêmico. No retorno à Universidade, docentes e discentes trarão um aprendizado que, submetido à reflexão teórica, será acrescido àquele conhecimento (PLANO NACIONAL DE EXTENSÃO, 2000/2001, p.04).

No documento *Carta de Recife* elaborado pelo Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras em 2004, a extensão é reafirmada como espaço de integração da universidade com a sociedade.

ade que queremos construir é plural, democrática, com qualidade em ações, autônoma e atuante numa relação transformadora com a sociedade. [...] É preciso ouvir a sociedade, com quem interagimos e, principalmente os excluídos, em seus anseios e necessidades e em sua expressão sobre qual universidade o país necessita. [...] A participação de todo o corpo acadêmico em ações de interação com a sociedade deve ser valorizada pela integralização curricular e pela inserção no plano de trabalho dos profissionais.

Esse conceito supera a visão de extensão somente como ãdisseminação de conhecimentosö (seminários, cursos, conferências), õprestação de serviçosö (assessorias, consultorias, assistências) e õdifusão culturalö (eventos artísticos e culturais), para priorizar a relação dialógica com a comunidade, produzindo a troca de saberes acadêmico e popular, o que resultará, segundo o Plano Nacional de Extensão Universitária (2000/2001), na produção de novos conhecimentos onde a extensão é a ferramenta necessária para esse õprocesso dialético de teoria/prática, resultante na visão integrada do socialö.

O Plano Nacional de Extensão(2000/2001) estabelece como objetivo a importância de se ãreafirmar a extensão universitária como processo acadêmico definido e efetivado em função das exigências da realidade, indispensável na formação do aluno, na qualificação do professor e no intercâmbio com a sociedadeö, dessa forma, a extensão, adquirindo um caráter interdisciplinar, constrói espaços de troca de saberes e produção de novos conhecimentos e passa a articular o ensino e a pesquisa com as necessidades das camadas populares de maneira que compromete a universidade com a realidade, tornando-se indispensável na formação acadêmica do aluno, na reciclagem do professor e na interação da universidade com a comunidade.

A interdisciplinaridade proporcionada pela ação extensionista leva a uma ação integradora das disciplinas, a qual proporciona a aproximação com diversas áreas do conhecimento possibilitando a pesquisa e a motivação em busca de novos saberes. Dessa forma, a interdisciplinaridade representa uma importante ferramenta para a extensão universitária.

A integração poderia acontecer em aspectos parciais, como: confronto de métodos, teorias-modelo ou conceitos-chave das diferentes disciplinas, ao passo que, delimitando mais rigorosamente o conceito de interdisciplinaridade, conclui-se que esta seria um passo além dessa integração, ou seja, para que haja interdisciplinaridade deve haver uma õsintoniaö e uma adesão recíproca, uma mudança de atitude frente a um fato a ser conhecido; enfim, o nível interdisciplinar exigiria uma õtransformaçãoö, ao passo que a nível de integrar exigiria apenas uma õacomodaçãoö (FAZENDA, 1993, p.51).

Interdisciplinaridade exige transformação, ou seja, mudanças na forma de agir e pensar dos envolvidos no processo. Durhan (1993) afiança que a universidade deveria abrir-se mais para as demandas da sociedade e que isto poderia ocorrer por meio de uma verdadeira política de extensão. Uma política que pensasse na extensão como espaço de atividades acadêmicas de caráter interdisciplinar que proporcionaria, além da integração de áreas distintas de conhecimento, uma visão ampla e integrada do social e um estreito relacionamento com a sociedade.

Para Tavares (1997), essa forma de conceber a extensão deveria ser o novo paradigma do ensino superior, tornando a universidade mais democrática e autônoma, com o desenvolvimento de uma ciência mais crítica e reflexiva, colaborando na construção da cidadania. A formação cidadã, também é defendida por Calderón (2007):

Estamos em um contexto que possibilita criar o novo, mas com seriedade e responsabilidade, tendo como eixo norteador a função social do ensino e da pesquisa, tendo nas ações extensionistas importantíssimas ferramentas para a formação cidadã (CALDERÓN et al., 2007, p.48).

A ANDES, hoje Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino superior ó ANDES-SN, já defendia em 1982, uma universidade autônoma e democrática considerando como suas funções básicas, o ensino, a pesquisa e a extensão, direcionadas para a transformação da sociedade.

A participação em atividades extensionistas significa, então, superar a visão de algumas instituições de ensino de somente orientar-se pelo paradigma da formação profissional e da inovação disseminado ao longo da história, mas que, neste momento, não contempla os problemas sociais que urgem por profissionais criativos, críticos, autônomos, solidários e adeptos a mudanças, características de sujeitos que compartilham conhecimentos, participam e interagem em um grupo e estão imersos na busca de práticas voltadas para a cidadania.

Com o mesmo posicionamento de Tavares (1997), Souza Santos (1996) defende que a extensão deveria ter uma função de centralidade nas atividades acadêmicas de ensino e pesquisa, porém, tendo o cuidado de não *estender* para a comunidade, os conhecimentos desenvolvidos na universidade, e sim desenvolver práticas extensionistas de forma que a produção de conhecimentos fosse estimulada e desafiada a ser crítica e inovadora.

Assim, sustenta-se que a extensão universitária se torna um meio pelo qual a universidade interage com a sociedade socializando o saber e a tecnologia produzidos em seu

idade social³, superando a concepção assistencialista que outrora a adjetivava e levando os alunos a adquirirem competências que os tornem preparados para sua vida profissional e social. Da mesma forma, a própria universidade aprende/apreende ao encontrar na sociedade, a oportunidade da prática do conhecimento acadêmico. Ao retornar à universidade, os professores, administrativos e/ou alunos, trarão para seu espaço o saber popular que vivenciaram, ampliando o conhecimento que possuíam, assim como afiança Bernheim (2001):

Prevalece, desde entonces, el criterio de LA EXTENSIÓN O DIFUSIÓN COMO EL CANAL DE COMUNICACIÓN ENTRE LA UNIVERSIDAD Y LA COLECTIVIDAD. Un canal de doble vía, a través del cual la Universidad lleva a la sociedad su mensaje liberador y concientizador y, a la vez, recoge las inquietudes y expresiones culturales de la comunidad [í] Esta acción social debe ser parte de la gran tarea educativa confiada a las Universidades, vinculadas al proceso formativo integral del estudiante, que le permita el contacto inmediato con la problemática de su colectividad. Bernheim (2001 apud FARIA, 2001, p.45).

Dessa forma, acredita-se que a extensão deve ser concebida como sugere Freire (2002), como *õcomunicaçãoõ*, ou seja, um diálogo entre a universidade e a comunidade. Para o autor, a extensão como *comunicação* é um ato de ir e vir, onde a universidade leva para a sociedade o que tem de conhecimento e traz desta diferentes tipos de saberes. Assim, faz-se necessário estar alerta para a necessidade da participação efetiva da comunidade para que a mesma sinta-se sujeito desse processo de *comunicação/extensão*.

Acredita-se ainda na concepção de Melo Neto (2001), de extensão como um *õtrabalho social útilõ*, onde acontece um processo de teoria e prática dos sujeitos envolvidos no *õtrabalhoõ*, proporcionando novas aprendizagens que possibilitem a cidadania, a democracia, a criticidade e o trabalhar em conjunto. O que é confirmado por Tavares (1997, p. 14): *õé um processo de troca e de complementaridade, concretizada de forma autônoma e crítica, constituindo-se em instrumento viabilizador de transformação da sociedadeõ*.

Para Gurgel (1986), a universidade precisa *õaprender a lerõ* a realidade do povo, para que possa se comunicar com a sociedade. É claro que se deve levar em conta que o espaço universitário é composto dos mais variados grupos de alunos, professores, administrativos, dirigentes e, portanto, de pensamentos divergentes sobre a interação da universidade com a sociedade e, é claro, sobre a extensão universitária. Porém, acredita-se que a universidade

³ Responsabilidade social na universidade é entendida por Calderón, como a capacidade que a universidade tem de *õdifundir e colocar em prática um conjunto de princípios e valores, gerais e específicos, que contribuam para repensar o desenvolvimento humano, por meio de quatro processos considerados chaves: gestão, docência, pesquisa e extensão universitária, respondendo socialmente desta forma perante a própria comunidade universitária e o país onde está inseridaõ* (CALDERÓN, 2008, p.16).

deve ter a função de comunicação defendida por Freire, onde converse com o seu meio possibilitando uma revisão crítica e constante de suas funções de ensino e pesquisa, consoantes com as necessidades da maioria da população. Assim se posiciona Gurgel:

Em uma dimensão de mudança social na direção de uma sociedade mais justa e igualitária, a extensão tem a obrigatoriedade de ter uma função de comunicação da universidade com seu meio, possibilitando, assim, a sua realimentação face à problemática da sociedade, propiciando uma reflexão crítica e uma revisão permanente de suas funções de ensino e pesquisa. Deve representar, igualmente, um serviço à população, com as quais os segmentos mais conscientes da universidade estabelecem uma relação de troca ou confronto de saberes (GURGEL, 1986, p.170).

Esse conceito confere à extensão uma maior dimensão, pois traz para o primeiro plano o compromisso que a universidade deve ter com a sociedade. Ao passar à condição de direcionadora do ensino e da pesquisa, a extensão ganha um lugar de destaque, ao contrário do tripé ensino-pesquisa-extensão, onde é considerada uma função à parte, separada das outras duas e sempre tida como a menos privilegiada: o que não é ensino, nem pesquisa, é extensão.

No momento atual, diante das mudanças econômicas, sociais, culturais e tecnológicas, ocorridas no final do século XX e início do século XXI, as universidades estão instigadas a responder às novas demandas inerentes a este processo de transformação que está ocorrendo na sociedade. Porém, percebe-se que as funções da universidade não estão correspondendo aos reclames atuais, pois parecem estar desfocadas, prevalecendo ainda a dissociabilidade entre a pesquisa, o ensino e a extensão. Dessa forma, parece que ainda caracteriza-se a ideia de formação profissional, de pesquisa aliada aos interesses da competitividade da economia e não aos interesses sociais e de extensão com a conceituação retrógrada de prestação de serviços e/ou atividades culturais. Botomé (2001) alerta que, apesar do avanço da extensão nos últimos anos, ainda se mantém nas universidades, alguns equívocos antigos sobre suas concepções.

Na legislação educacional brasileira, segundo Toscano (2006), desafios importantes são lançados para a universidade:

[...] a criação cultural; o estabelecimento de uma relação de reciprocidade com a comunidade; o papel de divulgadora da cultura, da pesquisa científica e tecnológica produzida internamente; a diversificação de seus programas de estudos de forma a atender aos interesses da região na qual se insere; e, ainda, ultrapassar a formação puramente profissional e incluir a dimensão política, social, cultural, ética e humanística. No entanto, vemos a aproximação com a sociedade por meio de cursos

Porém, o que se observa, é que poucos destes desafios estão sendo estimulados e difundidos. A extensão dos anos 80, 90 e início do século XXI, é caracterizada segundo Thiollent (2000), principalmente pela arrecadação de recursos para a universidade, restringindo as várias possibilidades de desafios sociais proporcionados pela extensão e troca de saberes entre a universidade e a comunidade, tão necessárias para a formação integral do ser humano.

Para Toscano (2006), a extensão deve ser entendida como um campo de experimentação que proporciona o desenvolvimento de projetos extracurriculares e propostas de pesquisa que completarão a formação humana:

[...] com um sentido para as questões de interesses da comunidade, a realização de assessorias a grupos externos, bem como promoção e difusão de conhecimentos. Nestas atividades, as pessoas atendidas não deverão ser vistas como simples público-alvo, mas como atores em situações de vida e em suas interações com os grupos universitários envolvidos no processo de formação humana (TOSCANO, 2006, p.76 e 77).

As atividades de ensino e pesquisa, direcionadas pela extensão, nas suas mais variadas formas, seja por meio de atividades culturais, prestação de serviços, cursos, palestras, exposições, desenvolvimento de produtos, entre diversas outras, significam o ir além da formação profissional e a preocupação na formação de um sujeito preparado para o mundo, capaz de transformar a realidade e pensar coletivamente e nas necessidades da comunidade. Segundo Sousa (2000b, p.11),

[...] a Extensão está presente toda vez que a academia ultrapassa seus muros, mas não significa qualquer trabalho fora do campus. Ela está presente em todos os momentos e ações acadêmicas, transcendem a formação profissional e a busca de conhecimento. Está presente todas as vezes que alunos, professores e servidores devolvem à comunidade os resultados de seus esforços internos no aprendizado e na pesquisa, seja esta devolução nos mais diversos formatos, desde os já tão preconizados cursos, promoção de eventos, serviços, apresentações etc. (...) Está presente sempre que o alvo destas ações acadêmicas não se identifiquem simplesmente entre aqueles que já estão na academia mas naquele outro que não chegou lá, ou mesmo naquele que já passou por lá. Sousa (2000b apud TOSCANO, 2006, p.83).

Assim, se acredita ser de suma importância entender a extensão e suas áreas temáticas (Comunicação, Cultura, Direitos Humanos e Justiça, Educação, Meio Ambiente, Saúde, Tecnologia e Produção e Trabalho), da mesma forma que preconiza o Fórum de Pró-Reitores

universitária transformadora, interdisciplinar, promotora de interações sociais que, indissociável do ensino e da pesquisa, vai atender aos reclames e necessidades da sociedade, de forma que ocorra uma transformação sem assistencialismo.

2.3.1 O Papel da Universidade nas Sociedades: Mudança Social

A extensão universitária não pode ser compreendida sem levar em conta a universidade e o relacionamento desta com a sociedade. Fávero(1977), assim se posiciona:

Independente de sua estrutura organizacional, a universidade, antes de mais nada, é parte e fruto de um modelo político-cultural. Condicionada pelo contexto no qual está inserida, seus objetivos estão necessariamente relacionados com os objetivos da sociedade. Apresenta-se sempre como instrumento do sistema global e das diferentes forças que nele atuam (FÁVERO, 1977, p.11).

Desta forma, a universidade adquire uma identidade e a extensão, como parte desta universidade, logo, desta sociedade, engloba os objetivos por elas propostos.

O desenvolvimento do ensino superior brasileiro, até a reforma de 1968, se pautava em modelos de países desenvolvidos. Em um primeiro momento, até o fim do estado-novo em 1945, sob o modelo europeu; e em seguida, sob o modelo norte-americano que se destacava na área tecnológica.

Neste período, de 1945 a 1964 (república populista), as universidades brasileiras primavam pela formação profissional que deveria ser, segundo Cunha (1988), compatível com os padrões socialmente definidos de poder, de remuneração e de prestígio. Na medida em que o Estado consolidou o entendimento de Universidade como instrumento de formação profissional, fez com que um de seus princípios, a democracia, ficasse prejudicado.

Pode-se dizer que neste período, ocorreu um dos pontos da crise de legitimidade da universidade descrita por Souza Santos (1996), ou seja, o momento em que a educação superior deixa de ser privilégio da elite e passa ser a aspiração de grande parte dos jovens de todas as camadas da população, em busca de ascensão social, indicando, segundo Toscano, um vínculo direto entre educação, trabalho e produção. Assim, a busca pela universidade passa a ser uma questão de democracia, igualdade de oportunidades e de mobilidade social (TOSCANO, 2006, p.58).

crítica aos modelos que impulsionavam o ensino superior brasileiro, e iniciou-se um processo de discussão para a sua modernização que culminou na Reforma de 68. A Lei da Reforma Universitária de 1968, sob o nº 5.540/68, propôs novas funções para a universidade, funções que fossem além da formação profissional.

Cunha (1988) adverte:

[...] o ensino superior brasileiro encontrava-se dilacerado por contradições, principalmente pela crise de realização social do seu produto mais valorizado pela sociedade: o profissional diplomado. [...] O resultado imediato foi a elevação dos requisitos educacionais, a desvalorização econômica e simbólica dos diplomas, o subemprego e o desemprego. Todo esse processo induzia um movimento estudantil voltado para a reforma do ensino superior, de modo a adequá-lo às exigências da sociedade e, no limite, para a transformação profunda da própria sociedade (CUNHA, 1988, p.37).

Porém, com a Reforma de 68, a organização do ensino superior sob os moldes norte-americanos fica novamente evidenciada, consistindo, entre outros, em critérios de produtividade e conceitos de organização racional do trabalho, incentivando a profissionalização, em detrimento, segundo Souza Santos (1996), da dimensão cultural.

Com isso, a reforma deveria responder aos reclames do desenvolvimento do país, indicando a *Pesquisa* como uma nova função da universidade, a qual, juntamente com o ensino, deveria promover esse desenvolvimento. Começam as parcerias da universidade com as empresas para que as mesmas pudessem oferecer emprego aos futuros profissionais. Dessa forma, a universidade deveria ter forte vinculação com as indústrias. Loureiro esclarece:

[...] a indústria e as universidades reconhecem as vantagens da cooperação mais estreita, pois se as universidades carecem de verbas para se manterem e expandirem, a indústria precisa de técnicos bem formados e aptos para acudir às suas necessidades (LOUREIRO, 1990, p.140).

Essa relação de troca com a indústria, evidenciou a ênfase na pesquisa aplicada de acordo com os interesses empresariais e na busca de recursos externos. Essa interação entre a universidade, o governo e a indústria, esclarece o perfil de muitas universidades, de forte cooperação com o setor produtivo. Muitas, segundo alguns autores como Wolff (1993), se tornaram agências de prestação de serviços:

[...] a antiga imagem do enclave murado, é óbvio, torna-se inteiramente inapropriada para a moderna multiversidade, que não tem muros nem portões, e, assim, não se pode sequer dizer que ela 'está aberta' à sociedade mais ampla [...] mesmo quanto aos orçamentos e à administração pode ser difícil discernir os limites precisos da instituição [...] como grandes corporações de conglomerados que cresceram de

As empresas, controle acionário e diversificação, as multiversidades em quase todo tipo de atividade que requer perícia técnica [...] são as holding companies da indústria do saber, conhecimentos técnicos são recursos econômicos ainda mais valiosos que depósitos minerais numa sociedade industrial avançada[...] são como agências de prestação de serviços (WOLFF, 1993, p.56).

Ainda hoje, cabe a muitas universidades, dedicar-se à pesquisa aplicada e à prestação de serviços, para que haja a produção e a transferência de conhecimentos para o mercado.

Esse breve histórico foi exposto para situar a caracterização da universidade brasileira como voltada principalmente ao ensino e, em segundo plano, à pesquisa; e a proposta de indissociabilidade entre eles por meio da Reforma universitária de 1968.

Faz-se necessário também situar como a extensão se imbricou nesse processo político-cultural. Sendo citada na Lei 5.540/68, a extensão passou a fazer parte do bojo das discussões sobre as funções da universidade, porém, é claro, de uma forma menos valorizada.

A extensão como função foi entendida primeiramente, num contexto de relacionamento da universidade com a sociedade denotando a ideia dos estudantes nos anos 60, de ósair para fora dos muros, de conhecer a realidade do povo, prestar serviços à população carente e colaborar com o desenvolvimento do país, ideias que promoveram a institucionalização da extensão no ensino superior, pela Lei 5.540/68, caracterizando-a como prestação de serviços e filantropia.

Posteriormente, a extensão desenvolvida tradicionalmente de maneira assistencialista, passa a ser pensada como um espaço estratégico para a universidade desenvolver atividades comprometidas com a sociedade. Fica em questão, dessa maneira, a responsabilidade social da universidade para com as necessidades sociais, exigindo da universidade, segundo Toscano (2006), diálogos com os problemas do seu tempo.

A universidade, portanto, como resultante de um período histórico, está também envolvida com os problemas do seu tempo e tem, portanto, segundo Durhan (1993), que interferir nos problemas sociais, desatrelando-se de suas funções únicas de desenvolvimento de atividades de ensino.

Segundo Buarque (1994), a universidade é um lugar complexo, com estruturas definidas e com a capacidade de disseminar o conhecimento em forma de ensino, pesquisa e *extensão*, logo, a universidade exerce um papel fundamental da mudança social.

Saviani corrobora com estas ideias:

Com efeito, o problema da extensão não está desvinculado da pesquisa e do ensino, uma vez que a extensão terá maior chance de se realizar na medida em que o ensino

A importância dessa dimensão já havia sido identificada por Paulo Freire em 1969:

Por isto é que a tarefa do educador não é a de quem se põe como sujeito cognoscente diante de um objeto cognoscível para, depois de conhecê-lo, falar dele discursivamente a seus educandos, cujo papel seria o de arquivadores de seus comunicados. A educação é *comunicação, é diálogo*, na medida em que não é a transferência do saber, mas um encontro de sujeitos interlocutores que buscam a significação dos significados (FREIRE, 2002, p.68 e 69 ó grifo nosso).

Essa afirmação traz implícito o papel do educador e, conseqüentemente, da universidade, na realização da extensão, ou seja, integrando comunicação e produção do conhecimento.

Em outras palavras, a extensão é diálogo com a sociedade, promovendo a emancipação das pessoas. Pode tornar os conhecimentos acessíveis e instrumentos de desenvolvimento da cidadania, pois este é um requisito para a formação do bom profissional. Esta forma, segundo Habermas, seria uma maneira acertada de socializar o conhecimento, ou seja, òformar a nova geração de cientistas, pesquisadores e profissionais, capazes de diagnosticar os dias de hoje de modo a clarificar as forças que incidem sobre a ciência e o mundo da vidaõ (HABERMAS, 1998, p.202), tornando-se uma universidade emancipadora, que possa formar profissionais conscientes e capazes de atuar na sociedade, visando à transformação social.

Sob este enfoque, se pensa que o papel da UTFPR também deva ser o de mudança social, por meio da extensão universitária.

Com a Escola de Aprendizizes e Artífices, inicia-se a construção do perfil da UTFPR, qual seja o de formar para o mundo do trabalho, formar para o òfazerö, porém, com o amadurecimento da instituição, começou-se a levar em conta a formação completa do ser humano, aquela que esteja preocupada em formar um cidadão capaz, não só de executar tarefas, mas de pensar na transformação da realidade, característica da educação profissional e tecnológica atual. Para situar a universidade nesse contexto, faz-se necessário falar da educação profissional, tarefa para o próximo capítulo.

A Universidade Tecnológica Federal do Paraná situa-se num contexto diferenciado das universidades clássicas por ser a primeira universidade tecnológica do país, sendo que sua identidade universitária ainda está em fase de construção. Por se caracterizar principalmente pela educação tecnológica, viu-se a necessidade de fazer um breve relato histórico do desenvolvimento da educação profissional no Brasil.

Em 1808 tem início a era industrial e, com isso, em 1809 D.João cria o Colégio das Fábricas, que tinha o objetivo de ensinar profissões. Logo depois, organiza a Companhia de Artífices, destinada à aprendizagem de ofícios. Em 1811, seguem para a Corte, oito artífices com o objetivo de aprenderem a fabricar espingardas e depois, difundirem a aprendizagem numa fábrica de Vila Rica.

A partir da iniciativa de D.João, o ensino de ofícios passa a ser ministrado para os órfãos da sorte, especialmente os órfãos e assim, o ensino manual prosseguiu por mais de um século, sendo ensinado aos órfãos da fortuna (RELATÓRIO DA SINOPSE HISTÓRICA E EVOLUTIVA DA ETFPR, 1974, s/p.).

Em 1906, é lavrado o primeiro documento oficial habilitando o poder público a estimular financeiramente a instalação de escolas profissionais estaduais, já que na época, segundo a obra História do Ensino Industrial no Brasil, de Celso Suckow da Fonseca, a esfera federal era proibida de participar do ensino elementar nos estados. Porém, segundo o Relatório da Sinopse Histórica e Evolutiva da ETFPR (1974), o governo federal, em entendimento com a administração estadual, procurava promover o Ensino Prático Industrial, Agrário e Comercial. A partir disso, surgiram muitos fatos que evidenciavam a tendência na implantação de escolas profissionais, culminando com um decreto do então presidente Afonso Pena, criando o Ministério dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio, que tinha como responsabilidade, dentre outras, o ensino profissional.

Em 1909, com o falecimento do presidente Afonso Pena, assume o vice-presidente, Nilo Peçanha, que se consagrou como o fundador do ensino profissional no Brasil ao assinar o decreto 7.566, de 23 de setembro de 1909, criando as Escolas de Aprendizes Artífices.

Inicialmente estes estabelecimentos se caracterizavam por apresentar uma clientela de baixo nível cultural e apresentavam destinação social e humanitária, pois eram destinadas aos mais pobres e humildes, procurando ensinar-lhes um ofício que garantisse o sustento da família.

ssional se intensificou com o início da 1ª Guerra (1914-1918), quando houve a necessidade de implantação de inúmeras indústrias para a produção de bens de consumo. Dessa forma, as Escolas de Aprendizes Artífices passam a ser mais consideradas e, a partir de 1930, passam a constar da égide do Ministério da Educação e Saúde Pública. Em 1931, é instituída a Inspetoria do Ensino Profissional Técnico; e em 1934, essa Inspetoria é transformada em Superintendência do Ensino Profissional.

Em 1937, o Ministro Gustavo Capanema reestrutura o Ministério da Educação e Saúde e cria o Departamento Nacional de Educação que tinha em sua estrutura, a Divisão do Ensino Industrial, em substituição à Superintendência do Ensino Profissional. A partir destas transformações, as Escolas de Aprendizes Artífices passam a ser denominadas de Liceus de Arte e Ofícios, os quais eram destinados ao ensino profissional para todos os graus.

O ensino industrial é referenciado legalmente pela primeira vez na Constituição de 10 de novembro de 1937, a qual instituía a cooperação entre a indústria e o Estado. Em 1942, surge a Lei Orgânica do Ensino Industrial, na qual são instituídas, dentre outras providências, õas escolas técnicas e industriais da rede federal de estabelecimentos de ensino industrial (Decreto nº 4.127 de 25/02/1942), em que se incluía a Escola Técnica de Curitiba (RELATÓRIO DA SINOPSE HISTÓRICA E EVOLUTIVA DA ETFPR, 1974, s/p.). Até então, o ensino industrial era desenvolvido em âmbito regional e, por meio da transformação dos Liceus em Escolas Técnicas Federais, teve sua organização unificada em todo território nacional.

Para Kuenzer (1997), a Lei Orgânica do Ensino Industrial definiu os dois ramos de atuação da educação secundária: a social e a técnica, visto que, a sociedade da época delimitava a divisão social e técnica do trabalho. A autora confirma ãa separação em duas vertentes distintas para atender a demanda da divisão social do trabalho organizado e gerido pelo paradigma taylorista/fordista como resposta ao crescente desenvolvimento industrial (KUENZER, 1997, p.14). Dessa forma, ficava demarcada a trajetória educacional dos que iriam desempenhar funções intelectuais, da trajetória daqueles que iriam desempenhar funções instrumentais.

Em 1946, por meio de um acordo de cooperação entre Brasil e Estados Unidos no campo do ensino industrial, foi criada a Comissão Brasileiro-Americana de Educação Industrial - CBAI, que tinha como objetivo a orientação, a formação e o treinamento de professores da área técnica do Brasil. A partir desse acordo, elevou-se o padrão de qualidade do Ensino Técnico, principalmente na Escola Técnica de Curitiba, que era a sede da CBAI.

Estabelecimentos de ensino industrial saem da subordinação à Diretoria de Ensino Industrial e com isso conquistam autonomia didática, financeira, administrativa e técnica, passando a ser administrados por um Conselho de Representantes, que escolhia seu diretor.

Em 1961, no governo de João Goulart, é promulgada a Lei 4.024 fixando as Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB, a qual apresentava flexibilizações no ensino que vinham sendo preconizadas desde 1946, e concedendo ao governo federal o direito de legislar sobre as diretrizes e bases da educação nacional. A Lei transferia aos estados a responsabilidade de organizar seus sistemas de ensino e apresenta, pela primeira vez, a articulação entre ensino secundário de 2º ciclo e profissional, com direito a acesso ao ensino superior.

A partir da Revolução de 1964, ocorreram várias reformulações no ensino com a intenção de qualificação para o trabalho no ensino de 2º Grau.

Em 1968, pela Lei da Reforma Universitária nº 5.540, o ensino superior foi modificado passando a ter lei própria, que fixava normas de organização e funcionamento do ensino e sua articulação com a escola média. Em seu Art. 18 mostra a intenção de organizar cursos que não correspondiam a profissões já regulamentadas em lei, com a finalidade de atender a uma necessidade específica do mercado de trabalho. No Art. 23, mostra a possibilidade de criação de cursos profissionais diferentes dos já existentes; e, no Parágrafo 1º, aparece a citação da provável criação dos cursos superiores de curta duração.

Em função do acelerado desenvolvimento industrial, em 1969, pelo Decreto-Lei nº 547/69, as Escolas Técnicas Federais foram autorizadas a criar cursos superiores de curta duração, chamados de Cursos de Engenharia de Operação. A UTFPR, então ETFPR, passa a discutir o processo da implantação dos mesmos que começam a funcionar em 1974, constituindo-se em um novo espaço de educação superior, como pregava a Lei 5.540/68 que previa a aceleração no processo de formação.

Por meio da promulgação da Lei de Diretrizes e Bases 5.692, de 11 de agosto de 1971, o Ministro da Educação Jarbas Passarinho, estabeleceu novas diretrizes para o ensino estabelecendo significativas mudanças, tornando obrigatória a habilitação profissional no ensino secundário que passou a se chamar ensino de 2º Grau.

Em seu art. 1º, a Lei diz: proporcionar ao educando a formação necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades como elemento de auto-realização, qualificação para o trabalho e preparo para o exercício consciente da cidadania. Dessa forma, era desprezado o modelo tradicional de ensino secundário e técnico, tentando a integração, numa escola única, de oferecimento de educação geral e formação especial, que incluísse, além da preparação

Enfoque do educando como indivíduo e como membro da sociedade.

A intenção era boa, porém, ocorreram muitas deficiências, dentre as quais, a criação de inúmeros cursos profissionalizantes mais pela imposição da Lei do que pela demanda da sociedade; e a redução de apoio às instituições públicas especializadas somente no ensino profissional.

Em 1978, as Escolas Técnicas Federais de Minas Gerais, do Paraná e Celso Suckow da Fonseca, do Rio de Janeiro, foram transformadas em Centros Federais de Educação Tecnológica - CEFETs, os quais tinham o objetivo de oferecer a educação tecnológica por objetivos. Segundo Bastos (1998), a criação dos CEFETs foi uma modalidade inovadora, pois abrigava três níveis integrados de ensino: o técnico de 2º grau, o tecnólogo e o engenheiro industrial. Posteriormente, todas as escolas técnicas foram se transformando em Cefets.

Com a Lei nº 7.044/82, a oferta de ensino profissional deixou de ser obrigatória no segundo grau. Assim, a maioria das escolas passou a oferecer somente o ensino secundário propedêutico e a educação profissional continuou na égide das instituições especializadas, às quais, acredita-se, herdaram os princípios de uma formação mais geral e humanista.

Com a LDB nº 9.394, de 1996, a educação profissional ganha novos rumos, que se destacam principalmente pela articulação com o mercado e pela formação de pessoal qualificado, novamente enfatizando a formação profissional, apesar de trazer no seu Art. 39, que deveria haver a integração com outras formas de educação: a educação profissional, integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia, conduz ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva.

Com a Lei, acelera-se a implantação dos Cursos Superiores de Tecnologia, que deveriam ter organização curricular própria e independente do ensino médio, podendo ser oferecida de forma concomitante ou sequencial.

No então CEFET-PR, com a apresentação destas mudanças, sua autonomia foi restringida e começa-se a discussão para uma possível transformação em universidade tecnológica.

Esta perspectiva histórica é fundamental para entendermos a educação tecnológica. Segundo Motoyama (1995):

A partir desse alicerce comum, ela (a educação tecnológica) incorporou as características particulares de cada região e do momento histórico em curso. Contudo, a essência da filosofia educacional parece continuar a mesma, moldada do

... as revoluções (a Francesa e a Industrial). Ela diz respeito à idéia de técnica à ciência e as conseqüentes implicações no ensino (MOTOYAMA, 1995, p.66).

Então, educação e trabalho se aproximam para que se formem trabalhadores que vão satisfazer os interesses da sociedade de mercado. Segundo Durães (2009), na trajetória histórica da Educação Profissional, ãpredominam concepções que situam a formação dos trabalhadores numa posição secundária, fragmentada, empobrecida, aligeirada, formando uma classe trabalhadora que irá satisfazer às necessidades da burguesia e do mercado de trabalho (p.162).

Dessa forma, segundo a mesma autora, parece que a escola se propõe a um papel contraditório: ao mesmo tempo em que repassa um ensino moldado nos interesses da classe dominante, oferece diversificadas oportunidades aos que a frequentam. Contudo, faz-se necessário compreender que a instituição de ensino configura-se num espaço de discussão e reflexão. Arroyo (1997) esclarece que a escola experimenta as mesmas contradições sociais que a sociedade de um modo geral. Portanto, abre possibilidades de pensamentos críticos, de escolhas e novos jeitos de fazer, além da formação para o trabalho.

Assim, acredita-se que é urgente pensar que existem outras formas de conceber a educação tecnológica, as quais possam desmistificar a trajetória histórica que marcou a educação profissional.

Nesse sentido, situa-se a UTFPR, como uma instituição de Educação Tecnológica que prima pelo desenvolvimento de uma consciência crítica e participativa nos seus alunos, indo além da transmissão do saber técnico-científico.

A educação tecnológica ampla e integral, ou seja, além da técnica, deve construir a integração da educação com a tecnologia, para que se formem pessoas que busquem alternativas para minimizar as injustiças sociais.

Dessa forma, a educação tecnológica deve desenvolver saberes tecnológicos voltados à necessidade das pessoas e não somente aos interesses do mercado. A criatividade e a inovação devem ser incentivadas nos alunos, bem como, o desenvolvimento da criticidade, da solidariedade e da cidadania, entendida como relata Gadotti (2000):

Pode-se dizer que cidadania é essencialmente consciência de direitos e deveres e exercício da democracia. Não há cidadania sem democracia. [...] O conceito de cidadania, contudo, é um conceito ambíguo. Em 1789, a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão estabelecia as primeiras normas para assegurar a liberdade individual e a propriedade. Existem diversas concepções de cidadania: a liberal, a neoliberal, a progressista ou socialista-democrática. [...] Existe, hoje, uma concepção consumista de cidadania (não ser enganado na compra de um bem de

...a concepção oposta que é uma concepção plena de cidadania que mobilização da sociedade para a conquista dos direitos acima mencionados e que devem ser garantidos pelo Estado. As concepções liberal e neoliberal de cidadania entendem que a cidadania é apenas um produto da solidariedade individual entre as pessoas e não uma conquista no interior do próprio Estado. A cidadania implica instituições de regras justas. (GADOTTI, 2000, p.38).

Ainda segundo o autor, a educação voltada para a cidadania promove a construção de uma sociedade mais justa e soberana e, não é diferente com a *educação tecnológica*. Incentivar a formação integral, focada também na cidadania, é cada vez mais urgente para que se formem seres humanos capazes de transformar a sociedade e capazes de saber lidar com a tecnologia, posicionando-se criticamente sobre suas aplicações e seu desenvolvimento.

E esta é a relação da *tecnologia com a sociedade*: saber utilizar a primeira para o desenvolvimento soberano da segunda. Reis (1995) esclarece:

a tecnologia, apesar de seu enorme poder, em última instância pode e deve ser controlada e usada com fins pacíficos e socialmente proveitosos. Isto só é possível se a tecnologia estiver nas mãos de pessoas verdadeiramente educadas ó homens e mulheres - cuja moral e capacidade intelectual tenham sido desenvolvidas ao máximo [...] estas idéias resumem, com autoridade, o grande objetivo da Educação Tecnológica (REIS, 1995, p.117).

Acredita-se também que este, seja o grande objetivo da primeira Universidade Tecnológica Federal do Brasil. Para tanto, se verá nos próximos tópicos, como iniciou e se construiu sua história.

2.4.1 Escola de Aprendizes Artífices: O Início dessa História

A Escola de Aprendizes Artífices do Paraná foi criada em 23 de setembro de 1909, pelo então presidente Nilo Peçanha, e foi inaugurada no Paraná em 16/01/1910, sendo considerada a mola propulsora das atuais e modernas escolas técnicas.

A Escola de Aprendizes Artífices do Paraná inicialmente funcionava em um prédio na Praça Carlos Gomes em Curitiba e era destinada aos garotos de camadas menos favorecidas da sociedade, chamados de *ódesprovidos da sorteó*. Inicialmente, havia 45 alunos matriculados na Escola. No período da manhã, recebiam conhecimentos elementares (primário) e, à tarde, aprendiam ofícios nas áreas de alfaiataria, sapataria, marcenaria e serralheria. Em seguida, iniciaram-se as áreas de pintura decorativa e escultura ornamental.

ção inicia-se a partir de 1930, exigindo desta forma, o aperfeiçoamento da técnica dos trabalhadores, os quais eram solicitados para atuar em diferentes setores da economia. Assim, as escolas passaram a ofertar um ensino mais teórico com a aplicação de seus princípios na indústria.

A instituição foi crescendo, como também foi crescendo o número de estudantes, o que trouxe a necessidade de uma escola maior. Com isso, em 1936, a escola foi transferida para a Avenida Sete de Setembro esquina com a Rua Desembargador Westphalen, onde permanece até os dias atuais.

Em 1937, a escola começou a ministrar o ensino no âmbito de ginásio industrial, adequando-se à Reforma Capanema. Passou a ser denominada de Liceu Industrial de Curitiba, começando a ministrar o Ensino Primário.

A partir de 1942, com a Lei Orgânica do Ensino Industrial, a organização do ensino foi unificada, buscando se adequar à realidade de industrialização do país. Com isso, seus objetivos passaram a enfatizar o preparo dos trabalhadores para a indústria, transporte, comunicação e pesca, em nível secundário. O ensino passou a ser ministrado em dois ciclos: no primeiro, o Ensino Industrial Básico (o de mestria e o artesanal); no segundo, o técnico e o pedagógico.

A partir disso, o ensino industrial passou a ter vinculação com a organização escolar do país e, dessa forma, havia a possibilidade de ingressar em cursos técnicos de escolas superiores relacionadas à sua formação profissional. Assim, foi instituída a Rede Federal de Instituições de Ensino Industrial e o Liceu passou a ser denominado de Escola Técnica de Curitiba.

Em 1943, começam os primeiros Cursos Técnicos: Construção de Máquinas e Motores, Edificações, Desenho Técnico e Decoração de Interiores. Em 1944, é ofertado o Curso Técnico em Mecânica.

Em 1959, com a Reforma do Ensino Industrial, o ensino técnico é unificado pela legislação. Assim, a instituição ganhou maior autonomia e passou a chamar-se, pela Lei nº. 3552, de 16 de fevereiro de 1959, *Escola Técnica Federal do Paraná ó ETFPR*.

A ETFPR foi construindo uma identidade própria e singular e conquistando espaço na sociedade. Com isso, foi considerada como unidade escolar padrão no Estado, se destacando no nível de 2º Grau que tinha a ênfase na formação para o trabalho, direcionada pela Lei 5.692/71.

No final da década de 60, as Escolas Técnicas eram exemplo de ensino de 2º grau profissionalizante, sendo que seus alunos tinham destaque no mercado de trabalho e no ingresso em cursos superiores de qualidade. A Escola Técnica Federal do Paraná não fugia à regra e destacava-se neste cenário, passando a ser referência no Estado e no País.

A partir de 1974, passou a ofertar Cursos Superiores de Curta Duração, chamados de Cursos de Engenharia de Operação - CEO, nas áreas de Construção Civil e Elétrica, o que será tratado mais especificamente no próximo tópico.

2.4.2.1 Cursos de Engenharia de Operação: o Início do Ensino Superior na Instituição

Na época de criação dos Cursos Superiores de Curta Duração, conhecidos como Cursos de Engenharia de Operação - CEO, o país estava vivendo um importante processo de industrialização. Com isso, o governo preocupava-se em direcionar a educação para o processo produtivo, voltada para as necessidades de mercado. Bastos (1991) confirma: õ[...] Os cursos de engenharia de operação, os cursos de engenharia industrial e os de engenharia, de modo geral, trazem no seu bojo uma preocupação de desenvolvimento com os setores produtivos e empresariaisö.

Dessa forma, o Brasil aliou-se ao governo americano que, por meio da Fundação Ford, se propôs a criar cursos superiores de rápida formação. Para tanto, o MEC resolveu organizar e aplicar uma pesquisa para ver da possibilidade de criação desse tipo de curso. A pesquisa concluiu que as Universidades não eram o lugar ideal para essa modalidade de curta duração.

Com isso, voltaram sua atenção para as escolas técnicas, dentre as quais as do RJ, MG, PR, SP, BA e PE figuraram entre as melhores. O MEC apoiou à criação dos cursos por meio do Projeto XV, o qual apresentava o discurso de que os cursos superiores de curta duração

anças sociais e econômicas, por meio da qualificação de profissionais em nível superior, de forma rápida, para atender aos interesses do mercado de trabalho. As escolas técnicas do Rio de Janeiro, Minas Gerais e Paraná, destacaram-se no processo de implantação desses cursos.

A criação de cursos superiores de curta duração, já havia sido prevista em 1968 com a edição da Lei nº. 5.540, da Reforma Universitária, a qual incluía a possibilidade de criação de cursos superiores mais práticos, flexíveis e de menor duração. No Art. 18, a Lei define caminhos para a organização de cursos que não correspondiam a profissões já regulamentadas em lei, visando atender a necessidade do mercado de trabalho. No Art. 23, aborda a possibilidade de criação de cursos profissionais diferentes dos já existentes; e no Parágrafo 1º prevê a criação dos cursos superiores de curta duração.

Com o intuito de supervisionar a implantação dos cursos superiores de curta duração, bem como, as suas condições de funcionamento, o MEC instituiu a *Coordenadoria de Cursos de Curta Duração*, a qual, segundo Bastos, tinha como objetivos:

1. necessidade de estreitar a aproximação da instituição com o meio empresarial;
2. realização de uma pesquisa de mercado de trabalho;
3. implantação dos cursos, apenas nas áreas profissionais solicitadas pelas empresas;
4. número de vagas de acordo com as condições de estrutura existentes na instituição e diminuição ou desativação do curso quando houver saturação de profissionais no contexto regional;
5. corpo docente, equipe de laboratorista e de instrutores nas disciplinas profissionalizantes, aproveitados das empresas (BASTOS, 1991, p.16).

Por meio da Portaria Ministerial nº. 547/69, foi autorizada a oferta de cursos superiores de curta duração nas Escolas Técnicas Federais, porém, na Escola Técnica Federal do Paraná, os CEO passaram a funcionar somente em 1974, com os cursos de Engenharia Operacional Elétrica com ênfase em Eletrônica, Eletrotécnica e o Tecnólogo em Construção Civil. Em 1978 os CEO passam a ser denominados de Engenharia Industrial.

Surgiram cursos em Belém do Pará, Rio Grande do Sul, São Paulo, dentre outros, totalizando 42 cursos no Brasil. Destes, somente seis ou sete se destacaram como pólo de difusão deste ensino, dentre os quais, a ETFPR.

Isso aconteceu, de acordo com Bastos (1991), pois muitas instituições só instalaram os cursos por força da Lei, sem possuírem os requisitos mínimos para instalação e também, por não apresentarem um bom envolvimento com a comunidade, o que era bem diferente na Escola Técnica Federal do Paraná, que possuía um estreito relacionamento com o setor produtivo, fator preponderante para determinar seu destaque nesse processo.

Em 30 de junho de 1978, pela Lei nº 6.545, as Escolas Técnicas Federais foram transformadas em Centros Federais de Educação Tecnológica - CEFETs.

Com a transformação em CEFET-PR, a instituição substituiu os Cursos de Engenharia de Operação pelos Cursos de Graduação Plena: Engenharia Industrial Elétrica, ênfase em Eletrotécnica, Engenharia Industrial Elétrica, ênfase em Eletrônica/Telecomunicações e Curso Superior de Tecnologia em Construção Civil. Posteriormente, em 1992, ofertaria Engenharia Industrial Mecânica e, em 1996, Engenharia de Produção Civil. Oferecia ainda o ensino técnico em nível de 2º Grau. Em 1999, o CEFET-PR já apresentava 23 habilitações nos seus Cursos de Tecnologia.

A transformação das Escolas Técnicas Federais em Centros Federais de Educação Tecnológica, ocorrida primeiramente no Rio de Janeiro, Minas Gerais e Paraná, foi uma iniciativa do DAU, Departamento de Assuntos Universitários do MEC, que resolveu aproveitar a estrutura que existia nestas escolas para oferecer uma maior variedade de níveis de ensino técnico aos egressos do 2º grau, os quais poderiam cursar uma modalidade diferenciadas das oferecidas pelo ensino superior clássico.

Para o DAU (1977), estas modalidades de ensino técnico tinham o intuito de preparar profissionais voltados para o desenvolvimento, para o saber técnico, para o mercado e para questões tecnológicas, pois eram cursos que proporcionavam o desenvolvimento da tecnologia voltada a atender às futuras necessidades nacionais. Dessa forma, estavam atentos à realidade da sociedade brasileira e buscavam sua modernização.

No CEFET-PR, o Decreto 87.415, de 19.07.82, aprovou seu Estatuto e a Portaria nº 5, de 19.01.84, aprovou seu Regimento Geral.

O decreto 87.310, que regulamentou a lei 6.545, declara em seu art. 3º, que são características básicas dos CEFETs:

- I- Integração do ensino técnico de 2o grau com o ensino superior.
- II- Ensino superior como continuidade do ensino técnico de 2o. grau, diferenciado do sistema de ensino universitário.
- III- Acentuação na formação especializada, levando-se em consideração tendências do mercado de trabalho e do desenvolvimento.
- IV- Atuação exclusiva na área tecnológica.
- V- Formação de professores especialistas para as disciplinas especializadas do ensino técnico de 2o grau.
- VI- Realização de pesquisas aplicadas e prestação de serviços.
- VII- Estrutura organizacional adequada a essas peculiaridades e aos seus objetivos.

CEFET-PR e a oferta de cursos superiores de graduação plena, se iniciou um processo de crescimento da instituição, que culminou, nas décadas de 80 e 90, com sua expansão para o interior do estado e com a criação dos Programas de Pós-Graduação. Começa a surgir oficialmente, segundo Leite (2010), a expressão educação tecnológica, discutida anteriormente.

A estrutura do CEFET-PR apresentava quatro diretorias: a de Ensino, a Administrativa, a de Apoio ao Ensino e a de Relações Empresariais. Esta última, responsável pela integração da instituição com o setor produtivo.

O *ensino e a pesquisa* priorizavam suas atividades no sentido de que estas pudessem ser desenvolvidas nas empresas. Eram frequentes as visitas dos alunos às empresas; e pesquisas eram desenvolvidas para facilitar o desenvolvimento do setor produtivo e assim, o perfil da instituição continuava a ser caracterizado pelo atendimento das demandas do mercado.

Em 1990, por meio do Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Técnico, o CEFET-PR instalou-se no interior do Paraná, com a implantação de sua primeira UNED - Unidade de Ensino Descentralizada, na cidade de Medianeira.

Em 1993, as UNEDS foram implantadas em Cornélio Procópio, Pato Branco e Ponta Grossa e, em 1995, foi a vez de Campo Mourão receber uma Unidade.

Pela LDBEN - Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996 foi proibida a oferta de ensino técnico integrado ao médio, com isso, o CEFET-PR passou a oferecer o Ensino Médio e os Cursos Superiores de Tecnologia. Por esse motivo, a atuação da instituição passou a ser focalizada no Ensino Superior, expandindo-se também na pós-graduação *stricto sensu*.

Dessa forma, a partir de 1998, os cursos superiores e a pós-graduação passaram a ser o principal foco da instituição culminando, em 2005, na transformação do CEFET-PR em Universidade Tecnológica Federal do Paraná.

2.4.4 Transformação em UTFPR - A Primeira Universidade Tecnológica Federal do País

Em sete de outubro de 2005, o Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná (CEFET-PR) é transformado pelo Projeto de Lei nº 11.184/2005, em UTFPR - Universidade Tecnológica Federal do Paraná, a primeira universidade tecnológica do país.

formação foi em 1996, com a LDBEN nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, pois a referida legislação impulsionou inúmeras mudanças, exigindo adaptações das instituições de ensino. No CEFET-PR, as atividades de ensino, pesquisa e extensão davam condições à instituição de se tornar uma universidade especializada, conforme o disposto no Parágrafo Único do Artigo 52 da LDBEN.

A ideia de transformação ficou ainda mais saliente com a publicação do Decreto 2.208, em 1997, que extinguiu a integração do ensino técnico com o ensino médio, modalidade oferecida pelo CEFET-PR. Com isso, a instituição deveria oferecer a modalidade de ensino técnico após a conclusão do ensino médio; ou oferecer o ensino técnico em paralelo com o médio. Porém, o CEFET-PR resolveu prolongar o oferecimento desse novo modelo de cursos técnicos para os próximos anos e pensou em uma nova modalidade de ensino. Passou então a ofertar, além do ensino médio, vários Cursos Superiores de Tecnologia.

Até esse período, existiam Cefets no Paraná, em Minas Gerais, no Rio de Janeiro, na Bahia e no Maranhão. Porém, com o Decreto 2.406 de 1997, *todas* as escolas técnicas e agrotécnicas foram transformadas em Cefets, com isso, poderia haver uma grande limitação de recursos. O diretor da época, professor Paulo Aléssio, em entrevista para a Revista da Transição do CEFET-PR em Universidade ó Edição Especial (2005, p. 05), assim se pronunciou: ãO Ministério da Educação poderia entender que os cursos superiores, os mestrados e o doutorado, como os que mantínhamos, não eram mais atividades do Cefet e restringir o envio de recursosö (p.05). Dessa forma, embasados no parágrafo único do Art. 52, que dispõe sobre a criação de õuniversidades especializadas por campo do saberö, começou-se a pensar na transformação em universidade tecnológica, afinal, o CEFET-PR já possuía o perfil de universidade especializada.

A partir disso, em uma reunião de diretoria realizada no Campus de Ponta Grossa, em 12 de dezembro de 1997, foi lançada a ideia da transformação, a qual foi aceita pelos diretores presentes. O professor Paulo Aléssio coordenou a elaboração do projeto que, depois de consolidado, foi exposto no Conselho Diretor em outubro de 1998, sendo aprovado pelos conselheiros.

Em novembro do mesmo ano, o projeto foi protocolado no Ministério da Educação que, na época, foi contra a transformação. No entanto, o projeto foi retomado no ano 2000, pelo então diretor Eden Januário Netto. O documento foi atualizado e ressaltava o perfil universitário de CEFET-PR, focado no ensino, na pesquisa e na *extensão*. Novamente foi encaminhado para apreciação dos órgãos do governo e do Congresso Nacional, sendo

2005.

Com a transformação, as Unidades Descentralizadas passaram a ser chamadas de *campus*. Em 2006, o Ministério da Educação autoriza o funcionamento dos Campi: Apucarana, Francisco Beltrão, Toledo e Londrina, que começam suas atividades a partir de 2007.

O Quadro 1 apresenta as vantagens da transformação em Universidade Tecnológica:

- ✓ Maior autonomia didático-científica, administrativa e financeira.
- ✓ Direito de registrar diplomas de cursos superiores (atualmente feito apenas por universidades).
- ✓ Possibilidade de reconhecimento de diplomas dos programas de mestrado e doutorado realizados no exterior.
- ✓ Revalidação de diplomas de graduação expedidos por instituições estrangeiras.
- ✓ Ampliação da autonomia para elaboração de regimentos e regulamentos internos, criação e extinção de cursos e programas.
- ✓ Facilidade para busca de recursos humanos e financeiros.
- ✓ Maior atuação em redes internacionais de universidades tecnológicas.
- ✓ Acesso ampliado a órgãos de pesquisa.
- ✓ Poder maior para estabelecer planos, programas e projetos de pesquisa científica, produção artística e atividades de extensão.

Quadro 1 ó Relação de vantagens da transformação em Universidade Tecnológica.

Fonte: Revista da Transição do CEFET-PR em Universidade/Edição Especial, 2005.

Atualmente, a Universidade Tecnológica, que significa uma universidade especializada por campo do saber, oferta cursos técnicos de nível médio, cursos de graduação (tecnologias, engenharias, bacharelados e licenciaturas), cursos de especialização e programas de mestrado e doutorado. Desenvolve inúmeras pesquisas no âmbito de seus cursos de graduação e pós-graduação, bem como oferece à sua comunidade interna e externa um grande número de programas e atividade de extensão. Apresenta como missão, visão e valores:

educação de excelência por meio do ensino, pesquisa e extensão, interagindo de forma ética e produtiva com a comunidade para o desenvolvimento social e tecnológico.

Visão:

Ser modelo educacional de desenvolvimento social e referência na área tecnológica.

Valores:

ÉTICA: gerar e manter a credibilidade junto à sociedade.

DESENVOLVIMENTO HUMANO: formar o cidadão integrado no contexto social.

INTEGRAÇÃO SOCIAL: realizar ações interativas com a sociedade para o desenvolvimento social e tecnológico.

INOVAÇÃO: efetuar a mudança por meio da postura empreendedora.

QUALIDADE e EXCELÊNCIA: promover a melhoria contínua dos serviços oferecidos para a satisfação da sociedade (PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL, 2009/2013, p.21).

Atualmente, conta com 11 campi no Estado do Paraná: Apucarana, Campo Mourão, Cornélio Procopio, Curitiba, Dois Vizinhos, Francisco Beltrão, Londrina, Medianeira, Pato Branco, Ponta Grossa e Toledo. Oferta 22 Cursos Técnicos, com 3480 alunos matriculados; e 86 Cursos de Graduação: 27 Cursos Superiores de Tecnologia, 27 Engenharias, 11 Bacharelados e 04 Licenciaturas, totalizando 18553 alunos matriculados. Conta ainda com 65 Especializações, num total de 2026 alunos; 12 Programas de Mestrado, com 435 alunos; e 02 Programas de Doutorado, que totalizam 78 alunos.

O quadro funcional da UTFPR conta com 1697 docentes e 815 técnico-administrativos. Seus 11 campi totalizam 3.314.156,84 m² de terreno, 248.090,80 m² de área construída, 250 salas de aula, 334 laboratórios, 11 bibliotecas com 96.901 títulos e 224.868 exemplares e 15 auditórios, compreendendo salas de videoconferência, teatros, miniauditórios e sala multimeios.

Com o Programa de Apoio ao Plano de Expansão e Reestruturação das Universidades Federais (REUNI), ao qual aderiu em 2008, planeja chegar em 2012 com: 32 novos cursos de graduação, 4884 novas vagas, 19.000 novos estudantes e 250 bolsas de Monitoria. Pretende ainda contratar 679 docentes e 200 técnico-administrativos. Ampliar em 56.000 m² a área construída e implantar 8 novos Programas *Stricto Sensu*.

No próximo capítulo serão apontados a escolha da abordagem metodológica bem como os procedimentos utilizados para se pesquisar a história da extensão na UTFPR.

3.1 A ESCOLHA DA ABORDAGEM METODOLÓGICA

Para verificar como foi construída a história da extensão na UTFPR a partir de 1968, optou-se pela realização de um estudo qualitativo de natureza interpretativa.

O recorte histórico que prioriza o ano de 1968 para iniciar a pesquisa deve-se ao fato de que neste ano, pela Lei 5.540/68, da Reforma Universitária, a *extensão* passou a ser obrigatória nas instituições de ensino superior. Vale lembrar que neste ano a UTFPR, então Escola Técnica Federal do Paraná ó ETFPR, não possuía ensino superior, porém, insistiu-se neste recorte histórico pelo motivo de que a ETFPR, neste ano, já discutia a possibilidade de ter ensino superior devido aos rumores que estavam acontecendo na época quanto à necessidade de mão-de-obra pelo processo de industrialização. Tanto que, em 1969, pelo Decreto-Lei nº 547, de 18 de abril, as Escolas Técnicas Federais do Rio de Janeiro, Minas Gerais e Paraná, receberam a autorização para o oferecimento de Cursos Superiores de Curta Duração, chamados Cursos de Engenharia de Operação ó CEO.

Segundo Chizzotti (1991), as pesquisas de natureza qualitativa tem o objetivo de mostrar que as relações sociais e interpessoais são originais, complexas, imprevisíveis e contraditórias. De acordo com o autor, os pesquisadores que utilizam essa forma de pesquisa, se dedicam à análise dos significados que as pessoas relegam às suas ações, no meio em que constroem seu cotidiano e suas relações; se dedicam ainda à compreensão do sentido dos atos e das decisões dos atores sociais ou, então, dos vínculos indissociáveis das ações particulares com o contexto social em que estas se dão (CHIZZOTTI, 1991, p.78).

Para Bokdan e Biklen (1987), a abordagem da pesquisa qualitativa õparte da descrição que intenta captar não só a aparência do fenômeno social, como também sua essência. Busca as causas da existência dele, procurando explicar sua origem, suas relações e suas mudançasõ Bokdan e Biklen (apud TRIVIÑOS, 1987, p.128).

O eixo da pesquisa qualitativa, segundo Moreira (2002), é a essência do fenômeno. Neste tipo de pesquisa, a percepção do indivíduo se volta para a visão de mundo. Para este autor, a pesquisa qualitativa é õum processo interativo no qual o pesquisador apreende o significado que os participantes dão aos eventos e as suas açõesõ (MOREIRA, 2002, p.237); e

entender o mundo como este se apresenta, assim, o pesquisador é o sujeito que entende os participantes do estudo como atores que falam por si próprios.

Para a realização da pesquisa, procuraram-se fundamentos a respeito do tema na revisão de literatura e na própria natureza qualitativa da investigação. Para tanto, optou-se pela realização de Análise Documental e Entrevista Individual Semi-Estruturada, na qual, tivemos o cuidado de dar liberdade à manifestação dos entrevistados. À luz de uma perspectiva histórica, realizou-se a análise documental, utilizando-se documentos históricos da UTFPR, quais sejam relatórios, jornais, revistas, encartes, entre outros, abrangendo-se o período de 1968 até a atualidade. Para a entrevista, utilizou-se um roteiro em que constavam questões fundamentais para a realização dos objetivos do estudo.

A análise documental, segundo Godoy (1995, p.21), é uma das técnicas de maior confiabilidade, portanto, os dados coletados na análise documental possibilitaram a validação das informações obtidas durante a entrevista com informantes-chave.

Nas entrevistas semi-estruturadas, além de ser proporcionada a interação face-a-face, não há uma ordem rígida no roteiro das perguntas, o entrevistado discorre sobre o tema proposto com base nas informações que ele detém e que no fundo são a verdadeira razão da entrevista (LÜDKE e ANDRÉ, 1986, p.33). Dessa forma, observa-se a instalação de um clima de influência recíproca entre o pesquisador e o pesquisado, estabelecendo-se entre estes uma relação de interação. Para Triviños (1987, p.46), a entrevista semi-estruturada não ao mesmo tempo que valoriza a presença do investigador, oferece todas as perspectivas necessárias, enriquecendo a investigação.

3.2 A ANÁLISE DOCUMENTAL E AS ENTREVISTAS

Ciente dos objetivos do estudo, da natureza da pesquisa e das técnicas de coleta de dados escolhidas, partiu-se para a elaboração do protocolo de entrevista, privilegiando-se a busca pela concepção dos ex-diretores-gerais e reitores sobre a extensão universitária, sobre as atividades extensionistas realizadas na UTFPR e demais informações relevantes sobre o assunto. O protocolo de entrevista (Apêndice A) resultou numa média de 24 perguntas.

busca pelos documentos que pudessem sustentar o nosso

estudo. No mês de maio de 2010, fez-se uma ampla busca no Departamento de Documentação Histórica da UTFPR ó DEDHIS, por documentos datados a partir de 1968 que tivessem relação com o assunto pesquisado, os quais foram escaneados para as futuras análises, pois, nessa etapa, não se tinha a preocupação com a análise propriamente dita e sim, buscava-se tão somente a obtenção de informações advindas de relatórios, ofícios, jornais, revistas, etc., sobre o tema extensão e fatos ou ações com características extensionistas.

Numa próxima etapa, no mês de julho, foi realizada uma entrevista-piloto com uma professora escolhida intencionalmente devido ao profundo conhecimento da mesma sobre o assunto pesquisado. Essa etapa teve o objetivo de verificar a clareza das perguntas elaboradas, sua relevância para a pesquisa e a possibilidade de levantar outros tópicos que pudessem enriquecer o encaminhamento do estudo. Antes da realização da entrevista-piloto, foi feito contato via e-mail e telefone, informando sobre o estudo e seus objetivos e garantindo o seu anonimato. Após análise dos dados coletados na entrevista-piloto e o entendimento de que as questões respondiam aos anseios da pesquisadora, optou-se por não fazer nenhuma alteração no protocolo da entrevista.

Em seguida, deu-se o andamento no processo de coleta de dados, fazendo o primeiro contato com os entrevistados, via telefone, durante o mês de julho de 2010. Em seguida, foi encaminhada aos mesmos, uma carta solicitando a realização da entrevista, garantindo seu anonimato e apresentando os objetivos do estudo (Apêndice B). Foram realizadas 08 (oito) entrevistas individuais, abrangendo todas as gestões da UTFPR a partir do ano de 1968 com os ex-diretores-gerais, ex-reitor pró-tempore e reitor atual. Na entrevista, procurou-se tirar o máximo proveito da fala dos participantes, interferindo quando pertinente, na tentativa de substanciar e enriquecer os dados. Procurou-se respeitar as opiniões e impressões dos entrevistados, estimulando o encaminhamento de seu discurso.

O critério adotado para a escolha dos entrevistados foi embasado na amostragem intencional. O número de entrevistas foi determinado a priori, pois a amostra deveria abranger os diretores-gerais, reitor pró-tempore e reitor, no período de tempo escolhido, perfazendo um total de 08 (oito) gestores. Porém, faz-se necessário esclarecer que foi incluída na amostra final, a participante da entrevista-piloto, pois o seu conhecimento sobre o assunto pesquisado enriqueceu o estudo; e de mais uma entrevista realizada com um professor efetivo da UTFPR, por sugestão da orientadora deste trabalho, devido ao conhecimento do mesmo sobre o tema extensão universitária e pelo principal motivo de que o entrevistado conhece e acompanha

o perfil da instituição há bastante tempo, pois, além de trabalhar na UTFPR, foi também aluno da instituição.

A escolha dos gestores se deu por acreditar que sua experiência profissional e participação nos mais variados processos de gestão da instituição, poderiam colaborar no entendimento sobre o processo histórico do desenvolvimento da extensão na universidade pesquisada, a partir de 1968. Procurou-se, também, entender a concepção diferenciada de cada um e a forma de tratar o assunto em questão.

No momento de cada entrevista, às quais foram realizadas nos meses de agosto e setembro de 2010, os entrevistados foram devidamente informados sobre a relevância e objetivos do estudo. Para garantir tranquilidade ao entrevistado em responder às questões, antes da realização da entrevista foi entregue um termo de consentimento (Apêndice C), o qual solicitava a autorização para gravar a entrevista e informava da preservação de sua identidade na elaboração do trabalho, sendo-lhe garantido o anonimato.

Tendo em vista a preferência dos entrevistados, optou-se por realizar as entrevistas na UTFPR, sendo utilizadas salas de reuniões reservadas previamente. Ao final de cada entrevista, os entrevistados eram informados que a entrevista seria transcrita pela pesquisadora e enviada via e-mail para que efetuassem as complementações e/ou alterações que julgassem necessárias. Dessa forma, garantiu-se a validação dos dados pelos participantes da pesquisa, os quais confirmaram por meio da validação, o teor de seus depoimentos. Hitchcock e Hughes (1989), afirmam que essa forma de validação é perfeitamente aceita por vários autores, pois oferece aos entrevistados a oportunidade de conferir e identificar possíveis erros nos dados coletados.

A entrevista compreendeu 10 pessoas (Quadro 2): o reitor atual da UTFPR, o ex-reitor pró-tempore, 06 (seis) ex-diretores-gerais e 02 (dois) professores que de alguma forma são familiarizados com o assunto pesquisado. A amostra apresentou uma predominância do sexo masculino, tendo somente uma participante do sexo feminino, o que foi uma marca ao longo dos anos nesta instituição. A média de idade ficou em 61 anos, o que possibilitou absorver a visão de entrevistados com uma ampla visão de mundo, com experiência e amadurecimento profissional. Dos entrevistados, cinco declararam estar aposentados e cinco estão na ativa. A área de formação dos mesmos é predominantemente na área de Ciências Exatas, o que não é de se estranhar visto o perfil da instituição pesquisada. A média de tempo de exercício na UTFPR ficou em 32 anos, o que também colaborou para obter-se um grande número de informações sobre a instituição. As características da amostra foram organizadas sistematicamente simplesmente para observar o perfil dos entrevistados (Quadro 2) e, para

tes do estudo, utilizou-se uma numeração para cada um destes, correspondente à ordem de realização das entrevistas (E1, E2, E3, E4, E5, E6, E7, E8, E9 e E10).

Entrevistado	Sexo	Idade	Tempo na Instituição	Formação Acadêmica
E1	F	49 anos	30 anos	Dra. em Engenharia de Produção
E2	M	63 anos	35 anos	Licenciatura em Matemática e Pós-Graduação FGV
E3	M	59 anos	32 anos	Lic. em Matemática e Eng. Civil
E4	M	51 anos	30 anos	Dr. em Engenharia Elétrica
E5	M	60 anos	26 anos	Lic. em Física e Eng. Civil
E6	M	73 anos	35 anos	Pedagogia
E7	M	77 anos	35 anos	Lic. em Matemática e Física e Ms. em Educação
E8	M	59 anos	37 anos	Lic. em Mecânica e Ms. em Eng. de Produção
E9	M	51 anos	32 anos	Eletrônica e Ms. em Engenharia de Produção
E10	M	76 anos	33 anos	Esp. em Ensino Profissionalizante

Quadro 2 - Descrição das características dos participantes do estudo.

Fonte: Autoria própria.

O tempo das entrevistas foi fator preponderante para que se obtivesse um grande número de informações. Os entrevistados se mostraram muito dispostos em responder as perguntas, tanto que, a entrevista mais curta teve a duração de quarenta minutos e a mais longa, de três horas, esta, pode ser pelo fato de que o entrevistado ficou 12 anos na gestão.

protocolo transcorreu sem uma rigidez excessiva. Dessa forma, a abordagem era alterada e algumas perguntas eram desprezadas por já terem sido respondidas no bojo de outras questões sem, contudo, desviar-se do foco proposto pelo estudo.

Concomitante à realização das entrevistas, fizemos uma segunda busca documental, agora, na Biblioteca da Universidade Tecnológica Federal do Paraná - UTFPR, na qual encontramos diversos e imprescindíveis documentos sobre o tema da pesquisa, dentre os quais, relatórios, jornais, revistas, Leis, Regimentos e Estatutos que vieram enriquecer ainda mais o nosso estudo. Vale lembrar que também foram consultados documentos fornecidos pelos entrevistados, o que permitiu a obtenção de dados importantes para complementar a pesquisa.

O processo de análise foi realizado a partir dos dados coletados na leitura dos documentos históricos e nas transcrições das entrevistas. Quanto à análise documental, optou-se por organizar os documentos numa ordem cronológica, sem dividi-los por tipos de documento. Ao mesmo tempo em que líamos, procurávamos possíveis relações com as questões da pesquisa e anotávamos a referência, bem como citações e trechos que achávamos relevantes.

Na análise das transcrições, procurou-se identificar categorias. Segundo Lüdke e André, as categorias devem explicitar os propósitos da pesquisa e, ao mesmo tempo, ser internamente homogêneas, externamente heterogêneas, coerentes e plausíveis (1986, p.43). Para tanto, em um primeiro momento, realizou-se uma leitura detalhada das respostas e um processo de seleção dos comentários que demonstravam fatos relevantes para a pesquisa. Após essa seleção, as respostas foram separadas de acordo com os seus significados ou significação próxima, observando-se este significado em cada uma das entrevistas. Como se pretendeu descrever ações e fatos históricos relacionados ao tema pesquisado em cada uma das gestões da UTFPR a partir de 1968, achou-se por bem classificar a análise por período de tempo na direção geral da instituição (gestão).

Após essa etapa, foi realizada a análise das gestões tendo em vista a convergência e divergência dos dados entre as entrevistas. Posteriormente, compararam-se os dados encontrados nas entrevistas com os dados históricos encontrados nos documentos. Faz-se necessário salientar que o processo de organização e análise dos dados coletados, quando de uma pesquisa qualitativa, é um tanto quanto complexo. Para Cunha (1989),



PDF Complete

*Your complimentary use period has ended.
Thank you for using PDF Complete.*

[Click Here to upgrade to Unlimited Pages and Expanded Features](#)

... e o pesquisador tenha uma visão global do objetivo pesquisado e do ... circunda, sem, entretanto, perder as peculiaridades e aspectos particulares que podem, muitas vezes, enriquecer a compreensão do fenômeno (CUNHA, 1989, p.57).

A partir dos dados que emergiram de cada período na gestão da UTFPR, desenvolvemos o processo de análise, o qual será descrito no próximo capítulo.

Apresenta-se neste capítulo, uma parte da história da extensão na UTFPR, baseada em documentos históricos e depoimentos coletados por meio de entrevistas realizadas com os diretores-gerais da instituição e reitores, pelo período compreendido a partir de 1968, ano em que a extensão foi institucionalizada, passando a ser obrigatória nas instituições de ensino superior, pela Lei 5.540/68.

A UTFPR, nesta época denominada de ETFPR - Escola Técnica Federal do Paraná, ainda não possuía ensino superior, porém, já existia a discussão para a implementação do mesmo, devido ao acelerado processo de industrialização que exigia escolas de ensino superior capazes de atender às demandas pela profissionalização. Tanto é verdade, que pelo Decreto-Lei nº 547, de 18 de abril de 1969, o MEC determinou a implantação e instalação de Cursos de Ensino Superior de Curta Duração denominados de Cursos de Engenharia de Operação - CEO nas Escolas Técnicas Federais de São Paulo, Paraná, Minas Gerais, Bahia, Pernambuco e outras que apresentassem condições favoráveis de início às atividades, porém, na UTFPR, os CEO passaram a funcionar a partir de 1974.

Foi dada ênfase na história da extensão no Brasil e na sua definição como elemento fundamental de articulação do ensino e da pesquisa em consonância com as exigências da sociedade, ou seja, a função social da universidade; e na história da instituição desde sua implantação como Escola de Aprendizes Artífices até a Universidade Tecnológica, pelo fato de possuir um perfil diferenciado das universidades clássicas, principalmente com relação às atividades de extensão (objeto desta pesquisa).

No processo histórico de construção da extensão em uma universidade tecnológica, procurou-se identificar o papel, o significado e as atividades da extensão desenvolvidos na instituição, para se evidenciar os determinantes que levaram às práticas em cada uma das gestões a partir de 1968 e às práticas atuais da extensão na UTFPR.

4.1 A EXTENSÃO NA UTFPR: O INÍCIO DA HISTÓRIA

Como o período anterior a 1968 não é objeto desse estudo, apenas serão apresentados breves relatos para exemplificar o início da história da extensão na UTFPR.

o meio pelo qual a universidade transforma a sociedade, o que é afiançado por Calderón (2007):

Falar de responsabilidade social universitária significa falar dos deveres e das obrigações da universidade, incumbências inerentes à natureza institucional das IES, na busca de soluções para os problemas sociais que afligem a sociedade brasileira (CALDERÓN, 2007, p.39),

Pode-se voltar alguns anos na história da instituição e verificar que desde a sua fundação em 1909, a UTFPR já possuía na sua essência, a preocupação em realizar atividades que trouxessem melhorias para a sociedade. Com a instalação da Escola de Aprendizes Artífices, por meio do Decreto 7.566, de 23 de setembro de 1909, a intenção era ensinar uma profissão aos ódesprovidos da fortunaö. Mesmo que, como dito acima, caracterizando-se como uma função assistencialista preocupada com o desenvolvimento do país.

Outro fato relevante para ser apresentado é o fato de que o primeiro diretor da Escola de Aprendizes Artífices, Paulo Ildefonso dAssumpção, era irmão de Pamphilo DAssumpção, na época, segundo Leite (2010, p. 16), presidente da Associação Comercial e Industrial do Paraná, o que fazia com que a escola õtivesse total apoio dos principais setores políticos e econômicos do estadoö. Isso denota que a ligação da instituição com o setor empresarial possui uma história bem antiga.

Como Paulo Ildefonso (primeiro diretor da escola) era professor de desenho e criador do Conservatório de Belas Artes, tendo, desta maneira, uma tendência à área artístico-cultural, incluiu na grade escolar, de acordo com Leite (2010), os cursos de *desenho ornamental e escultura artística*. Por esse fato, ousa-se pensar que daí surgiram as raízes das muitas atividades artístico-culturais realizadas pela instituição, apesar de ser uma escola de formação para o trabalho.

Tanto é verdade, que apenas dez meses após a sua inauguração, já era organizada uma exposição dos trabalhos realizados pelos alunos: õ1ª Exposição de Artefatos da Escola Federal de Aprendizes Artífices do estado do Paranáö, realizada em 19 de novembro de 1910. A partir deste momento conforme Leite (2010), todos os finais de ano era realizada uma exposição para mostrar à comunidade, os trabalhos desenvolvidos na instituição. Nota-se aqui, as sementes lançadas para a realização das Expotecø, feira de trabalhos técnicos que muito se destacou na instituição e que até hoje é realizada, agora sob a denominação de ExpoUT.

Essa característica que desde o início marcou a instituição é exemplifica novamente em 1911, um ano após a inauguração da escola, quando da participação da Escola de Aprendizes

Internacional de Turim-Roma, apresentando trabalhos de sapataria, selaria e alfaiataria, conquistando duas medalhas de ouro, uma de prata, uma de bronze e uma menção honrosa (RELATÓRIO DA SINOPSE HISTÓRICA E EVOLUTIVA DA ESCOLA TÉCNICA FEDERAL DO PARANÁ, 1974, s.p.).

Em 1937, com a transformação em Liceu Industrial do Paraná, houve uma complementaridade no ensino que passou a contar com uma educação mais geral, além do ensino de ofícios. Neste período também, segundo Leite (2010), as instituições de ensino eram utilizadas para a propaganda ideológica do Estado Novo, a qual visava intensificar o apoio popular. Dessa forma, as escolas eram estimuladas a participar de atividades cívicas que também são exemplos de atividades extensionistas. Obviamente, o Liceu Industrial de Curitiba também se incluiu nessas festividades.

A extensão na área temática da *comunicação*, também teve seu início marcado há longa data. Em 1938, na gestão de Daniel Borges dos Reis, foi criada a Oficina de Artes Gráficas, que passou a produzir, além de material educativo para a escola, materiais para a comunidade, a qual foi inaugurada somente em 1940, data em que foi criada a *Revista Labor*, que era produzida segundo Leite (2010), inteiramente pelos alunos e professores. Porém, neste período, a extensão era vista somente como assistencialista, ou seja, a maneira de solucionar os problemas sociais. Segundo Gurgel (1986), é neste ano que a extensão é impulsionada no Brasil, por meio do discurso dos estudantes que, influenciados pelo *Movimento de Córdoba (1918)*, lutam por uma universidade com estrutura democrática, autonomia política e a serviço do povo brasileiro, caracterizando assim, a ideia de missão social da universidade.

Na instituição, já em 1940, percebe-se o início da extensão na área temática da *saúde* com a criação da Seção de Esportes, que depois se transformou em Seção de Educação Física e hoje é o Departamento Acadêmico de Educação Física, responsável por inúmeras ações extensionistas que intencionam promover a saúde e a qualidade de vida da comunidade interna e externa.

Em 1942, o Liceu Industrial do Paraná passa a denominar-se Escola Técnica de Curitiba com a missão de promover uma formação mais completa, porém voltada às empresas. É também em 1942 que é promulgada a Lei Orgânica do Ensino Industrial, na qual o ensino industrial é transformado em Segundo Grau, o que permitiu o ingresso aos cursos superiores. As escolas deveriam ofertar o ensino técnico embora o ensino industrial também pudesse ser oferecido. Dessa forma, a instituição continua o seu perfil com ênfase na formação profissional.

Comissão Brasileiro-Americana de Educação Industrial -

CBAI na Escola Técnica de Curitiba, a instituição recebeu quatro mil livros para montar uma Biblioteca, além de móveis e equipamentos. Foi criada a Oficina de Rádio e Eletricidade, bem como foi reformada a Oficina de Fundição, para que os alunos pudessem praticar a teoria da sala-de-aula. Sem dúvidas, sem levar-se em conta o fato de ser um órgão americano moldando o ensino brasileiro, não se pode deixar de mencionar que essa parceria foi exemplo de ação extensionista, inclusive interagindo o ensino com a extensão, pelo fato de que, com a cooperação firmada entre as instituições (extensão), modernizaram-se laboratórios que permitiram a prática dos alunos (ensino), dentre outros exemplos.

Segundo o ex-diretor E7, em sua entrevista para a coleta de dados, a extensão na Escola Técnica começa a se configurar neste período, por meio do Centro de Treinamento de Professores, organizado pela CBAI. São suas palavras:

Já estava começando [a extensão]. O serviço da CBAI era basicamente de extensão. Naquele tempo, a extensão era assim: naquele tempo o MEC era ainda no Rio de Janeiro, então havia esse programa com o pessoal americano e com o pessoal do MEC, na Diretoria de Ensino Industrial, de formar professores para o ensino técnico.

Segundo o Encarte Perfil 88-CEFET-PR (1988, p.04), a Escola Técnica de Curitiba tornou-se um Centro de Formação de Professores, recebendo e preparando docentes das escolas técnicas de todo país, em cursos com um corpo docente composto de professores brasileiros e americanos. Sem dúvidas, concorda-se com o ex-diretor, que este era um exemplo de Programa de Extensão.

Em 1959, a Escola Técnica de Curitiba é transformada em Escola Técnica Federal do Paraná - ETFPR. Neste ano também, completava cinquenta anos e para comemorar a data, a exposição de trabalhos dos alunos que era realizada todos os anos, neste, denominou-se *Exposição do Cinquentenário*. Mais um exemplo de ação extensionista realizada na instituição. Outro exemplo constitui-se na integração com a comunidade: em 1960, atendendo a exigência da Lei do ensino industrial, constitui o seu primeiro Conselho de Representantes, demonstrando a preocupação em discutir com a comunidade, os rumos da instituição.

Sob o enfoque cultural, observa-se a preocupação da ETFPR na realização de atividades que hoje são chamadas de extensionistas. Por exemplo, na década de 1960, já se realizavam comemorações relacionadas a datas festivas como Dia da Bandeira e desfiles cívicos, dentre outros.

te do discurso que envolvia os estudantes e caracterizava a extensão como missão social da universidade, na ETFPR não se verificou tal característica, até porque, neste período não ministrava o ensino superior.

4.2 A EXTENSÃO NA UTFPR NO PERÍODO DE 1968 A 1972

Esta gestão inicia-se em 1966, porém, a análise dará ênfase ao período a partir de 1968.

Pela Lei da Reforma Universitária nº 5.540, de novembro de 1968, a extensão foi institucionalizada e passou a ser obrigatória nas instituições de ensino superior. Como já dito anteriormente, a ETFPR ainda não possuía este nível de ensino, mas já apresentava rumores sobre a implantação do mesmo. Em 1969, dentre outras escolas técnicas, a ETFPR foi autorizada a implantar os Cursos Superiores de Curta Duração, chamados de Cursos de Engenharia de Operação - CEO, que viriam a ser implantados em 1974.

O ano de 1968, também se torna marcante pelas discussões do binômio escola-comunidade nos currículos. Na realização da VIII Reunião de Presidentes do Conselho e Diretores de Escolas Técnicas Industriais, realizada em setembro de 1968, na cidade de Goiânia, com a presença do professor Ricardo Knesebeck representando a ETFPR, a tônica da reunião foi o currículo. O Relatório do Departamento de Educação Industrial ó DEI, do MEC, sobre a referida reunião, expõe claramente a importância da interação da escola com a comunidade, apesar de priorizar a necessidade dessa interação particularmente com as empresas industriais. Assim coloca:

Com muita frequência, autoridades e educadores evocam e insistem na necessidade da aproximação das escolas às empresas industriais, referindo-se naturalmente às escolas de grau médio e superior que objetivam a formação de alunos para as indústrias (Relatório da VIII Reunião de Presidentes do Conselho e Diretores de Escolas Técnicas Industriais, DEI/MEC, 1.968, p.02).

Ou seja, consistia de uma ideologia que pregava a formação de mão-de-obra para atender aos interesses dos empregadores, que fosse adequada à empresa e à indústria, devido ao crescente desenvolvimento tecnológico decorrente da expansão industrial do país.

I identificar o perfil assumido pela ETFPR neste período:

a formação de profissionais para o mercado de trabalho. Logo, percebe-se que a extensão realizada nesta época era configurada sob o aspecto da relação da instituição com a empresa.

Na década de 70, havia o entusiasmo com a tecnologia importada. Em nível regional estavam sendo implantados Pólos que exigiam mão-de-obra para sua implementação. Dessa forma, as instituições de ensino iniciaram um processo de crescimento com ênfase no ensino superior, para se ajustar às necessidades do mercado de trabalho. Assim, a ETFPR ao mesmo tempo em que implantou os CEO, intensificou o relacionamento *escola-empresa*.

Como a intenção dos CEO era proporcionar formação profissional que correspondesse às necessidades do mercado de trabalho devido ao crescente desenvolvimento do parque industrial do país, o ensino superior na UTFPR já começa com características ligadas ao relacionamento com o setor produtivo. Segundo o Relatório do Grupo de Trabalho da Comissão Especial ó GT/ICEO (1970), que foi a comissão criada pela Portaria 368 de 01 de agosto de 1969, para a implantação e instalação dos Cursos de Engenharia de Operação nas escolas técnicas federais, os objetivos dos CEO eram:

oferecer uma formação suficientemente especializada no campo tecnológico, possibilitando os seus graduados a ocuparem posições na área da produção; dar experiência que lhes proporcione condições de progredir e ocuparem postos de responsabilidade e finalmente dar preparação que lhes sirva de base a estudos mais avançados nos campos da engenharia e da tecnologia (PRIMEIRO RELATÓRIO DO GRUPO DE TRABALHO DA COMISSÃO ESPECIAL ó GT/ICEO, 1970, p.19).

Com base nisso, observa-se que não estava no bojo dos objetivos do ensino superior das escolas técnicas, a preocupação com uma formação integral, diferenciada e preocupada com os problemas sociais. Ao contrário, nota-se a intensa preocupação com a formação profissional e com o bom desempenho dos alunos nas empresas.

Nota-se ainda, no mesmo Relatório (1970, p.31), a intensa preocupação com o desenvolvimento do país: ãÉ importante, portanto, que as instituições educacionais do Brasil preparem mão-de-obra tecnológica, com competência técnica nos diversos níveis necessários para garantir o máximo de desenvolvimento industrial e econômico do Paísö. Ao que se percebe novamente a falta de preocupação com uma formação humanística, cidadã e crítica em favor da preparação para ãser produtivoö que possa ãadaptar-se às necessidades das indústrias, [...] e às modificações tecnológicas inevitáveisö (PRIMEIRO RELATÓRIO DO GRUPO DE TRABALHO DA COMISSÃO ESPECIAL - GT/ICEO, 1970, p.37).

rsos superiores nas escolas técnicas, entre elas, a então ETFPR, foi marcado pela forte concepção de escola/empresa, portanto, é claro, o conceito de extensão fica bastante limitado. A ideia de relacionamento com a comunidade resume-se à preocupação com as necessidades da indústria: “[...] cada Escola deverá ter um registro de colocação dos alunos e manter-se em contato com as indústrias. Através destas técnicas a Escola poderá saber das necessidades da indústria e constatar se os formandos estão atendendo essas necessidades” (PRIMEIRO RELATÓRIO DO GRUPO DE TRABALHO DA COMISSÃO ESPECIAL - GT/ICEO, 1970, p.49 e 50).

Percebe-se ainda no mesmo Relatório, referência aos *Cursos de Extensão*, mesmo sendo destinados a “elevar o nível dos Engenheiros de Operação”, informa que outras pessoas da comunidade (indústria) poderão participar: “As inscrições para os Cursos de Extensão não se limitarão aos antigos alunos da Escola, pois pode haver outras pessoas na indústria local que também viriam a se beneficiar delas” (p.50). Nos artigos 17 e 24 da RU 5540/68, também se fala de extensão, abordando os “cursos de extensão”. Porém, o que fica claro nesta lei, é a extensão como prestação de serviços e, com a universidade sendo entendida como empresa, a comunidade passa a ser cliente.

O ex-diretor deste período, ao ser questionado sobre a procura da sociedade por atividades de extensão, também faz referência à comunidade empresarial.

A comunidade naquele tempo que nos procurava eram empresários. Empresários que tentavam melhorar sua própria indústria, ir para frente nas suas tecnologias, então eles nos procuravam pedindo ajuda, pedindo para dar cursos para eles, treinar ou indicar alunos formados, então havia essa procura, uma procura de empresas [...] (E7).

Isso indica novamente que a comunidade atendida pela ETFPR, era basicamente a empresarial, por meio da *prestação de serviços*, sob a forma de cursos, confirmando o que foi expresso na Lei 5.540/68, pela qual, segundo Gurgel (1986), a universidade é caracterizada com perfil de empresa, prejudicando desta forma, o entendimento de sua função social. Tanto que, em seu Art.20, é determinado que a universidade *estenda* suas atividades de ensino e pesquisa à comunidade, sob a forma de cursos e serviços especiais.

Ao ser questionado do seu entendimento sobre o conceito de extensão, o ex-diretor, respondeu: “[...] eu entendo como uma atividade exercida por uma instituição/escola que não se resume em apenas cursos burocráticos, cursos formais e sim uma atividade em forma de curso, treinamento, que é adicional aquilo que a instituição oferece rotineiramente”. Desta forma seu conceito de extensão, primeiramente, era de que se tratava de “cursos”, porém, ele

lo. Incentivava as atividades de música, salientando a necessidade da ação dos professores:

[...] uma de minhas solicitações, é que eu convoquei meus professores de canto e disse: procurem esses jovens, o que é que nós podemos fazer? E encontrei o seguinte fenômeno, eles estavam mais interessados em mostrar que eram bons músicos, eles, do que procurar outros (E7).

A extensão foi também largamente entendida neste período simplesmente como *atividades culturais*. Isso porque, a RU 5540/68, ao tratar da realização de atividades culturais, cívicas e desportivas, deixa transparecer que são atividades desligadas do ensino e da pesquisa, fazendo com que a extensão novamente tenha sua função desvirtuada. Também no seu Art. 20, alíneas b, c, d, deixa transparecer que as atividades devem ser realizadas pelos alunos, o que provoca um descomprometimento dos demais públicos da universidade:

- b) assegurarão ao corpo discente meios para a realização dos programas culturais, artísticos, cívicos e desportivos;
- c) estimularão as atividades de educação cívica e de desportos, mantendo para o cumprimento desta norma orientação adequada e instalações especiais;
- d) estimularão as atividades que visem a formação cívica considerada indispensável à criação de uma consciência de direitos e deveres do cidadão e do profissional.

Vale ressaltar que apesar destes pontos desvirtuados sobre a extensão na Lei 5540/68, é a partir dela que a extensão é institucionalizada e entendida como integração entre a universidade e a sociedade, com isso, conquistando um espaço maior nas universidades e, porque não dizer, na ETFPR.

Como em outras épocas, mesmo priorizando a formação profissional, a partir de 1968 encontramos diversificados exemplos de ações extensionistas na ETFPR, apesar de não possuírem essa nomenclatura e nem serem referenciadas em seus objetivos.

Isso demonstra que nessa época, a instituição não falava e nem pensava em extensão universitária, porém realizava ações com características extensionistas. Até mesmo a construção do prédio que abrigaria os Cursos de Engenharia de Operação, foi viabilizada por meio de *parcerias* com o PRODEM - Programa de Expansão do Ensino Médio do MEC e com empresas da região.

Para o diretor desse período, a extensão dependia muito de boa vontade:

[...] um resultado de pessoas. Você tinha um professor que tinha uma visão muito clara, digamos assim, da importância da música, da dança, e aí ele provocava [...]. Então, eram indivíduos. E, analisando bem, acho que as causas, os motivos pelos

isas vão acontecendo na história humana, você vê que é muito de resultado de indivíduos que tiveram aquela visão (E7)

Em 1972, a ETFPR, já contava com diversas atividades que hoje são concebidas como extensionistas. Uma dessas atividades a ser citada, eram os *Cursos Extraordinários*, que já, nesta época, tinham uma grande oferta.

O ex-diretor E7, referindo-se a atividades que inclusive não foram criadas em sua gestão, também deixa clara a visão que tinha sobre elas, de que as mesmas facilitavam a divulgação da instituição, ou seja, uma visão de marketing: õ[...] e causa um impacto muito grande também no bom nome da instituição. A nossa escola tem um bom nome graças a muitas coisas que foram feitas, aos grupos teatrais, às bandas, às competições esportivas, aos campeonatosö.

Nessa gestão, foram realizados os õJogos Estudantis das Escolas Técnicasö, bem como, incentivada a realização de atividades culturais da ETFPR. Sobre as atividades culturais, assim se pronunciou o professor em nossa entrevista:

[...] Eu sempre achei que o ensino tinha que ser completo. Não é só saber Física, Matemática e Desenho, e toronar numa máquina, num torno, numa freza, eu sempre achei que a *cultura* fazia parte do esquema (*grifo nosso*). Então, uma coisa que eu fiz, eu descobri que em Pelotas tinha uma Banda estudantil que tinha um maestro muito bom, eu era diretor aqui. Eu pensei: õeu vou trazer esse maestro prá cáö. Contratei ele. Eu trouxe o maestro de Pelotas prá cá, roubei ele, porque eu achei que fazia parte. O prof. Ivo Mezzadri que apoiou muito a parte de teatro, de coral. Ele levou muito a sério a importância do coral, do grupo teatral, dentro da Escola Técnica. Tinha Banda, Coral, Teatro, nós tínhamos essa ideia de que as artes são importantes. A música é importante, a preservação dos quadros... existem alguns quadros na escola, de pintores que hoje são famosos, então acho que isso faz parte, não é só aula (E7).

A partir dessas considerações do ex-diretor, se confirma a hipótese de que as atividades extensionistas artístico-culturais foram ficando cada vez mais expressivas na ETFPR, devido ao grande incentivo de seus gestores.

De 04 de junho a 14 de julho de 1972, assumiu a direção da UTFPR, o professor Aramis Demeterco, mesmo ficando somente um mês e alguns dias na direção, foi considerado imprescindível entrevistá-lo por ter sido ele a implantar os Cursos de Engenharia de Operação na ETFPR e também por seu intenso trabalho à frente da Diretoria de Relações Empresariais - DRE, instituída, segundo o Relatório de Atividades da Diretoria de Relações Empresariais (1987), em 1978 quando da transformação da ETFPR em CEFET-PR.

isção em entrevistar o referido professor:

O prof. Aramis Demeterco é um dos colaboradores da Escola Técnica daqueles anos, que se destacava como uma estrela brilhante no meio da constelação. Ele procurava, ele andava, ele fazia contatos com empresários, ele oferecia alunos, cursos e assim por diante.

Portanto, para essa gestão não se fará um capítulo próprio, porém, as contribuições do professor Aramis serão expostas no bojo dos próximos capítulos.

Como já dito anteriormente, apesar de existirem várias atividades com características extensionistas na instituição neste período, elas ainda não eram conhecidas com essa nomenclatura e nem constavam dos objetivos da instituição.

4.3 A EXTENSÃO NA UTFPR NO PERÍODO DE 1972 A 1984

A partir de 1972, com as reformas provocadas pela Lei 5.692, de 11 de agosto de 1971, o ensino de 2º Grau passa a ter quatro séries com profissionalização evolutiva. Na 1ª série, auxiliar técnico; na 2ª série, agente de mestria; na 3ª série, supervisor técnico (conclusão do colegial); e na 4ª série, técnico (especialização). Esta direção do ensino apresenta uma educação totalmente voltada para a força de trabalho. Nesse período, segundo o Relatório da Sinopse Histórica e Evolutiva da UTFPR (1974), o então diretor implantou muitas mudanças em quase todos os setores da instituição, provocadas principalmente, pela nova configuração do ensino de 2º Grau que dava ênfase à qualificação para o trabalho e posteriormente, pela implantação, em 1974, dos Cursos de Engenharia de Operação e de CEO.

Porém, na UTFPR, ainda assim, se pensava na formação do indivíduo como um ser social, que iria interferir na sociedade, tanto é que o então diretor era um grande incentivador de atividades com características extensionistas e acreditava, segundo a entrevista para a coleta de dados, que estas atividades poderiam ajudar a formar cidadãos. Formar cidadãos é um aspecto fundamental que você tem na área de 2º Grau, porque é quando o jovem está numa faixa de idade adequada à sua auto-realização e à sua vocação inata (E6).

O diretor desse período foi um grande incentivador das atividades artístico-culturais. Tanto é que na sua gestão foi criado o TETEF (Teatro da Escola Técnica Federal), a Banda

io dizer deste diretor, o Grupo de Teatro só renasceu na sua gestão, pois lembra que já havia um grupo na época em que foi aluno:

Quando eu era aluno de ginásio, nós tínhamos um grupo de teatro em que o prof. Paulo de Tarso Monte Serrat, que era estudante de medicina na época, e nos dava Ciências Naturais, ele e a profª Fani, que era professora de Corte e Costura e outros que não me lembro, eram professores e funcionários que tinham aqui um grupo de teatro e apresentavam para os alunos (E6).

Pela Lei 5692/71, era exigido das escolas o Programa de Saúde e a realização de atividades culturais. A gestão desse período não só se adequou à Lei como o fez de forma intensa, provando que as diversas atividades extensionistas realizadas, ressalte-se, por uma escola de educação profissional, se devem provavelmente ao fato de ter à frente de sua gestão, pessoas com a crença na educação integral e cidadã. Como exemplo, citamos palavras do professor E6:

O Programa de Saúde e Educação Artística, não era de sala de aula, sabe? Eram palestras no Teatro, que as pessoas da comunidade, artistas da comunidade vinham proferir, um pintor, um escultor, também pessoas da própria universidade, e os alunos, ganhavam a sua presença, nessas atividades. Isso era cultura! Formava-se a cultura, a educação no jovem.

Além do início das atividades de Teatro, da Banda e do Coral, iniciou-se também, o Festival de Cinema Super-8. O ex-diretor dessa gestão foi também grande incentivador de outras atividades extraclasse existentes, dentre elas, os Clubes de Xadrez, de Astronomia e de Radioamador. Também em 1973, foi instalado o Clube de Línguas que exerce suas atividades até os dias atuais. Achou-se necessário expor essas informações fornecidas pelo ex-diretor:

Tínhamos o Clube de Línguas que ensinava as línguas inglesa, alemã e francesa. Você sabe por que existe o Clube de Línguas? Porque quando fizemos a Biblioteca, foi na minha época também, tinha uma enorme sala que era para ser um espaço para recondicionar equipamentos audiovisuais, mas nós não tínhamos essa cultura que o americano tinha. ÕO que vamos fazer com essa salaõ? Então me veio a inspiração porque nós tínhamos três professores de inglês e alemão que praticamente com o novo currículo, estavam com pouquíssimas aulas, então o que nós fizemos?! Criamos o Clube de Línguas. Os melhores alunos ganhavam prêmios, que eram livros, dicionários, e um deles, ganhava uma bolsa de estudos junto ao Interamericano, ou outras escolas de Inglês ou Alemão, para que se aprofundassem. Por quê? Porque a gente tinha a grande preocupação do jovem que estava com 14, 15, 16 anos dele se auto-afimar. O Clube de Línguas não era só para os alunos, era também *para a comunidade (grifo nosso)* em geral. Tínhamos o Clube de Rádio Amador que era um mecanismo de extensão para a pesquisa na área eletrônica e Rádio Comunicação e o Clube de Astronomia para o estudo e observação dos Astros. *Será que isso é extensão heim Márcia? (grifo nosso)* Porque a concepção que nós tínhamos era bem diferente. Tinha as atividades esportivas, como equipes de vôlei, basquete, handebol, natação, dentre várias outras que deram excelentes

osso país, dentre os quais, citamos o campeão brasileiro de salto em o me falha a memória se chamava Altevira da Silva. Então eu vejo que a escola tem que oferecer mais coisas, não é só 2º Grau, não (E6).

Muitas informações relevantes se abstraem desse parágrafo. Primeiramente são elencadas diversas atividades extensionistas realizadas por uma instituição tecnológica, o que mais uma vez, repete-se, se deve ao fato de ter em sua gestão pessoas à frente do seu tempo. Como já se observou, nesta época não tinham a consciência de que estas atividades se tratavam de extensão universitária. Note-se a fala do ex-diretor exposta acima: “Será que isso é extensão heim Márcia?” (E6). Ao que se responde: a mais pura extensão.

Como diz o referido professor, não era só para os alunos, era também para a comunidade, o que demonstra uma abertura da instituição para uma comunidade que não fosse a empresarial. Outros excelentes exemplos de atividades extensionistas são informados pelo ex-diretor:

E, além dessas que já falei, tinha o Dia da Indústria, Mesas Redondas, Seminários de Egressos, Antecipação da Terminalidade em Nível de 2º Grau, Cursos Extraordinários, Estágios para alunos e professores, Serviço de Produção Escolar, visitas gerenciais nas empresas, Expotec, Clube de Xadrez, etc. Uma escola, uma universidade, é para o aluno, não para manter o teu emprego ou o emprego do reitor ou do diretor, de nada, é para o aluno! (E6)

Uma atividade marcante, que hoje se chamaria de extensionista, foi realizada na ETFPR, em 1973. Por ocasião do Centenário de Santos Dumont, a instituição foi procurada pela sociedade, por meio do Aero-Clube do Paraná, para fazer uma parceria na referida comemoração, sugerindo a construção de uma réplica do *Demoiselle* de Santos Dumont.

A escola prontamente atendeu à solicitação por meio do Curso de Mecânica e de outros departamentos acadêmicos e a réplica foi construída por professores e alunos, a qual, inclusive, tinha autonomia de vôo por trinta minutos. Atualmente, a réplica consta do acervo do Museu Aeroespacial do Rio de Janeiro.

Segundo o professor entrevistado E8, o qual era aluno do Curso de Mecânica nessa época, a construção do *Demoiselle* foi um exemplo de extensão demandada pela comunidade. São suas palavras:

[...] não tinha o caráter de extensão naquela época (1973), mas era a premissa da extensão para os cursos de graduação, que foi a construção do *Demoiselle*, o avião feito por Santos Dumont... que foi uma relação com o setor da Aeronáutica aqui de Curitiba e foi realizado aqui na instituição e envolveu vários departamentos acadêmicos e isso teve uma relevância muito grande, uma repercussão muito grande da instituição com a Aeronáutica (E8).

esse projeto pelo seu envolvimento com o ensino e a pesquisa; e pelas parcerias realizadas com:

[...] a Escola de Oficiais Especialistas e Infantaria de Guarda - Base Aérea de Curitiba; com o Centro Tecnológico de Aeronáutica de São José dos Campos, bem como com as firmas Retipar Ltda ó Indústria e Comércio, Filipe Ltda. ó Comércio de Automóveis, Alba S/A ó Indústrias Químicas, Parolim & Cia. Ltda. (RELATÓRIO DA SINOPSE HISTÓRICA E EVOLUTIVA DA ESCOLA TÉCNICA FEDERAL DO PARANÁ, 1974, s.p.).

Essas parcerias, dentre outras, continuavam demonstrando a vocação da UTFPR em ter um forte e estreito contato com a área empresarial e outros órgãos da sociedade.

Para o ex-diretor desta gestão, a concepção de extensão neste período era a de ãtransferir conhecimentos à comunidade através de mecanismos como seminários, convênios junto a diversos órgãos, como CBAI, MEC e CENAFOR, [...] além de fornecer produção para as empresas de uma forma geral utilizando os equipamentos em períodos de ociosidadeö (E6), dessa forma, confirma-se a visão de prestação de serviços para o setor produtivo, intencionando, na maioria das vezes, a arrecadação financeira, já relatada nos outros períodos.

No entanto, quando perguntado sobre a finalidade da instituição em desenvolver atividades extensionistas, responde: ãcom o objetivo de atender a comunidade e melhorar a qualidade do ensinoö (E6), demonstrando a ãboa intençãoö em relacionar as atividades com o ensino. Isso demonstra a falta de clareza sobre a conceituação de extensão universitária nesse período, o que não é de se estranhar visto que nem em nível nacional essa discussão estava tranquila além do que, até hoje, em muitas instituições, esse conceito encontra-se desvirtuado.

Para o ex-diretor, nesta época a extensão era também: ãServiço de Produção Escolar, Cursos Extraordinários, era uma porção de outros nomes, né?ö (E6).

Em 1974, finalmente se inicia o ensino superior na instituição. É óbvio que neste período ainda não se falava em extensão universitária, afinal, os cursos superiores ainda estavam começando e não existia nem mesmo o regimento destes. Quando o ex-diretor (E10), foi questionado sobre o assunto, assim se posicionou:

Então, em 1973, fui designado como coordenador (dos CEO). O governo já tinha dado ok, mas não tinha regimento, não tinha nada, só a cara e a coragem. Eu recrutei os professores, que foram aprovados pelo Conselho Federal, e aí montamos. E aí, fizemos o primeiro vestibular em 1974, mas sem ter regimento, sem coisa nenhuma, ainda com o nome de Escola Técnica [...].

A visão do referido diretor também era de que as atividades extensionistas promoviam o marketing da instituição. Ao ser questionado se percebia a extensão como forma de

deu a seguinte resposta: «Totalmente. Tanto é que de repente, nós tínhamos candidatos aqui, filhos até de políticos, que queriam estudar aqui» (E10). Disse ainda:

[...] Só para você ter uma ideia, nós montamos uma casinha dessas, desmontamos e fomos montar, a título de charmariz, lá no Colégio Estadual. E dentro da casinha, nós fizemos um standezinho de cada curso. E foi feito tudo por alunos, precisava ver o entusiasmo deles, um sucesso tremendo! Por isso que a escola começou a ter aluno querendo entrar (E10).

A instituição também sempre se caracterizou muito pela efetivação de convênios com empresas e instituições. Em 1974, já se concretizavam parcerias conforme relata o ex-diretor (E10): «Fiz um convênio com a PUC para complementação, porque a Federal não quis fazer, aquele que fez Engenharia de Operação, fazia mais dois anos lá e ganhava outro diploma».

Como a ideia de Engenharia de Operação surgiu para contemplar a deficiência de técnicos especializados, de mão-de-obra, não se observou nos documentos pesquisados e nem nas entrevistas, que a escola pensava em seus currículos, em atividades que desenvolvessem o ser humano por completo, para a cidadania, para a criticidade e para a participação. Um dos ex-diretores entrevistados assim se posicionou: «Foi daí que surgiu essa ideia de engenheiro de operação. O próprio nome está dizendo, não é um engenheiro de projetos, é de operação, aquele que vai fazer» (E10).

De acordo com o ex-diretor, eram as empresas que ditavam a necessidade do conteúdo programático. Logicamente, não apontavam dentre as necessidades, nada além das disciplinas que dessem uma boa formação técnica e de mão-de-obra: «Eu digo: quem é que vai dizer que conteúdo programático é para tal disciplina? Sou eu? Tem que ser um cara que tá lá» (E10).

Segundo o Relatório da Sinopse Histórica e Evolutiva da Escola Técnica Federal do Paraná (1974, s.p.), no ano de 1974, a escola possuía cinquenta cursos extraordinários, que a seguir se relata:

Na área de Eletrônica: - Rádio-Reparações; - Reparos em TV; - Eletrônica Básica; - Televisão a Cores. **Na área de Construção Civil:** - Auxiliar de Topografia; - Topografia; - Desenho Específico (Básico); - Desenho Arquitetônico; - Desenho Estrutural; - Instalações Hidráulicas; - Carpinteiro; - Mestre de Obras; - Pedreiro; - Estabilidade; - Mecânica de Solos. **Área de Mecânica:** - Desenho Mecânico; - Torneiro Mecânico; - Solda Elétrica; - Solda Oxiacetilênica; - Paquímetro e Micrômetro; - Fresa; - Mecânico Ajustador; - Laboratório de Ensaio dos Materiais; - Mecânica de Máquinas Pesadas; - Pintura por Pulverização; - Eletricidade de Automóvel; - Automatização; - Mecânica de Automóvel; - Caixa de Troca e Diferencial; - Afinação de Motores. **Área de Eletrotécnica:** - Eletricidade Básica; - Eletricista bobinador; - Comandos de Baixa Tensão; - Medidas Elétricas; - Eletricista de Alta Tensão; - Instalações Domiciliares; - Eletricidade de Manutenção;

le Motores; - Eletricista de Redes; - Eletricista de Plantão e Agência.
comunicações: - Telefonia Pentaconta; - Transmissão; - Instalador de
Telefones; - Cabista. Diversos: - Régua de Cálculo; - Fotografia; - Telegrafia; - Arte
Publicitária; - Cartazismo; - Segurança no Trabalho.

Com estes cursos se pretendia que a escola expandisse suas atividades com vistas a oferecer alternativas de conhecimentos técnico-científicos e culturais a diferentes segmentos da sociedade e também, arrecadar recursos financeiros.

O professor E10 confirma que neste período eram realizadas atividades de extensão pela instituição, às quais ele refere como palestras e desenvolvimento de projetos de prestação de serviços, com arrecadação financeira:

[...] Tinha também muita *prestação de serviço*. *Serviços pagos*, [...] tinha vários projetos de professores que estavam fazendo seu mestrado fora, que eles desenvolviam os projetos e nós construíamos aqui. Nós fabricávamos até equipamentos para educação física, ali em baixo da cantina, ali era a fábrica. *Fazia para vender*, era receita que entrava prá escola. Fazia isso, fazia até bengalas para cegos. A Petrobrás, na época, tinha um problema para acender a caldeira de manhã, o cara ia acender, abria a fornalha e õbummmö!!! Então nós desenvolvemos o que nós chamávamos de isqueiro eletrônico, era um equipamento igual a um cabo de vassoura e lá na ponta tinha o negócio do isqueiro, então o cara apertava um botão aqui, dava uma faísca e acendia a caldeira (E10).

Pelas palavras do professor, nota-se que esses projetos denotavam inclusive, a relação da extensão com a pesquisa: õestavam fazendo seu mestrado [...] desenvolviam os projetos e nós construíamos aquiõ (E10).

A forte ligação da instituição com o meio empresarial e com a prestação de serviços, pode ainda ser confirmada com exemplos encontrados no Relatório da Sinopse Histórica e Evolutiva da ETFPR (1974, s.p.), o qual aponta que o Curso de Edificações, por meio de um escritório-modelo, atendia a projetos internos e, em 1973, começa a atender õtrabalhos de foraõ.

Com o Curso de Mecânica, nota-se o início mais sistematizado das atividades de extensão que mais se destacam na UTFPR, ou seja, a prestação de serviços para a comunidade e a forte vinculação empresarial.

Conforme o Relatório de 1974, õatravés dos anos vem a Escola dando atenção a pedidos de pessoas e firmas para a solução de problemas técnico-mecânicos, fabricação de peças, componentes, dispositivos e até assessoramentoõ (RELATÓRIO DA SINOPSE HISTÓRICA E EVOLUTIVA DA ESCOLA TÉCNICA FEDERAL DO PARANÁ, 1974, s.p.).

de prestação de serviços realizada pela instituição tinha como objetivo, a arrecadação financeira. Segundo o citado Relatório,

O grande volume das solicitações que, em 1.973, contribuíram para a arrecadação de Cr\$ 100.000,00, dos quais, 50% destinados à Caixa Escolar, levou em 1.974 à criação de um quadro de pessoal especializado, destinado a melhor atender ao setor [...] (RELATÓRIO DA SINOPSE HISTÓRICA E EVOLUTIVA DA ESCOLA TÉCNICA FEDERAL DO PARANÁ, 1974, s.p.).

Em 1975, foi criado o Serviço de Projetos e Produção Escolar, que objetivava entre outras finalidades, a realização de projetos industriais, produção de encomendas e fabricação de produtos para empresas ou interessados. Buscava com isso, conciliar a ociosidade dos laboratórios quando estavam em desuso, procurando suprir a necessidade constante de atualização e aperfeiçoamento de alunos e professores mediante o desenvolvimento de pesquisas e novos métodos de trabalho (RELATÓRIO/SÍNTESE DAS DIRETRIZES DA POLÍTICA EDUCACIONAL DESENVOLVIDA NO CEFET-PR, 1980, p.53).

Com isso, mesmo sem intencionar, estavam proporcionando a realização de atividades de extensão profundamente interligadas com o ensino e a pesquisa. Isso pode ainda ser corroborado pela seguinte descrição do relatório, falando do Serviço de Projetos e Produção Escolar:

As atividades desenvolvidas pelo Setor são de 3 naturezas: -Produção Integrada: resultante do processo de ensino e realizada em aulas práticas; -Produção de Encomendas a Longo Prazo: resultante de acordos com empresas de modo a assegurar uma produção até certo ponto contínua, por prazo nunca inferior a um semestre letivo; -produção de Encomendas a Curto Prazo: caracterizada por encomendas eventuais feitas por terceiros (RELATÓRIO/SÍNTESE DAS DIRETRIZES DA POLÍTICA EDUCACIONAL DESENVOLVIDA NO CEFET-PR, 1980, p.54).

Quanto à *pesquisa*, encontra-se no relatório, a indicação de preocupação do Setor de Serviço de Projetos e Produção Escolar, quanto à melhora de seus processos:

o Serviço de Projetos e Produção Escolar vem se preocupando em implantar junto ao processo de produção um setor responsável pela pesquisa e melhoria de produtos e métodos de fabricação, permitindo que, através de constante aperfeiçoamento, a Escola venha a se tornar um centro produtor de tecnologia (RELATÓRIO/SÍNTESE DAS DIRETRIZES DA POLÍTICA EDUCACIONAL DESENVOLVIDA NO CEFET-PR, 1980, p.54).

Com a criação do Serviço de Projetos e Produção Escolar, a instituição visava atender a demanda da sociedade, no caso, as empresas, conciliando com a ociosidade de

do período de aula. Segundo o entrevistado E8, o Departamento de Produção do Curso de Mecânica foi a semente plantada para a criação da Relações Empresariais e Comunitárias. Nesta época, segundo o Relatório de 1974, o setor atendia, dentre outras, as empresas: Petrobrás, Fiat-Nodari, Telepar, Lemes e Loberto, Rossi-Servix-Engenharia, Companhia Metropolitana e Móveis Guelman.

Para o ex-diretor E6, o Serviço de Produção fazia inclusive com que tivéssemos arrecadação própria para que pudéssemos melhorar nossos ambientes, comprar material para melhorar nossa qualidade de ensino e assim por diante.

A área cultural da extensão, além de ser responsável pela formação integral do ser humano⁴, se faz necessária para promover a integração da comunidade interna e externa. Nesse sentido, notou-se que o incentivo à parte cultural e artística, como já foi relatado, sempre foi muito desenvolvido.

O professor E6 assim se manifesta:

Também tínhamos como extensão, atividades para nossos alunos como Coral, Ginástica Rítmica, Teatro, Banda Marcial, Banda Musical que ajudavam na formação integral para a cidadania de nossos alunos e da comunidade em geral. O coral não foi criado por mim, já existia, mas toda a incrementação que ele teve, com o agregamento do acompanhamento de uma orquestra mais sofisticada, com o prof. Lening... depois flauta doce, teclado, foi crescendo isso aí, tornando-se um Coral com um tipo de orquestra.

Em 1.974, por ocasião do 65º aniversário da instituição, foi inaugurado um monumento ao presidente Nilo Peçanha, de autoria do professor da escola, José Demeterco (pai do professor Aramis). Monumento este, que até os dias atuais tem lugar de destaque na UTFPR. Aliás, o professor José Demeterco foi um grande nome da área artística da instituição, sendo que diversas de suas obras podem ser contempladas na UTFPR. Esse é mais um exemplo de que a instituição, assim como hoje, contava com diversas pessoas que acreditavam nas manifestações artísticas, culturais, dentre outras, o que conota o motivo dessa instituição tecnológica ter aflorado seu lado mais humanístico e preocupado com a educação integral do indivíduo, o que perdura até os dias atuais.

Em 1.973/1974, destaca-se a realização do Salão de Artes, com variadas exposições realizadas pelo curso de Decoração.

⁴ A formação integral do ser humano compreende práticas, dentre elas as culturais, que coloquem o desenvolvimento humano como horizonte [...], para que possa evoluir plenamente com a conjugação de suas capacidades, conectando as diversas dimensões do sujeito (cognitiva, afetiva, ética, social, lúdica, estética, física, biológica) (GUARÁ, 2006, p.16).

istas de diferentes segmentos, no período de 1973/1974 eram denominadas de educação artística, pois, estas atividades constavam da exigência curricular exposta pela Lei 5.692/71. Dentre algumas dessas atividades realizadas pela ETFPR, pode-se citar: cinema, visitas, conferências, palestras, audições, peças teatrais, etc.

O Curso de Telecomunicações nesta época, também teve sua parcela na realização de atividades extensionistas. Organizou quatro Cursos Extraordinários em convênio com a empresa Telepar, que resultaram na formação de 60 técnicos, segundo o Relatório de 1974.

Em 1.973, a pedido do professor Ivo Mezzadri é desenvolvido pelo artista paranaense Poty Lazzarotto e executado por dois alunos e um professor, um painel informativo de concreto, em relevo, constando as atividades da escola desde a sua fundação, o qual pode ser contemplado até os dias atuais.

O Coral, nesta época, possuía 80 participantes e se apresentava dentro e fora do Estado. Segundo o Relatório de 1974, o Coral participou vitoriosamente do Concurso de Corais das Escolas Técnicas Federais, em Aracaju; e a Banda, além de várias apresentações, venceu o Concurso de Bandas e Fanfarras, patrocinado pelo Estado.

Ainda neste período, o Relatório de 1974, apresenta que foram realizadas em torno de 70 (setenta) conferências sobre *Programas de Saúde*, demonstrando a preocupação com a saúde e melhoria da qualidade de vida, pressupostos da extensão na área temática da *saúde*.

A ETFPR também era muito ativa nas competições esportivas nesta época. Participava de várias competições internas e inter-escolas. Participava também de competições municipais, estaduais e nacionais, tendo inclusive um aluno participando de competição na Itália, tornando-se vice-campeão mundial de salto em distância. O incentivo às atividades esportivas pela escola culminou na construção da piscina térmica que até os dias atuais está em pleno funcionamento, atendendo inclusive, às pessoas da comunidade externa para a realização de atividades aquáticas.

Com uma conotação mais assistencialista, a instituição realizava uma atividade que visava o atendimento das necessidades dos alunos carentes. A escola contava neste período, com o Serviço Médico Dentário, que realizou, segundo o Relatório de 1974 (s.p.), de 1970 a 1974, 3.470 atendimentos, inclusive, 15 pequenas intervenções cirúrgicas.

Muito interessante encontrar, no Relatório da Sinopse Histórica e Evolutiva da ETFPR (1974), pela primeira vez a palavra EXTENSÃO. Apesar de a instituição realizar inúmeras atividades caracterizadas como extensionistas, em todos os relatos encontrados na Sinopse Histórica de 1974, que faz um apanhado das realizações da ETFPR desde a sua instalação em 1909, as atividades não são referenciadas com essa nomenclatura. Porém, no mesmo relatório,



PDF Complete
Your complimentary use period has ended.
Thank you for using PDF Complete.

[Click Here to upgrade to Unlimited Pages and Expanded Features](#)

E-E ó Serviço de Integração Escola-Empresa, no qual,

explicita:

O Serviço de Integração Escola-Empresa é no momento fruto de um alto grau de exigência e responsabilidade que o processo de desenvolvimento está a exigir em termos de respostas satisfatórias às questões que dizem respeito ao Ensino, à Pesquisa, à Ciência, à Tecnologia e aos *Serviços de Extensão* (grifo nosso) (RELATÓRIO DA SINOPSE HISTÓRICA E EVOLUTIVA DA ESCOLA TÉCNICA FEDERAL DO PARANÁ, 1974, s.p.).

Segundo o Relatório, as atividades desenvolvidas pelo SIE-E eram:

- Estágio para alunos;
- Exercício orientado da profissão;
- Serviços, pesquisas, visitas, aconselhamento técnico às empresas;
- Demonstrações e palestras de especialistas das empresas a estudantes;
- Cursos, seminários, ciclos de estudos, debates, micro-estágios;
- Um completo sistema de informações sobre bolsas de estudo, oportunidades de emprego, especializações, literatura especializada produzida pela Escola.

De acordo com esse relatório, as atividades seguiam o lema: *õMais e melhores técnicos para o progresso do Brasilõ*. Dessa forma, era enfatizado o estímulo à formação de mão-de-obra para o progresso e desenvolvimento do país. A ênfase nos estágios curriculares, em especial, na relação universidade-empresa-governo era também, uma das características da CODAE - Coordenação de Atividades de Extensão do Departamento de assuntos Universitários - DAU do MEC.

O significado da extensão nesse período continua a se caracterizar pela prestação de serviços em busca de recursos para a expansão da instituição. Segundo um dos entrevistados, *õ[...] fazia para vender, era receita que entrava prá escola. [...] com o intuito de arrecadar recurso (E10)*.

Tinha ainda uma concepção assistencialista, ou seja, a de estender conhecimentos. Segundo o mesmo entrevistado, *õna época, procuramos estender para a comunidade, conhecimentos técnicos, através de Cursos Extraordinários, que nada mais eram do que uma extensão, em diversos níveis de conhecimentoõ (E10)*.

Os convênios eram outro exemplo de atividade extensionista que marcava a instituição neste período. Para falar da importância de convênios para abertura de vagas extraordinárias, utilizou-se um trecho da entrevista do professor E10:

[...] Convênio para abertura de vagas no ensino técnico para funcionários ou filhos de funcionários das empresas, pois a instituição estava tendo muita demanda de

...e superior que não tinham interesse no curso técnico, mas vinham pela qualidade da escola, acabando por tirar a vaga dos mais despreparados.

Por esta declaração, nota-se a relação da extensão com o ensino, porém, ressalte-se, uma relação não intencionada pela instituição. Disse ainda:

Tem médico que fez o curso técnico aqui, tem advogado, [...]. Então nós tínhamos que pensar em formas para fazer cursos para a pessoa ir trabalhar como técnico. Aí eu comecei a sair no interior e fazer convênios com as empresas e abrir vagas. [...] Dava preferência para aquele aluno que vinha do interior. Por exemplo, Clabim, tinha 10 vagas para filhos de profissionais de lá. Então, eles faziam a seleção lá e eu sacramentava aqui. E os alunos tinham a vaga garantida, com a condição de continuar na empresa (E10).

Parece contraditório, mas, ao mesmo tempo em que se caracterizava por ser uma instituição de educação profissional que mantinha um forte vínculo com o setor produtivo com isso caracterizando-se pela extensão como prestação de serviços a empresas, também se destacava pelas inúmeras atividades desenvolvidas na área humanística. Tanto é verdade que em 1976, por meio da Portaria nº 285/76, foram instituídas pelo diretor da época, as *Atividades Extraclasse* da ETFPR.

A Portaria 285/76 estipulava que as atividades extraclasse deveriam proporcionar ao educando a formação necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades como elemento de auto-realização, qualificação para o trabalho e preparação para o exercício de uma cidadania consciente. Por aí nota-se que a instituição pensava neste período, em uma formação integral, para a cidadania, que fosse além da formação técnica.

A oferta de atividades extraclasse eram diversas: banda marcial, teatro, atletismo, basquetebol, handebol, voleibol, coral, ginástica rítmica, natação e radioamadorismo.

A Banda Marcial foi uma marca da instituição. Era conhecida por excelentes apresentações e por inúmeros títulos conquistados, dentre eles, os de Hexa-Campeã e Pentacampeã Estadual. Da mesma forma o Coral que, em 1974, foi campeão do I Encontro Nacional de Corais, realizado em Aracajú/SE e também, nesta década, gravou um LP e sete compactos.

O teatro também sempre teve grande destaque e era muito procurado pelos alunos. Como já citado anteriormente, foi criado (ou re-criado) em 1972 sob o nome de TETEF, e participou de apresentações até mesmo no Teatro Guaíra de Curitiba. Com a transformação em CEFET-PR, passa a ser denominado de TECEFET e agora, com a transformação em UTFPR, é chamado de TUT o Teatro da Universidade Tecnológica.

8, de ETFPR para CEFET-PR, foi criada a Diretoria de Relações Empresariais - DRE, implantada a partir de 1982 e dirigida pelo professor Aramis Demeterco. Este departamento representa até os dias atuais, a forte ligação da UTFPR com o setor empresarial, tanto que, hoje em dia, foi transformada em uma Pró-Reitoria, a PROREC - Pró-Reitoria de Relações Empresariais e Comunitárias. São palavras do entrevistado E10:

A nossa maior preocupação na época era criar um mecanismo de ligação entre a empresa e a escola para facilitar a divulgação do ensino, trabalhos desenvolvidos dentro da instituição, prestação de serviços e estágios para os alunos dentro das empresas, fazendo assim integração empresa-escola.

No mesmo ano da transformação em CEFET-PR, os Cursos de Engenharia de Operação passam a denominar-se de Engenharia Industrial. O Cefet contava ainda com o 2º Grau, com a graduação e posteriormente, a pós-graduação na área tecnológica. Dessa forma, o ensino na instituição continua com o direcionamento voltado para a atividade industrial.

Na Lei nº 6.545, de 30 de junho de 1978, que transformou as escolas técnicas federais em Cefets, já se apresentava em seus objetivos, a necessidade de realização de atividades de extensão e de relacionamento com a comunidade. Em seu Art. 2º, nos itens III e IV, coloca:

III - promover cursos de extensão, aperfeiçoamento e especialização, objetivando a atualização profissional na área técnica industrial; IV - realizar pesquisas na área técnica industrial, estimulando atividades criadoras e estendendo seus benefícios à comunidade mediante cursos e serviços.

Nota-se a partir disso, a preocupação da instituição, já nesta época, com as atividades de extensão, porém, colocadas no item III como *õ* cursos de extensão*õ*. Quanto ao relacionamento com a comunidade, fica caracterizada a prestação de serviços às empresas.

Em 1978 e 1979, continuam expressivas as atividades com características extensionistas. Na área temática da *educação* e da *comunicação*, foi realizado em 1978, o I Encontro de Professores de Língua Portuguesa das Escolas Técnicas e, em 1979, a I Feira do Livro Técnico. Enfatiza-se novamente a dicotomia existente na instituição, considerada referência no ensino tecnológico, com um ensino voltado para o exercício de uma profissão e a formação integral que visa a cidadania, a criatividade, a crítica e a visão do social.

No organograma (Anexo I), encontrado no Relatório da Síntese das Diretrizes da Política Educacional Desenvolvida no CEFET-PR apresentada no *õ*Seminário Taller para Directivos da Secretaria de Educación Distrital y Reitores de Colégios de 2º Grado*õ*, no

em 1980, em Bogotá, na Colômbia, não foi encontrado novamente referências à nomenclatura de extensão universitária.

Observaram-se no Relatório, referências relacionadas com estágios e cursos extraordinários, os quais se encontravam alojados em um setor denominado S.I.E.E. o Serviço de Integração Escola-Empresa, que era subordinado à Coordenadoria de Orientação Educacional, o que demonstra mais uma vez a existência da extensão, neste caso, interligada com o ensino, porém, a instituição não a tratava como tal nem possuía um setor próprio para ela neste período, tanto que nem aparece no organograma (Anexo I).

O S.I.E.E. foi criado para se constituir num elemento de real integração entre a escola e a empresa. Segundo Relatório/Síntese (1980), o Serviço de Integração Escola-Empresa permitiu o estabelecimento de uma

ação corporativa entre ambas as instituições, por meio da qual se concretiza e consolida a efetiva participação dos educadores na problemática empresarial brasileira e, em reciprocidade, traz-se a empresa a entrosar-se com a escola, colaborando no processo educacional (RELATÓRIO/SÍNTESE DAS DIRETRIZES DA POLÍTICA EDUCACIONAL DESENVOLVIDA NO CEFET-PR, 1980, p.51).

Dessa forma, mesmo constituindo-se em um processo de integração entre empresa e escola, nota-se a preocupação da via de mão-dupla, do processo de comunicação de Freire (2002), no qual se acredita acontecer a troca de saberes. O SIE-E desenvolvia nesse período, os seguintes projetos:

-Estágio de Complementação Educacional; -Micro-Estágio; -Estágio de Férias; -Estágio de Integração (realizado junto a Prefeituras/Empresas/Escolas do Interior); -Semana do Profissional; -Aconselhamento para Colocação e Ambientação (realizado para alunos do 7º período); -Exercício Orientado da Profissão (estágio supervisionado); -Reunião de Alunos Candidatos a Estágio; -Ciclos de Estudo; -Seminário Técnico(realizado para alunos do 7º e 8º períodos que já trabalham e para alunos recém-formados); -Seminário Técnico de Ex-Alunos; -Reciclagem técnica; e -Plano de Integração (RELATÓRIO/SÍNTESE DAS DIRETRIZES DA POLÍTICA EDUCACIONAL DESENVOLVIDA NO CEFET-PR, 1980, p.51, 52 e 53).

Como já se percebeu, o CEFET-PR tinha, na década de 1980, forte vinculação empresarial, pois intentava engajar seus alunos nas empresas. Encontrou-se essa passagem no Relatório/Síntese das Diretrizes da Política Educacional Desenvolvida no CEFET-PR (1980, p.34):

Para isso, este Centro vem realizando periodicamente sessões de orientação profissional, ciclos de estudos, seminários técnicos, palestras e mesas-redondas com empresários e ex-alunos do Centro e visitas a indústrias.

referido relatório, a indicação de inúmeras atividades extensionistas realizadas no CEFET-PR nesse período, as quais tinham o objetivo de, segundo o relatório, desenvolver a formação integral do aluno. Interessante destacar as atividades desenvolvidas:

Concurso de Crônicas; Concurso de Poesias; Concurso de Oratória; Concurso de Contos; Cinema inter-escolar; Maratona Escolar; Amostra de Desenho Técnico; Salão de Artes; Campanha do Agasalho; Exposição Anual dos Trabalhos Escolares; Festival de Ginástica Rítmica; Festival de Cinema Super 8; Campanha dos Talentos; Passeio Ciclístico; Torneio Esportivo; Semanas de Estudo de cada Curso; Feira do Livro Técnico; Campeonato de Xadrez e Semana de Prevenção de acidentes e Primeiros Socorros (RELATÓRIO/SÍNTESE DAS DIRETRIZES DA POLÍTICA EDUCACIONAL DESENVOLVIDA NO CEFET-PR, 1980, p.46).

No mesmo relatório, encontrou-se também a relação de algumas atividades com características fundamentalmente extensionistas, que no CEFET-PR eram chamadas de atividades extraclasse:

Banda Marcial; Banda Musical; Grupo de Teatro; Ginástica rítmica; Coral; Conjunto de Flauta Doce; Clube de Xadrez; Centro Cívico escolar; Clube de Línguas; Clube de Rádio Amador; Atividades Esportivas Competitivas; Atletismo; Basquete; Voleibol; Handebol e Natação (RELATÓRIO/SÍNTESE DAS DIRETRIZES DA POLÍTICA EDUCACIONAL DESENVOLVIDA NO CEFET-PR, 1980, p.49).

Segundo o Relatório, essas atividades tinham o intuito de propiciar o desenvolvimento da personalidade do aluno, bem como, favorecer a socialização do aluno, através das atividades em grupo e da articulação com a comunidade. E complementa que as atividades extraclasse proporcionam alcançar dois aspectos complementares do ideal educativo: realização individual e integração social. Note-se a crescente preocupação da instituição com a formação integral do aluno e sua interação com a comunidade.

Muito interessante encontrar uma passagem constando a preocupação da instituição com a formação para a cidadania e solidariedade no Relatório/Síntese de 1980. No referido documento encontramos a descrição do Centro Cívico Escolar Prof. Plínio Tourinho, criado na então ETFPR, em 1976, com o intuito de coordenar as atividades cívicas da escola. O Centro Cívico Escolar era dirigido pelos alunos, coordenados por um professor designado pela direção e tinha a finalidade de:

Incentivar nos alunos os ideais de civismo e de democracia, vinculado a noção de liberdade à de responsabilidade e de fomentar a solidariedade entre os componentes da Escola e os membros da comunidade a que ela pertence. [...] colaborando com o

o do caráter do educando e na formação de cidadãos conscientes, responsáveis e livres, chamados a participar no imenso esforço de desenvolvimento integral que nossa Pátria empreende (RELATÓRIO/SÍNTESE DAS DIRETRIZES DA POLÍTICA EDUCACIONAL DESENVOLVIDA NO CEFET-PR, 1980, p.50).

Dessa forma, percebe-se que a partir da década de 80, o CEFET-PR começa a falar com mais intensidade na educação para a cidadania, o que não é de se estranhar visto que essa discussão se torna mais intensa em nível nacional também nesse período. Arroyo (1997, p.34) confirma:

Até a década de 80, não vinculávamos educação à cidadania. Lembro quando eu estava estudando, na década de 60, na de 70 inclusive, a *õ5692ö* falava em educação e desenvolvimento econômico, e não humano nem sequer social. Educação e emprego, educação e preparação para o trabalho, esses eram os vínculos que fazíamos na década de 80, a partir da luta pela cidadania.

Pelo Decreto nº 87.415, de 19 de julho de 1982, ficou aprovado o Estatuto do CEFET-PR. No estatuto, encontraram-se como objetivos da escola, dentre outros, no parágrafo 4º, item I: *õestabelecer sua política de ensino e pesquisaö*. Em nenhum dos itens foi encontrada a palavra extensão, o que faz crer, então, que a extensão não constava de seus objetivos.

O relacionamento com a comunidade, caracterizado principalmente pela interação com o setor produtivo e pela prestação de serviços, fica evidenciado no Estatuto, no capítulo II - Da Organização, artigo 4º. O item IV coloca: *õflexibilidade do Ensino ajustável às condições circunstanciais da vida sócio-econômica da comunidade, tais como mercado de trabalho e de mão-de-obraö*; e, no art. 5º, aparece na estrutura, a *õDiretoria de Relações Empresariaisö*. Na Sub-Seção III, Art. 19, são expressos os objetivos da Diretoria de Relações Empresariais, os quais novamente demonstram o interesse da instituição no relacionamento com o setor produtivo e com a prestação de serviços:

A Diretoria de Relações Empresariais, [...] é o órgão encarregado das atividades relacionadas à Produção de Projetos Industriais, orientação profissional aos alunos, colocação de formandos, estágios, relacionamento com as empresas e cursos extraordinários.

Interessante foi encontrar a *Proposta* para o Regimento do CEFET-PR, documento escrito em 1980, onde aparecia um setor que era respectivo à extensão: *õA Diretoria Geral é integrada por: [...] Assessoria de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensãoö* (PROPOSTA DE REGIMENTO DO CEFET-PR, 1980, p.02). No entanto, no Regimento oficial analisado, não

clatura ãextensãõö, tampouco, à ãAssessoria de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensãõö.

O organograma do ano de 1981 (Anexo II), encontrado na Monografia elaborada para a UNESCO, O Ensino Técnico e Profissional no CEFET-PR (1981), não aponta nenhum setor com referência à extensão ou atividades de integração com a comunidade.

Porém, na mesma monografia, encontrou-se o novo organograma (Anexo III), a ser implantado, onde aparece a ãAssessoria de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensãõö, ligada à Diretoria Geral. No mesmo organograma, foi encontrado um setor ligado ao ensino, dentro da *Divisão de Apoio Acadêmico*, chamado de *Serviço de Atividades Culturais*. Nesta mesma Divisão, encontrou-se ainda o *Serviço de Integração Escola-Empresa*. Com isso, reitera-se a posição de que existiam inúmeras atividades com características extensionistas na instituição neste período.

No entanto, no capítulo da Monografia que fala do posicionamento filosófico-educacional, em nenhum momento foram encontradas referências a atividades com características extensionistas. Mas, elas vão aparecer no bojo das atividades relacionadas no Capítulo 3 - Do Ensino:

- [...] 3.1.3. Promover cursos de extensão, aperfeiçoamento e especialização, objetivando a atualização profissional na área técnica industrial.
- 3.1.4. Realizar atividades criadoras estendendo seus benefícios à comunidade, mediante cursos e serviços (O ENSINO TÉCNICO E PROFISSIONAL NO CEFET-PR, 1981, p.06).

Aqui, nota-se a filosofia da instituição de ãestenderõ conhecimento, o que apresenta a ideia de extensão como prestação de serviços, desconsiderando a hipótese de também aprender com a comunidade, ao relacionar-se com ela.

O Regimento Geral do CEFET-PR foi aprovado pela Portaria nº 329, de 19 de agosto de 1982. No Capítulo III - Das Competências, Art.12, pudemos observar que é instituída uma Coordenadoria de Atividades Comunitárias, à qual, compete:

- I - coordenar e desenvolver atividades e programas comunitários;
- II - promover a divulgação do CEFET-PR perante a comunidade, através da participação em atividades sociais, culturais e beneficentes;
- III - estimular o desenvolvimento de projetos e atividades com a participação dos alunos com vistas à melhoria da qualidade de vida da comunidade;
- IV - coordenar e supervisionar o desenvolvimento das atividades extracurriculares;
- V - desenvolver ações conjuntas com os sistemas de educação, objetivando a troca de experiência educacionais.

vararam-se atividades importantes relacionadas com as características extensionistas. Primeiramente, para uma instituição de educação profissional, já era um enorme ganho, ter uma Coordenadoria específica para cuidar de atividades relacionadas com a comunidade interna e externa, além da excessiva preocupação com o meio empresarial. Dentre as atividades desenvolvidas por essa Coordenadoria, ressalta-se a preocupação com o bem-estar da comunidade, porém, nota-se ainda, a intenção do CEFET-PR em envolver-se nas atividades para promover o marketing da instituição.

É expressa também, a intenção de firmar parcerias com instituições para promover a melhora da educação. Ao destacar as atividades *extracurriculares*, se percebeu que com essa nomenclatura eram denominadas as atividades extensionistas da área cultural.

No Regimento, encontram-se descritos em seu organograma (Anexo IV), os setores responsáveis pela relação da instituição com a comunidade, totalmente diferentes dos descritos no organograma de 1980.

Neste organograma, encontra-se a *Diretoria de Relações Empresariais* que foi criada para promover o intercâmbio entre a escola e a empresa e proporcionou, segundo o ex-diretor Ivo Mezzadri em depoimento para a revista edição comemorativa dos 90 anos do CEFET-PR (1999), ã[...] a abertura do CEFET para a comunidade e possibilitou geração de recursos financeiros próprios advindos dos vários serviços prestados para o setor industrialö. Desta forma, confirma-se a característica principal da instituição: o relacionamento com o setor produtivo, principalmente, por meio da prestação de serviços.

Com a DRE, também se notou exemplos de indissociabilidade da extensão, ensino e pesquisa, pois eram realizados cursos em parceria com a Diretoria de Ensino como também, eram desenvolvidas pesquisas aplicadas. Conforme depoimento do ex-diretor, estes eram objetivos da DRE para com a comunidade:

promover a integração entre a Escola-Empresa-Governo-Comunidade. [...] adotar as medidas adequadas ao bom funcionamento dos Cursos, programas e projetos relacionados com a comunidade empresarial. [...] coordenar e desenvolver pesquisas tecnológicas no âmbito do CEFET/PR [...] promover e desenvolver cursos de extensão objetivando a atualização profissional na área técnica-industrial em articulação com a Diretoria de Ensino. [...] promover e executar programas de higiene e segurança do trabalho (E10).

Outro indício do extremo relacionamento da instituição com o setor produtivo era o Conselho Empresarial, também instituído pelo regimento de 1982. No seu Art. 12 é expresso que ao Conselho Empresarial compete: ãintegrar as lideranças empresariais com o CEFET-PRö. O Conselho faz-se presente na instituição até os dias atuais.

3/82 de 29 de dezembro de 1982, que dispôs sobre a realização de Serviços de Produção Escolar no CEFET-PR, denota a relação da instituição com as empresas e a intenção de arrecadação financeira. Dentre seus objetivos, consta:

[...] 2.1.4 ó a integração e a troca de experiências tecnológicas entre o CEFET-PR e a empresa; [...] 2.1.7 ó a obtenção de recursos financeiros para incentivo à produção e manutenção dos equipamentos, pesquisas tecnológicas e outras atividades de interesse da DRE (PLANO DE AÇÃO 1983, 1982, p.20).

Pelo Regimento, notou-se que a extensão era vista como õ cursos de extensãoö, pois é a única referência que se encontrou com a nomenclatura õ extensãoö. É claro que todas as atividades apresentadas são ações extensionistas e eram realizadas pela instituição, porém, não eram entendidas como tais. Na Seção XI do Regimento, õ Da Especialização, Aperfeiçoamento e Extensãoö, o Art. 101 assim discorre:

O CEFET-PR oportunizará a realização de cursos de especialização, aperfeiçoamento e extensão com a finalidade de: I- colaborar no estudo, no equacionamento e na solução de problemas tecnológicos da comunidade, ligados às áreas de abrangência dos cursos mantidos pelo CEFET-PR;
II- assessorar tecnicamente instituições, órgãos públicos ou provados;
III- manter intercâmbio com outras instituições ligadas à educação ou tecnologia, com áreas de atuação afins ao do CEFET-PR;
IV- divulgar conhecimentos e técnicas de trabalho através de cursos ofertados à comunidade;
V- atender às exigências do contínuo desenvolvimento tecnológico, do interesse e necessidades locais e regionais.

Digno de nota é o exemplo de atividade extensionista encontrado na Monografia elaborada para a UNESCO (1981, p.48): o Curso de Decoração e Desenho Industrial teve a iniciativa de desenvolver brinquedos infantis para a comunidade, õ creches, orfanatos, hospitais, etc.ö para atender a demanda da comunidade ao mesmo tempo em que treinavam õ na prática as suas análises teóricasö. A instituição õ O Pequeno Cotolengoö, de Curitiba, foi uma das beneficiadas. Aqui, encontra-se o exemplo onde a extensão é a ferramenta utilizada para integrar o ensino e a pesquisa, levando os resultados para a sociedade, ao mesmo tempo em que aluno e escola aprendem com a prática.

Outro forte exemplo de extensão, era a participação dos alunos em visitas técnicas e estágios. O que é confirmado pelo entrevistado E8:

As visitas técnicas e micro-estágios que aconteciam com os alunos junto a empresas da região e em outros estados, sempre propiciaram aos alunos dos cursos técnicos e engenharias, a vontade de participar mais dos trabalhos externos em relação aos programados curriculares. As visitas e micro estágios eram unidades curriculares

estágio curricular sempre contribuiu para a integração do aluno com a realidade social seja como estagiário ou como aluno que participava das atividades de extensão. No estágio curricular, muitos alunos desenvolviam para a empresa, atividades de pesquisa ou de produtos que tiveram início na disciplina de projetos ou vice-versa [...] A relação aluno/empresa, produto/pesquisa, propicia a contratação do aluno como funcionário da instituição. As visitas, micro-estágios e o estágio curricular, sempre propiciaram ao aluno da instituição, enxergar um pouco além dos laboratórios institucionais e envolverem-se em um contexto muito mais amplo a nível da realidade do mundo do trabalho.

A partir desse discurso, enfatiza-se novamente a presença da extensão na instituição, realizada por meio de atividades de ensino e pesquisa.

Na década de 80, com a crise econômica e a diminuição da capacidade produtiva, há uma retração da oferta de empregos e a restrição às importações. Com isso, é gerada a nacionalização da tecnologia e surge a demanda por mão-de-obra especializada e criativa. Surgiu então, a necessidade de pessoal capacitado para a inovação, sobretudo os técnicos que já estavam inseridos nas empresas. Então, a partir da década de 80, o novo cenário econômico e produtivo, passava a exigir profissionais para além do *saber-fazer*, e sim, profissionais com uma base sólida de educação geral. Além disso, com o surgimento crescente de novas tecnologias, passou-se a exigir profissionais gabaritados, capazes de interagir em situações diferentes.

O CEFET-PR pretendia formar o técnico. Dessa forma, ia construindo a sua identidade, diferenciando-se de instituições de ensino superior clássicas, pois, mesmo sendo uma instituição de educação profissional e tecnológica, que formava para o trabalho e que precisava fazer a interação com a empresa -o que caracterizou suas atividades como voltadas para o setor produtivo-, realizava atividades com características extensionistas das mais variadas áreas temáticas, ao buscar seguir as orientações da Lei 5692/71, que no seu Artigo 21 falava da formação integral do adolescente. A nomenclatura extensão universitária ainda não é percebida na instituição nesse período, o que não é de se estranhar visto que nem mesmo a nível nacional, a extensão não se firma como tema prioritário nos primeiros anos da década de 80.

Discutir os rumos do ensino profissionalizante: esse era o tema do II Encontro de Dirigentes dos CETs - Centros de Educação Tecnológica, realizado em agosto de 1984. O objetivo deste encontro era discutir e trocar experiências sobre a atuação administrativa e pedagógica dos Centros de Educação Tecnológica. Ao se verificar o relatório deste encontro, percebeu-se que a visão geral era de que essas escolas eram õsui generisõ e caracterizavam-se pela õformação de mão-de-obra, prestação de serviços e assistência técnica à indústriaõ, com o CEFET-PR não era diferente. Desta forma, se mantém neste período, a mesma característica que marcou a instituição em anos anteriores.

No referido evento, o então diretor do CEFET-PR, proferiu uma palestra, na qual demonstrava a predisposição da escola em interagir com a comunidade. São suas falas: õEstimular atividades que integrem o CEFET-PR à comunidadeõ (RELATÓRIO DO II ENCONTRO DE DIRIGENTES DOS CETs, 1984, p.07).

Como nas gestões anteriores, nesta também, constatou-se uma preocupação para além da formação de mão-de-obra. Pelo mesmo relatório, percebeu-se na palestra do atual diretor, que sua gestão tinha a preocupação em desenvolver atividades que interagissem com a comunidade, além da prestação de serviços técnicos. Assim, refere-se o relatório:

A integração do CEFET-PR à comunidade se estabelece por duas vias: a) A profissional ó desenvolvida pela Diretoria de Relações Empresariais, incumbida de executar a filosofia da Escola que objetiva buscar junto às Empresa subsídios para os currículos de tal forma que os técnicos, tecnólogos e engenheiros tenham verdadeiras condições de exercício profissional; por outro lado a D.R.E. procura colocar o aluno na empresa, favorecendo estágios e empregos; tem ainda sob a orientação da D.R.E. a prestação de serviços técnicos à Empresa e à pesquisa. b) A 2ª via é a Coordenadoria de Relações Comunitárias, encarregada de estabelecer o relacionamento com a sociedade através de atividades extraclasse. O CEFET-PR cumpre a missão de servir à sociedade, abrillantando festas beneficentes com apresentações do CORAL, BANDA MARCIAL, BANDA MUSICAL, CONJUNTO DE FLAUTA DOCE, GRUPO DE TEATRO, ESPORTES EM EQUIPE E INDIVIDUAIS. As atividades extraclases são o 1º retorno dos investimentos educacionais para a sociedade (RELATÓRIO DO II ENCONTRO DE DIRIGENTES DOS CETs, 1984, p.07 e 08).

No entanto, é também neste período que a extensão está tomando um novo rumo, sendo discutida, segundo Tavares (1997), como forma de levar a universidade a pensar além da formação profissional. A autora declara que a extensão neste período é vista

idade concreta e viável para dar suporte a uma nova concepção de que a produção do conhecimento e do saber, além da formação de recursos humanos, se daria numa relação direta com a sociedade, num processo de troca e de complementaridade, concretizada de forma autônoma e crítica, constituindo-se em instrumento viabilizador de transformação da sociedade (TAVARES, 1997, p.13 e 14).

A ANDES, o CRUB e o Governo discutem nesta época, sobre a possibilidade da universidade rever o seu papel social e privilegiar as camadas menos favorecidas da sociedade. Talvez, imbuídos do espírito destas discussões nacionais, é criada em 1984, no CEFET-PR, a Coordenadoria de Atividades Comunitárias ó CAC, que abrangia dentre outros, as antigas atividades extraclasse. Diferentemente da DRE, que objetivava se relacionar com as empresas, esta, objetivava se relacionar com a sociedade de um modo geral.

Para o diretor dessa gestão, num primeiro momento, extensão significa *atividades esportivas e culturais*. Na entrevista realizada, ao ser perguntado sobre a concepção de extensão que tinha na época de sua gestão, respondeu:

[í] eu nem entendia de extensão. [...] Eu sempre entendi que uma escola tinha que propiciar aos alunos os mais variados tipos de oportunidades. Eu cheguei a ouvir críticas assim... você tem aqui um aluno que tá deixando de ser técnico e vai ser músico. [...] Então, eu tinha inicialmente aquela ideia de que eles tinham que ter a mais variada gama de oportunidades, para os alunos fazerem disso aqui a continuidade da sua casa, do seu clube, e principalmente porque aqui era uma escola, antigamente, de classe média baixa, então os alunos daqui não tinham clube, não tinham oportunidade de nadar numa piscina de um clube ou não tinham em casa, então nós tínhamos aqui, então porque não oportunizar a todos que quisessem nadar. [...] Aquele aluno que sonha em ser um artista: quer fazer teatro, aquele aluno que gosta de cantar: coral. Aquele aluno que gosta de tocar um instrumento musical, que não tem dinheiro para comprar... então, inicialmente com essa concepção assim, de oportunidade para o aluno. [...] O aluno da escola vestia a camisa através da equipe esportiva. Entrava aqui com 14, 15 anos e dava garra pra escola que tinha um ensino puxado, que não era moleza, mas ele tinha onde extravasar, isso para mim é extensão (E2).

Então, ressalta-se a proposição de que haviam muitas atividades extensionistas na instituição, porém, não eram vistas como tal. Isto é percebido pelo que vem sendo exposto: inúmeros exemplos de atividades de ensino e de pesquisa que promovem a formação para a cidadania e transformação da sociedade, no entanto, na fala dos diretores e nos documentos analisados não encontramos esta concepção.

Em um segundo momento da entrevista, o entrevistado E2 expõe seu entendimento de que extensão também era ensino e pesquisa desenvolvidos para a formação acadêmica do aluno, para a transformação da sociedade e da própria instituição:

pesquisa? É pesquisa. Mas, a partir do momento que se passa a extensão porque nós desenvolvíamos alunos com trabalhos, eu considero que isso também era extensão, é na área afim do curso que está fazendo, é extensão também. Eu posso desenvolver além daquilo que o currículo exige, que me leva a obter o diploma, alguma coisa que sirva para a comunidade, que me dê prazer pessoal, que envolva um grupo de alunos, e nós fizemos dezenas, centenas de coisas aqui para o bem da sociedade... [...]. Assim, na instituição foram se criando coisas diferentes, também na área tecnológica, que também sempre considerei extensão porque dava acima de tudo muito orgulho pra quem fazia, orgulho e nome para a instituição. Até que a indústria passou a publicar: procura-se engenheiro ou técnico formado no CEFETö (E2).

Para essa gestão, as atividades culturais também significavam o marketing para a escola. São palavras do ex-diretor: õMais tarde eu passei a ver que isso era muito bom para o nome da instituição, perante à comunidadeö (E2).

No Encontro de Dirigentes dos CETs, também proferiu palestra o professor Aramis Demeterco, que era na época, diretor de Relações Empresariais e Comunitárias. Ele coloca em sua palestra, conforme se verificou no relatório, o que se esperava da Diretoria de Relações Empresariais:

- a) Fluir informações técnicas da Empresa para a Escola, com intuito de atualizar programas, criar cursos de tal qualidade que possam atender às solicitações da empresa.
- b) Locar a mão-de-obra formada pelo CEFET-PR nas empresas.
- c) Permitir maior facilidade de estágios curriculares nas empresas.
- d) Auxiliar a pequena e média empresa na elaboração e execução de projetos.
- e) Desenvolver pesquisas na área industrial (RELATÓRIO DO II ENCONTRO DE DIRIGENTES DOS CETs, 1984, p.08).

Não desconsiderando o fato de serem desenvolvidas diversas atividades fora do eixo empresarial, novamente se nota o forte relacionamento da instituição com o setor produtivo. A extensão no modelo norte-americano, ou seja, caracterizada pela prestação de serviços, é identificada pela presença na instituição, do õServiço de Produçãoö, já citado anteriormente. Este serviço tinha o objetivo de captação de recursos para a escola. Diz o relatório:

Mantém a D.R.E. também um Serviço de Produção encarregado da execução de projetos de interesse do CEFET-PR ou de Empresas conveniadas com a escola. Esse serviço de inteira responsabilidade do CEFET-PR, emprega capital e recursos humanos próprios. Por outro lado, geram-se recursos neste setor, que são aplicados a seguir na melhoria dos recursos técnico-didáticos da Instituição (RELATÓRIO DO II ENCONTRO DE DIRIGENTES DOS CETs, 1984, p.08).

y Ribeiro, caracterizando a õuniversidade-empresaö, o CEFET-PR também apresentava esta característica pelo motivo deste estreito relacionamento com o setor produtivo. Essa afirmação é fundamentada conforme o exposto no relatório:

Acredita a Direção Geral do CEFET-PR que uma das soluções para a crise do ensino no país é dar às instituições de ensino o caráter empresarial que possa gerar recursos próprios para a execução de uma política educacional competente (RELATÓRIO DO II ENCONTRO DE DIRIGENTES DOS CETs, 1984, p.09).

No õManual do Aluno do Ensino Superiorö de 1985, encontram-se exemplos de foco na extensão assistencialista. No item 6.2.3. é explicado sobre a Seção de Assistência ao Estudante-S.A.E., a qual proporcionava a isenção de taxas de matrícula, bolsas-auxílio, assistência médico-odontológica, dentre outras. Neste mesmo manual, encontram-se explanações sobre a Diretoria de Relações Empresariais, como sendo um órgão encarregado das õatividades relacionadas à produção de projetos industriais, orientação profissional aos alunos, colocação de formandos, estágios, relacionamento com empresas e cursos extraordináriosö (MANUAL DO ALUNO-ENSINO SUPERIOR/CEFET-PR, 1985, p.33). Continua assim, a visão de relacionamento com a comunidade para prestação de serviços e a ênfase na integração escola/empresa.

Porém, no item 6.4. õCoordenadoria de Atividades Comunitáriasö aparece a ênfase no relacionamento escola/comunidade, ao invés de escola-empresa; e a preocupação da instituição em desenvolver atividades visando a melhoria da qualidade de vida da comunidade, õatravés da participação em atividades sociais, culturais e beneficentesö. Nesse item, nota-se a presença de características extensionistas, principalmente no tocante à via de mão-dupla, assim explicitado: õdesenvolver ações conjuntas com os sistemas de educação, objetivando a *troca de experiências* educacionaisö (grifo nosso) (MANUAL DO ALUNO-ENSINO SUPERIOR/CEFET-PR, 1985, p.34). Dentro da *Coordenadoria de Atividades Comunitárias*, estavam as atividades Extra-curriculares, que eram exemplos de atividades extensionistas da área cultural.

Neste período também, estabeleceram-se muitos convênios, dentre os quais se destaca o *primeiro convênio internacional*, estabelecido com o Ministério da Educação e Cultura do Paraguai, em 1985, exemplo de extensão na área temática de *educação*.

Outro exemplo de atividade extensionista que merece destaque foi o desenvolvimento de artefatos tecnológicos para o atendimento de portadores de necessidades especiais. Por meio de um convênio com o Departamento de Educação Especial da Secretaria de Estado da

onados bengalas e regletes (aparelho de leitura e escrita) para a utilização de deficientes visuais. Importante salientar que este serviço é desenvolvido até os dias atuais, agora, pelo NAPNE ó Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Especiais.

O ex-diretor deste período confirmou estes exemplos:

Tínhamos um professor aqui, o prof Florenzano que era muito habilidoso na mecânica, e a gente notava que sempre tinha uns cegos aqui em baixo, e vinham procurar o professor Florenzano. E um dia fui descobrir porque ele era tão querido pelos cegos, nós descobrimos que ele fazia aquelas bengalas com elástico dentro, que dobra, fica pequena. E ele fazia com o dinheiro dele, aí fomos descobrir que não tinha fábrica no Brasil, que o cego não tinha onde comprar, que os ricos mandavam importar, então o que nós fizemos? Começamos apoiar com alunos bolsistas, professores, aí a Secretaria de Educação ajudou a comprar o material. Aí descobrimos que tinha vários grupos que tratavam de educação de deficientes que brigavam entre si e nós estávamos no meio deles, aí passamos para a Secretaria de Educação, [...] e desse grupo de extensão das bengalas surgiu a oportunidade de nós fazermos uma reglete, que é para os cegos escreverem em braile, que não tem fábrica no Brasil, descobrimos que a Mercedes Bens tinha a matriz e aí nos cedeu e aí entramos em contato com o Senai, nós fazíamos a prancheta e o Senai cunhou não sei quantas mil e nós fizemos para o Brasil inteiro e passamos para frente. [...] e um professor desenvolveu em cima de um tubo de uma caneta bic, um circuito eletrônico que quando tocava a central telefônica ele passava em cima do teclado e quando tinha luz, a caneta apitava, custou a exorbitância de 10 dólares, aí nós repassamos para a Telepar, a Telepar repassou para as empresas do Brasil inteiro e nós acabamos propiciando o emprego para milhares de cegos nas centrais telefônicas (E2).

A extensão universitária se fez presente neste período desenvolvendo ensino e pesquisa em prol das necessidades da sociedade. A *pesquisa* passou a ser enfatizada no início dos anos 80, com isso, foram criadas duas linhas de pesquisa: A Engenharia Biomédica e o Desenvolvimento de Equipamentos Didáticos. Dessa forma, foram realizadas muitas ações extensionistas, às quais se citam alguns exemplos: por meio da Engenharia Biomédica foram desenvolvidos neste período: Analisador de Segurança Elétrica para área hospitalar; Sistema de Suspensão para Tetraplégicos; Controlador de Temperatura para Incubadoras (para o Hospital de Clínicas da UFPR), Medidor de Correntes de Fuga e Equipotencialidades (para o Centro de Engenharia Biomédica da Unicamp) e um Ventilador Pulmonar com controle, para o Hospital Cajuru, da PUC-PR.

Por meio da linha de pesquisa Desenvolvimento de Equipamentos Didáticos, cita-se a produção de 36 microcomputadores para uso didático, um Cronômetro Digital para laboratórios de Física, um Medidor de Função Densidade de Probabilidade, para estudos de sinais aleatórios como ruídos e sinais telegráficos e a confecção de 50 Mesas de Ensaio de Eletrônica Digital.

comunicação também se fez presente nesta gestão, pela institucionalização, em 1985, do Programa Editorial, que futuramente transformou-se na Editora do CEFET-PR. Pelo Programa Editorial, foi lançada em 1986, a revista Tecnologia e Humanismo. Também foram publicados livros de Matemática para o 2º Grau de escolas técnicas e dos Cefets. Neste período, totalizou-se a produção de 70 mil volumes impressos na Gráfica do CEFET-PR.

Cada vez mais se nota a abertura do CEFET-PR para novas ações que podem ser enquadradas como extensionistas. Neste período ainda não se falava em extensão universitária, mas as atividades desenvolvidas pela instituição eram caracterizadamente extensionistas. Talvez pelo fato de possuir ensino superior, não ficava alheia às discussões sobre as funções das universidades clássicas. E é nesse clima de discussões sobre o papel da extensão e da universidade, que é criado, em 1987, o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras.

4.5 A EXTENSÃO NA UTFPR NO PERÍODO DE 1988 A 1992

A política dessa gestão foi marcada principalmente pela ênfase no relacionamento escola/empresa. O intuito era melhorar o sistema educacional, ou seja, promover a atualização dos currículos por meio do contato com as necessidades das empresas. Com isso, em 1988, foi criado o Programa *Balcão de Teses*, que era desenvolvido pela Divisão de Pesquisa e Produção. O Balcão de Teses desenvolvia pesquisas aplicadas para serem absorvidas pela comunidade empresarial. Foram atendidas empresas como Milan Ltda, Provopar, Souza Cruz S/A, Eletrobrás, Lorenzetti S/A, entre outras.

Com isso, novamente evidencia-se o forte vínculo da instituição com o setor produtivo. No entanto, a comunidade estudantil, ao participar dos projetos, era beneficiada com o enriquecimento de sua formação acadêmica. Neste período também continuou com expressiva participação no desenvolvimento de projetos, o Núcleo de Engenharia Hospitalar, criado na gestão anterior, pelo qual eram desenvolvidas pesquisas aplicadas para o desenvolvimento de equipamentos biomédicos, prestação de serviços de manutenção para instituições de saúde, dentre outros.

acordo com o Centro de Tecnologia do Paraná, o qual proporcionou a criação do *primeiro mestrado da instituição*, na área de Automação Industrial. Este convênio retratou um exemplo de extensão na área temática de *tecnologia e produção*.

Interessante encontrar em documento pesquisado, a indicação de que a instituição prezava a integração com a comunidade, se preocupando com o atendimento às necessidades sociais. No Encarte Perfil 88 ó CEFET-PR (1988, p.13), notou-se o exposto:

O CEFET-PR mantém um relacionamento estreito com a comunidade, abrindo-lhe as portas e trazendo-a para participar de suas promoções internas ou indo até elas, colaborando com suas iniciativas e atendendo suas necessidades.

Em agosto de 1989, foi criado o *Programa Incubadora Tecnológica de Curitiba - INTEC*, com o objetivo de òpropiciar aos estudantes, [...] a abertura de suas próprias empresas, estimulando, assim, o processo de formação empresarial paranaenseõ (ENCARTE PERFIL 90 - CEFET-PR, 1990, p.38). Neste programa, se encontra a característica extensionista de enriquecimento da formação acadêmica, levando aos alunos o empreendedorismo e às ações para além da sala-de-aula. Como exemplo cita-se uma empresa de renome internacional na área de impressoras matriciais, a *Bematech*, que surgiu da Incubadora.

Pela Constituição Federal de 1988, no Art. 207, é aprovado o princípio da indissociabilidade ensino, pesquisa e extensão: òAs universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensãoõ. Dessa forma a extensão é reconhecida constitucionalmente como função da universidade, indissociável do ensino e da pesquisa. No CEFET-PR, apesar de alheio ao significado da extensão, nota-se a presença dessa indissociabilidade, pelo que já foi relatado.

Nesta época, muitas concepções de extensão começam a ser difundidas nas universidades, com isso, surgem muitas contradições, porém, o intuito era sempre de superar a concepção tradicional de prestação de serviços, difusão de cultura e disseminação de conhecimentos.

Tanto é verdade que o entrevistado E2, assim se pronunciou na entrevista:

Bom, eu acho que a palavra... eu estive em vários congressos de extensão universitária e em cada lugar, *eu nunca consegui definir* do que se tratava porque cada vez se pensa diferente. Eu penso que extensão é tudo o que envolve numa instituição de ensino trabalhos no mundo esportivo, artístico, cultural, que extrapola aquilo que é rígido dentro do currículo.

também se faziam presentes, o que é evidenciado até os dias atuais. No entanto, esse quadro tem uma sensível melhora com a transformação em universidade, assunto que será tratado em outro capítulo.

Para o diretor da época, quase não existia extensão na instituição, ao ser questionado sobre seu conceito de extensão na época de sua gestão, assim se posicionou:

Não era muito diferente (conceito de extensão) desse que estou falando, apenas entendo que na época em que eu fui diretor da escola, a escola ainda era muito fechada em si mesma como todas as instituições de ensino brasileiro... elas são pouco atidas ao processo de extensão especialmente aqueles que fogem das atividades mais acadêmicas ou interesses individuais ou coisas assim, quer dizer, eu sempre pensei o seguinte, que a instituição deveria se abrir cada vez mais e ser realmente um instrumento da sociedade, poder maximizar aquele potencial e aquele, vamos supor assim, aquele acervo de conhecimento que ela detivesse, seja ele através de seu corpo docente, de seus técnicos, seja ele através da sua infraestrutura instalada também (E5).

Porém, pelos relatos já descritos, observa-se que, o que não existia era a consciência de que se tratavam de atividades extensionistas, mas, as mesmas aconteciam, e muito. Outro conceito que foi observado pelo relato acima, é de que a instituição de ensino é detentora do conhecimento, o qual deve ser repassado à sociedade. Conceito contrário ao de Freire (2002), onde a instituição também aprende com o saber popular.

Para este diretor, existia mais a extensão no nível esportivo e cultural. Quando perguntado sobre a existência de atividades extensionistas em sua gestão, respondeu:

Existiu sim, existiam algumas atividades especialmente atividades organizadas tendo como foco os próprios alunos: a parte de coral, a parte de banda marcial, a parte de teatro, a parte de atividades esportivas, a parte de assistência ao estudante, e eu volto a frisar, que foram atividades que existiram e permaneceram na minha gestão. Eram atividades que na minha concepção, foram muito bem moldadas na época do professor Ivo Mezzadri que foi diretor da instituição. Então elas existiram sim. Existiam menos atividades daquilo que eu diria assim, de levar o conhecimento técnico científico coisa assim, para a sociedade a não ser através da formação regular dos seus alunos (E5).

No ano de 1989, outro exemplo extensionista na área da cultura: a criação do Núcleo de Documentação Histórica do CEFET-PR ó NUDHI, com o objetivo de resgatar a memória da instituição, o qual previa a participação de servidores e alunos no resgate histórico. O Núcleo existe até os dias atuais, porém, com a transformação em UTFPR, passa ao nível de departamento, denominando-se Departamento de Documentação Histórica ó DEDHIS.

No ano de 1990, o organograma continua mantendo setores responsáveis pela integração com a comunidade. Apresentava o Conselho Empresarial, que tinha o objetivo de

-PR com as lideranças empresariais; e a Diretoria de Relações Empresariais que era o órgão responsável pelas atividades referentes ao relacionamento com as empresas, produção de projetos industriais, orientação profissional aos alunos, estágios e cursos extraordinários (ENCARTE PERFIL 90 - CEFET-PR, 1990, p.12 e 13).

Assim, também continuava uma evidência no perfil de escola-empresa, com as atividades voltadas para as necessidades do setor produtivo. Como já dito anteriormente, apresenta em seu organograma, setores responsáveis pela integração com demais setores da comunidade, liderados pela Coordenadoria de Atividades Comunitárias. Segundo o Encarte Perfil 90, a integração com a comunidade se realizava da seguinte forma:

-Prestação de Serviços a Empresas, Instituições e Particulares; -Prestação de Assistência e Cooperação Técnica a Entidades Públicas e Privadas; -Oferta de Cursos Extraordinários; -Promoção de Campanhas Filantrópicas e Participação nas da Comunidade; -Organização de Competições Esportivas visando Integração com Outras Instituições; -Apresentações das Atividades Extraclasse em Festividades da Comunidade (ENCARTE PERFIL 90 - CEFET-PR, 1990, p.27).

Nota-se que a integração com a sociedade era vista, além do fator prestação de serviço, como atividades de assistencialismo e atividades artísticas, culturais e esportivas, ou seja, parte das áreas que compõem a extensão universitária.

No ano de 1990, o CEFET-PR inicia seu processo de expansão para o interior do Paraná, inaugurando sua primeira unidade descentralizada, hoje chamada de campi, na cidade de Medianeira-PR. Para essa unidade e para as próximas criadas posteriormente, foram adotados os mesmos princípios de ensino, de pesquisa e de realização de atividades com características extensionistas.

A visão dos dirigentes deste período demonstrava a preocupação com a formação dos alunos para além da educação profissional. No mesmo Encarte, encontraram-se os *Objetivos* das Atividades extraclasse: -Contribuir para a formação integral do educando, através do despertar, do desenvolvimento e da afirmação de suas potencialidades e preferências artísticas e criativas; - Favorecer a socialização do educando (ENCARTE PERFIL 90 - CEFET-PR, 1990, p.26).

Na década de 1990, nota-se mais fortemente a integração da extensão com o ensino e a pesquisa, apesar de, repete-se, na maioria das vezes, não ser usada a nomenclatura extensão. Por meio da realização da pesquisa aplicada, a instituição desenvolvia projetos para atender tanto a comunidade interna do CEFET-PR, como a externa. Continua o apoio ao

adas. O CEFET-PR objetivava, por meio do Núcleo de Pesquisas Tecnológicas, ser um centro de desenvolvimento de pesquisa aplicada e, com isso, desenvolver equipamentos didáticos para a própria instituição e para outras instituições de ensino, com o intuito de melhorar a qualidade do ensino.

Com o *Núcleo de Engenharia Hospitalar*, como nos anos anteriores, o CEFET-PR desenvolveu diversas pesquisas, promovendo assessorias técnicas e repasse e disseminação de conhecimento à comunidade médico-hospitalar. Pode-se citar, segundo o Encarte Perfil 90 - CEFET-PR (1990, p.33), a realização de assessorias técnicas no Hospital Cajuru, Hospital São Carlos, Hospital São Vicente, [...] Clinicor, Clínica de Fraturas XV, Labor Clin e Setor de Bioquímica da UFPR. Destaca-se ainda, o desenvolvimento do projeto para a Unidade Móvel do SIATE o Sistema Integrado em Atenção à Emergência, de Curitiba-PR.

A extensão como *prestação de serviços remunerados*, também é evidenciada neste período. O ex-diretor confirma na entrevista:

[...] porque os docentes da escola estavam assim, com a carga máxima de atividades docentes na escola, então, se eles tivessem atividades a mais, era como se fossem atividades extraordinárias e eu já ia dizendo o seguinte: eu sou plenamente favorável que aquele que trabalha mais, ganhe mais, então nós podemos levar a atividade de extensão através dos nossos laboratórios, através de nossas oficinas, através de projetos dos docentes... para a sociedade, remunerando de forma extraordinária as pessoas que se envolverem nessas atividades. E isso foi feito, acho que a partir disso, os cursos extraordinários, como eram chamados, passaram a fazer parte da rotina, vamos supor assim, passaram a integrar as atividades sistêmicas, da escola, e ela foi se desenvolvendo mais e tomando uma envergadura cada vez maior, também no sentido de abrir outras formas de possibilidades de interação/extensão (E5).

Assim, a participação dos servidores (em sua maioria) se condicionava ao pagamento pelos serviços realizados. Os Cursos Extraordinários eram considerados por essa gestão, um forte exemplo de extensão:

Esses cursos, na época chamados de cursos extraordinários [...] nós tínhamos professores habilitados, laboratórios adequados para desenvolver e ensinar, aperfeiçoar e formar pessoas no domínio de novas técnicas e para novas atividades. Isto foi um marco dentro da instituição, dando uma nova dimensão às atividades de *extensão*. Também faz parte dessa interação ou abertura para com a sociedade, a parte de prestação de serviços [...] (E5).

O ex-diretor ainda cita exemplos de atividades extensionistas de prestação de serviços, estágios para os alunos e convênios:

[...] veja bem, a escola dispunha de laboratórios e oficinas muito bem equipadas e com instrumental e equipamentos sofisticadas, não corriqueiros. Assim,

mpresas que necessitam fazer algum tipo de ensaio, análise e/ou , poderiam recorrer à escola que dispunha, além dos laboratórios, profissionais altamente qualificados. Além de que, outra atividade de extensão já existente nas práticas da escola, como o estágio obrigatório dos alunos, recebeu em nossa gestão uma nova dimensão, possibilitando que os mesmos pudessem ser feitos no exterior, na Alemanha especialmente. Então pela primeira vez foi firmado um acordo com outras instituições, no qual nós receberíamos os estudantes alemães para fazer o que eles chamam lá, de trabalho de conclusão de curso e que eles são obrigados a fazer para a graduação e conclusão do curso. Nós os receberíamos aqui viabilizando as condições para que eles fossem nas empresas fazer esse trabalho, assim como eles também viabilizariam para que nossos alunos pudessem ir até a Alemanha fazer os seus estágios. Isso foi uma iniciativa de tamanha importância, de tamanha relevância que não tenho conhecimento que outra instituição tivesse isso no Brasil antes do CEFET-PR, de tal forma que no final dos anos 90 eu tomei conhecimento que o próprio CNPq estava dando bolsas para que estudantes de engenharia pudessem fazer estágios no exterior (E5).

A finalidade da realização de atividades extensionistas também foi explanada pelo entrevistado:

[...] a finalidade é dupla, em primeiro lugar se abrir e maximizar seu trabalho em relação à comunidade, quer dizer, estender e multiplicar o seu conhecimento levando-o à comunidade e à sociedade como um todo, e também, tomar conhecimento das demandas e das inovações, daquilo que está acontecendo lá fora [...] romper aquelas cortinas que fecham a instituição de ensino e abrir, escancarar a instituição para a sociedade. Então, quer dizer, novamente é uma questão de mão dupla, é você levar conhecimento e adquirir experiência, adquirir conhecimento (E5).

Por esse discurso, percebe-se de certo modo, que essa gestão também entendia a importância do relacionamento da instituição com a sociedade em um sentido dialógico, de troca de saberes. Como já dizia Paulo Freire: “Ser dialógico é não invadir, é não manipular [...] Ser dialógico é empenhar-se na transformação constante da realidade” (FREIRE, 2002, p.43).

4.6 A EXTENSÃO NA UTFPR NO PERÍODO DE 1992 A 1996

Neste período, continua a percepção de que não se tinha claro a concepção de extensão na instituição, porém muito se realizava neste sentido, sendo enfatizado o ensino e a pesquisa. Veja-se, por exemplo, o encarte alusivo ao aniversário do CEFET-PR, em 1.994, enfatizando em sua capa: CEFET ó PR: ENSINO & PESQUISA. Porém, curioso encontrar em sua primeira página, sob o título *Identificação da Instituição*, a ênfase na formação integral,

... e extensão: “[...] através das disciplinas de educação geral, das atividades extracurriculares e da integração do ensino, da pesquisa e da extensão” (ENCARTE COMEMORATIVO, CEFET-PR, 1994, s.p.).

Neste mesmo encarte, encontrou-se uma página constando os objetivos da instituição, entre os quais, o item IV apresenta: “Realizar pesquisas aplicadas na área tecnológica, estimulando atividades criadoras e estendendo seus benefícios à comunidade mediante cursos e serviços”. Esse item mostra a preocupação da instituição com a comunidade, porém, evidencia o conceito de transmissão de saberes: “estendendo seus benefícios”. Dessa forma, se coloca como a sabedora que repassa um conhecimento, uma prestação de serviços, ignorando o conhecimento que a comunidade pode oferecer a ela (à instituição).

Neste item IV, pode-se ainda registrar, a preocupação (talvez inconsciente) da instituição em integrar a pesquisa com a extensão, ao colocar como objetivo a realização de pesquisa aplicada para ser “difundida na comunidade”.

Ao apresentar suas *Características*, a instituição demonstra novamente a preocupação com a formação integral do aluno, ou seja, com atividades extras que iriam além da formação profissional, assim coloca no item III: “ênfase na formação especializada, levando-se em consideração tendências do mercado de trabalho e do desenvolvimento regional, sem descuidar da formação integral do educando”.

O ex-diretor deste período, também se posiciona:

[...] oportunizar o estágio, cursos, artes, cursos humanistas, fazer participar de atividades de extensão para ele efetivamente saber o que ele vai fazer depois, então eu acho que a universidade devia dar muito mais interesse em todas as áreas dos cursos de extensão para que ele, quando saísse formado, ele não saísse apenas com o diploma [...] (E2)

Nota-se ainda nas características, item V, a ênfase no relacionamento com o meio empresarial: “relacionamento intenso com o complexo empresarial, com vistas à avaliação e atualização curricular”. No item VI, novamente demonstra a preocupação com o relacionamento escola/comunidade, no sentido de repasse de conhecimentos, mas também, demonstra interesse na melhora de sua qualidade de vida: “integração estreita com a comunidade e colaboração para seu desenvolvimento e melhoria de sua qualidade de vida”.

O encarte traz ainda, uma página sob o título: *Relacionamento com a Comunidade*. Nesta página, demonstra que mesmo sendo uma escola tecnológica, com ênfase na formação para o trabalho, sempre apresentou muitas atividades extracurriculares com o objetivo de relacionar-se com a comunidade e fornecer uma visão mais “humanística” aos seus alunos.

esta época, quase não existia extensão na instituição:

[...] é muito fraca a atividade de extensão e eu acho que ela é complementar à formação. Ela é complementar e fundamental. Ela é enriquecedora da formação. Acho que em todas as atividades, a universidade deveria criar os mais variados tipos de extensão, em toda área de formação das universidades (E2).

Isso mais uma vez demonstra porque existiam tantas atividades extensionistas no CEFET-PR que não eram evidenciadas como tal, pois ainda não existia uma concepção do significado da extensão na instituição, o que não é de se estranhar visto ser, neste período, um Centro de Educação Tecnológica, que *õdeviaõ*, a princípio, formar profissionais. No entanto como já frizou-se, se acredita que o grande número de atividades com características extensionistas realizadas na instituição, se devia ao fato de ter em suas gestões, desde tempos remotos, pessoas visionárias, com concepções de educação tecnológicas atuais como a de Reis (1995):

a tecnologia, apesar de seu enorme poder, em última instância pode e deve ser controlada e usada com fins pacíficos e socialmente proveitosos. Isto só é possível se a tecnologia estiver nas mãos de pessoas verdadeiramente educadas ó homens e mulheres - cuja moral e capacidade intelectual tenham sido desenvolvidas ao máximo [...] estas idéias resumem, com autoridade, o grande objetivo da Educação Tecnológica (REIS, 1995, p.117).

Em encarte de 1994, encontrou-se uma descrição das atividades realizadas neste período:

Na condição de órgão público, o CEFET-PR tem bem clara a sua missão primordial: *servir à comunidade* em que está inserido. Para esse objetivo concorrem todas as suas atividades, tais como: [...] - promoção de cursos extraordinários, visando a atualização e aperfeiçoamento dos profissionais do setor produtivo e da comunidade em geral; - parceria com o segmento produtivo com vista à realização de projetos comuns de desenvolvimento tecnológico; - oferta de consultoria e prestação de serviços técnicos especializados a empresas do setor produtivo; [...] - manutenção de atividades extraclasse -artísticas, culturais, sociais e desportivas- com a finalidade de propiciar o desenvolvimento das potencialidades físicas, culturais e artísticas do educando e, assim, completar a sua formação integral; - participação nos eventos sociais, filantrópicos, culturais, esportivos e artísticos promovidos pela comunidade interna e externa e colaboração na sua organização e execução; [...] - oferta, a alunos carentes, de um curso preparatório para o Exame de Seleção aos cursos técnicos ministrados pela instituição (ENCARTE COMEMORATIVO, CEFET-PR, 1994, s.p.).

O entendimento do conhecimento realizado por uma única via, é percebido no início da citação: *õservir à comunidadeõ*. A instituição é aquela que detém o conhecimento e a

r. Com este pensamento, o CEFET ignorava que poderia aprender na relação com a sociedade.

Da mesma forma, a instituição continua alheia à função da extensão. Muitas ações continuam sendo realizadas, porém vistas, ou como ensino ou como pesquisa. Outrossim, continua demonstrando uma profunda preocupação no relacionamento com o setor produtivo e a visão de que, por ser pública, deveria retornar para a comunidade os seus ganhos, apresentando ainda, uma finalidade *assistencialista* de atender alunos carentes.

Uma atividade que representa o sentido da extensão universitária, que é o de articular conhecimentos entre a universidade e a sociedade, foi a criação, em 1994, pela professora Cleonice Mendonça Pirolla, de um programa que visava inicialmente a prevenção da AIDS e de outras doenças sexualmente transmissíveis, o qual, contava com a participação de servidores e alunos. Em 1996, o programa foi denominado Grupo CIMCO ó CEFET Integrado na Multiplicação de Conhecimentos e angariou o apoio de uma instituição externa: a ONG Pela VIDDA.

O programa, que contava com inúmeros voluntários, realizava palestras de conscientização e distribuição de material informativo. Com a transformação em UTFPR, passou a ser chamado de CIMCO - Comunidade Integrada na Multiplicação de Conhecimentos e realiza ações de conscientização, campanhas beneficentes (assistencialistas), além de manter ações permanentes como o Guia de Qualidade de Vida, o Projeto Ginástica Laboral (com os alunos do Curso de Educação Física) e o Banco de Leite.

Nota-se, na última página do Encarte Comemorativo do CEFET-PR (1994), o organograma (Anexo V) da instituição na época, que continua apresentando a Coordenadoria de Atividades Comunitárias, o Conselho Empresarial e a Diretoria de Relações Empresariais, corroborando com os objetivos e características apresentados pela instituição, de integração com a comunidade.

No Regulamento da Organização Didático-Pedagógica do Ensino Superior de Graduação do CEFET-PR (1995), encontrou-se como objetivos:

I ó ministrar ensino em grau superior:

a) de graduação e pós-graduação lato-sensu e stricto sensu, visando à formação de profissionais e especialistas na área tecnológicas;

b) de licenciatura, com vistas à formação de professores especializados para as disciplinas específicas do ensino técnico e tecnológico;

II ó ministrar cursos de educação continuada, visando à atualização e ao aperfeiçoamento de profissionais na área tecnológica;

III ó realizar pesquisa e desenvolvimento, estimulando atividades criadoras e estendendo seus benefícios à comunidade mediante cursos e serviços

Nos objetivos, não há referência à extensão, porém, se nota no item III, características fundamentalmente extensionistas, ao ser relatado que as *atividades de pesquisa* deveriam ser levadas à *comunidade*. No entanto, convém ressaltar que deveria haver a *troca* de benefícios e não o repasse deles à comunidade. Mais uma vez nota-se a presença da extensão sem, contudo, haver um entendimento de que estas atividades se tratavam como tal.

O regulamento aponta ainda um capítulo próprio para o Ensino (p.13); e outro para a Pesquisa (p.17), no entanto, não há qualquer capítulo com referência à *extensão* apesar do regulamento fazer referência, no seu Art. 2º, que os currículos plenos dos cursos regulares de Graduação do CEFET-PR obedecem ao disposto na Lei 5.540, de 28 de novembro de 1968[...] (REGULAMENTO DA ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA DO ENSINO SUPERIOR DE GRADUAÇÃO DO CEFET-PR, 1995, p.04), Lei pela qual, a extensão passou a ser obrigatória nas instituições de ensino superior. Contudo, no capítulo X - *Das Atividades nos Períodos de Recesso Escolar*, encontrou-se no Art. 34, a seguinte frase: "Entre os períodos regulares poderão ser desenvolvidos programas de ensino, pesquisa e extensão" (grifo nosso), o que faz notar que em determinados momentos, se pensava na extensão como indissociável do ensino e da pesquisa.

No capítulo sobre a *Pesquisa*, encontra-se o indício de que se fazia extensão integrada ao ensino e à pesquisa mesmo que, talvez, inconscientemente:

Art. 40 - O CEFET-PR incentivará a pesquisa através de:
[...] III. propiciação de oportunidades de frequência a cursos de pós-graduação em instituições nacionais e estrangeiras e colaboração de convênios com entidades de financiamento e fomento para o treinamento e desenvolvimento de recursos humanos;
IV. realização de convênios com instituições nacionais e estrangeiras, visando a programas de investigação científica;
V. intercâmbio com outras instituições científicas, estimulando os contatos entre professores e o desenvolvimento de projetos comuns de pesquisa;
VI. divulgação dos resultados de pesquisas realizadas;
VII. promoção de congressos, simpósios, seminários para estudos e debates de temas científicos, bem como participação em iniciativas semelhantes de outras instituições;
VIII. celebração de convênios com entidades de financiamento e fomento para treinamento e desenvolvimento de recursos humanos (REGULAMENTO DA ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA DO ENSINO SUPERIOR DE GRADUAÇÃO DO CEFET-PR, 1995, p.17 e 18).

Esses itens mostram a diversidade de ações extensionistas que eram efetivadas na instituição nesse período, por meio da realização de atividades de ensino e pesquisa. Prova

Pós-Graduação é institucionalizado: o Programa de Pós-Graduação em Tecnologia é PPGTE, em agosto de 1995.

Já, nas atribuições da Diretoria de Relações Empresariais, no caso da sede em Curitiba, e da Divisão de Integração Escola-Empresa e Comunidade, no caso das UNEDs (assim chamados os campi neste período), relacionadas no Art. 34 (p.35), constam apenas ações referentes a estágios, o que é de se estranhar visto que, por várias vezes, estes setores foram referenciados como a ponte de ligação entre a instituição e a comunidade. Logo, não eram somente os *estágios* que faziam essa integração.

Por estas colocações, caracteriza-se certa confusão no entendimento do conceito de extensão, ao se presenciar que, por vezes, ela é colocada de uma forma relevante e, em outras, é reduzida a simples *prestação de serviço* ou *atividade cultural*. Talvez, resquícios deixados pela Lei 5540/68, que remete ao entendimento de extensão como uma função menor do que o ensino e a pesquisa.

4.7 A EXTENSÃO NA UTFPR NO PERÍODO DE 1996 A 2000

Com a LDBEN e Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 deixaram de existir os cursos técnicos integrados, pois o ensino médio foi separado do ensino técnico. Dessa forma, o ensino profissionalizante passa a ser oferecido na modalidade de pós-médio. Com isso, a formação de nível médio dos estudantes ampliou-se ao serem incluídos conceitos como ética e cidadania, por exemplo, voltados à sua formação integral.

O FORPROEX já vinha discutindo a questão da *cidadania* desde 1994. Em meio à crise econômica e social, inicia-se um consenso nas universidades de que deveriam lutar pela cidadania, compreendida como um conjunto de direitos civis, políticos e sociais. Tanto, que o CRUB, preocupado com a integração das universidades na sociedade, neste ano, realiza sua 57ª reunião, com o tema "Universidade Cidadã". O Fórum de Pró-Reitores de Extensão, também nesse ano, realiza seu VIII Encontro Nacional com esse tema: "A Extensão Universitária: a Construção da Cidadania e a Afirmação da Soberania Nacional", voltando às concepções que faziam parte das diretrizes do Fórum de 1987, de universidade voltada aos interesses sociais.

orma, ultrapassavam o meio universitário, atingindo as demais instituições de ensino superior. Neste período, mais precisamente a partir de 1998, o CEFET-PR muda o seu perfil passando a direcionar-se ao ensino superior, culminando na criação de 30 Cursos Superiores de Tecnologia em 1999. Assim, instituição passa a enfatizar a visão mais abrangente de comunidade e de educação para a cidadania, ou seja, além do meio empresarial, tanto que, nas Unidades de Ensino Descentralizadas, existia a Divisão de Integração Escola, Empresa e Comunidade objetivando a integração do CEFET de um modo geral e não só com os empresários.

Os novos Cursos Superiores de Tecnologia tinham como características principais, segundo o Processo nº 13/98 do Conselho Diretor do CEFET-PR, de 19 de outubro de 1998: oferecer vagas de acordo com a demanda do mercado de trabalho ou das tendências tecnológicas.

Dessa forma, não se prevê, novamente, o aspecto extensionista nestes cursos superiores. Ademais, no Processo nº 02/99, do Conselho Diretor do CEFET-PR, que trata da *Organização Curricular dos Novos Cursos Superiores de Tecnologia*, não se encontrou referência à extensão. No item III (p.09), *Dos Componentes Curriculares*, observou-se que a indicação para as atividades educacionais dos novos Cursos Superiores de Tecnologia, deveriam estar estruturadas sobre o tripé Ciência, Tecnologia e Gestão, em que houvesse a percepção pelo estudante, o significado da ciência na tecnologia, e se buscasse a gestão da produção, ou seja, a postura profissional do saber fazer.

No entanto, novamente nota-se a intenção da instituição em proporcionar a educação integral do ser humano, bem como, diversas atividades extensionistas, quando expõem no item IV (p.09), *Da Atuação Discente, o Papel do Estudante*, onde foram sugeridos [...] Estágios, visitas técnicas, convênios internacionais, trabalhos de pesquisa, atividades de monitoria, práticas desportivas, atividades culturais; [...] A abertura para o mundo. O viver global do estudante.

Em 1998, em substituição aos cursos do Esquema I e II, foi instituído o Programa Especial de Formação Pedagógica. O programa, que funciona até os dias atuais, tem o objetivo de capacitar professores da comunidade e da própria instituição. E em 1999, se inicia o primeiro programa de doutorado da instituição, na área de Engenharia Elétrica e Informática Industrial.

O CEFET-PR também se destacou na educação à distância. Neste período, foi a primeira instituição do Paraná a ofertar essa modalidade de educação, por meio de um convênio com a Equitel S/A para promover a apresentação de vídeo-conferência.

os anos 90, a instituição continua sendo caracterizada principalmente pela política de interação escola-empresa. Tinha a preocupação de estender seus conhecimentos para a comunidade: *õ[...] estende sua competência nas atividades de ensino, extensão e pesquisa científico-tecnológica à comunidade, particularmente ao setor empresarialõ (REVISTA EDIÇÃO COMEMORATIVA - 90 ANOS DO CEFET-PR, 1999, s.p.).* Nota-se que se apresenta a palavra *õextensãoõ* como um de seus objetivos, no entanto, acredita-se que o conceito de extensão nesta época era ainda um tanto restrito, e talvez, tenha sido apontado pelo fato da instituição ter alterado o seu perfil, passando a se dedicar com mais profundidade ao ensino superior.

A concepção de prestação de serviços visando à arrecadação financeira foi uma das tônicas da instituição nesse período. Ao ser questionado sobre a concepção de extensão que tinha na época de sua gestão, o professor E3 assim se manifestou:

Bem, a minha maneira de enxergar a extensão, na minha época [...] em função de situação econômica de governos da época, nós tivemos grandes dificuldades financeiras principalmente para investimento e em função disto, nós tivemos que dar um foco muito grande no sentido da prestação de serviço, porque a instituição não tinha valores significativos para o investimento e todo o meu período de gestão eu peguei um governo que não estava investindo na área da educação. Então nós focamos essencialmente nisso, sei que podia estar errado, mas era a única maneira de conseguir atualizar alguns laboratórios ou desenvolver outros laboratórios, focando em prestação de serviço com grande rentabilidade para a instituição, tanto é que nesta época, nós criamos a FUNCEFET ó Fundação de Apoio ao Ensino e Pesquisa do Cefet Paraná, que foi criada justamente para viabilizar de maneiras mais práticas, a entrada desses recursos.

Segundo a edição comemorativa de 1999, neste período, a instituição contava com mais de 4.000 contratos de estágio por ano; centenas de contratos de parceria com empresas para o desenvolvimento de projetos de pesquisa tecnológica; cursos de extensão abertos à comunidade; além de um programa de cooperação com várias instituições acadêmicas estrangeiras.

Neste período, mais uma vez nota-se que o perfil das pessoas que dirigiam a instituição, colaborava para que a escola -de perfil tecnológico-, mantivesse inúmeras atividades que ultrapassavam a questão da formação de mão-de-obra. O ex-diretor já confirmava isso no Plano de Ação de sua gestão: *õPreparar seus educandos a se posicionar diante da nova realidade e com ela interagir, ao mesmo tempo em que deverá contribuir para o crescimento e melhoria da sociedade onde irão viver e atuarõ.*

recebeu-se que a extensão era vista como prestação de serviços e assistencialismo. Ao ser perguntado sobre a sua concepção de extensão, o ex-diretor assim se posiciona:

é toda a atividade que a instituição desenvolve com vistas à comunidade externa, e ela pode ser no meu modo de entender, caracterizada pela prestação de serviços, que daí já visa um retorno para a instituição e um retorno para as pessoas envolvidas como professores, funcionários administrativos e estudantes. Mas também tem a parte social, que é a parte que a instituição dá um retorno para a sociedade, mas, desligada desta parte que visa um retorno financeiro, ou seja, a contribuição tanto de equipamentos como de pessoal e dos conhecimentos da universidade com vistas à comunidade ou uma determinada faixa da comunidade (E3).

Dessa forma, novamente a instituição de ensino é vista como a detentora do saber que vai ser repassado/estendido à comunidade; e as demais atividades extensionistas que eram realizadas não eram vistas como tal. Isso porque, ressalte-se, apesar de ter ensino superior, o CEFET-PR não era uma universidade, portanto ficava até certo ponto, alheio às discussões sobre as funções desta, dentre elas, a extensão.

Para o diretor da época, a extensão começa a ser difundida na instituição a partir de 1960:

[...] veja, isso aí (a extensão) não é uma questão da minha época. A instituição tem uma tradição de extensão que eu posso dizer, do início dos anos 60, quando foi implantado o Serviço de Integração Escola-Empresa, isso foi na década de 60, comezinho dos anos 60. Logo que ela passou em 59, à Escola Técnica Federal do Paraná, ela sempre se preocupou, a partir desta mudança, em ter um envolvimento com o setor industrial da região [...] na minha época eu me lembro dos números até hoje, nós tínhamos na instituição, que era formada por 5 campi, nós tínhamos mais de cinco mil empresas já conveniadas naquela época (E3).

Conforme as palavras do ex-diretor, a extensão é entendida como relacionamento da instituição com o setor produtivo.

O referido diretor, também confirma que a participação das pessoas nessas atividades extensionistas era, quase sempre, condicionada por pagamentos. Quando perguntado se o CEFET-PR estimulava a realização de ações de extensão, o entrevistado respondeu:

Bom, na realidade uma das alavancas que movimenta as pessoas, querendo ou não, é o dinheiro, então nós, tendo uma agilidade externa em captar demandas para a instituição, as pessoas, a gente sempre encontrou facilmente. Voltando aquele enfoque, sei que tinha alguma coisa que estava deixando a desejar, mas nós tínhamos que fazer a extensão como prestação de serviço por um momento econômico que estávamos passando (E3).

a presença da extensão na instituição. Ou pelo perfil de seus gestores ou pelas características de universidade que a envolviam. Diz o ex-diretor: «[...] o Cefet já tinha uma característica de universidade, e todas têm um envolvimento do ensino, pesquisa e extensão e tem áreas de sombreamento que são comuns em todas. Então, esse envolvimento ele se dá, no meu modo de ver, permanentemente» (E3). Desse modo, permanentemente a instituição continua a desenvolver ações extensionistas.

4.8 A EXTENSÃO NA UTFPR NO PERÍODO DE 2000 A 2008

A partir de 2000, nota-se nos documentos pesquisados, que a extensão passa a ser mais enfatizada nos discursos da instituição: «Há quatro anos, o CEFET-PR tem intensificado o investimento em três bases tipicamente universitárias: o ensino, a pesquisa e a extensão» (REVISTA EDIÇÃO COMEMORATIVA AOS 95 ANOS DO CEFET-PR, 2004, p.07). Esse fato pode ser devido à mudança de perfil da instituição que passa a ser voltada mais enfaticamente ao ensino de graduação, a partir de 1998, devido às mudanças ocasionadas pela LDBEN de 1996, a qual proibiu a oferta de ensino técnico integrado ao médio.

Como um exemplo de ação extensionista, pode-se citar a institucionalização, no ano 2000, da ARINT – Assessoria de Relações Interinstitucionais, com o intuito de promover o intercâmbio dos estudantes da instituição. Porém, desde 1988 esse setor já atuava de forma assistemática. Atualmente, transformou-se em DIRINTER – Diretoria de Relações Interinstitucionais, a qual mantém convênios com 25 instituições distribuídas na Alemanha, França, Japão, Argentina, Portugal, Espanha e Estados Unidos. O diretor deste período se posiciona sobre o setor: «[...] você ter mobilidade acadêmica, o quanto você aprende numa outra cultura, outro idioma. Você tá levando aluno pra lá e trazendo gente de lá para conhecer as competências daqui, certo? O mundo está cada vez mais plano, e a extensão faz esse papel» (E4).

A extensão aumenta sua abrangência a cada dia e, na Revista Edição Comemorativa dos 95 anos do CEFET-PR (2004), encontram-se duas páginas (p.10 e 11), com o título «Extensão», às quais tratam da interação empresarial e *comunitária* (grifo nosso).

Diante deste fato, nota-se que neste período também, a interação com a comunidade, em particular com o setor empresarial, continuava uma forte marca da instituição. Realizava

prestação de serviços até desenvolvimento de projetos de alta tecnologia. Destaca-se a opinião da professora Isaura Alberton de Lima, então Diretora de Relações Empresariais e Comunitárias: «A Instituição procura fazer da cooperação com os segmentos empresariais e comunitários instrumento de apoio ao desenvolvimento tecnológico da região onde está inserido e meio de fortalecimento dos potenciais existentes» (REVISTA EDIÇÃO COMEMORATIVA AOS 95 ANOS DO CEFET-PR, 2004, p.10).

O ex-diretor desse período, confirma em sua entrevista a integração do CEFET-PR com o setor produtivo: «[...] é uma escola essencialmente industrial, com forte vocação industrial [...] sempre a extensão esteve vinculada muito fortemente à palavra Relações Empresariais e hoje, Comunitárias, certo?» (E4).

No período compreendido de 2000 a 2004, segundo a revista, havia cerca de 5.000 empresas cadastradas para a efetivação das «atividades de estágio, serviços, projetos tecnológicos e cursos de extensão» (p.10), sendo que o número de vagas de estágio neste período passou de 1.400 para 2.780. A instituição apresentava ainda, o Programa de Egressos, que tinha o objetivo de manter o vínculo com seus ex-alunos. Ainda, segundo a revista, nesse período, a atividade de extensão que mais cresceu foram os *Hotéis Tecnológicos*, que abrangiam também as Incubadoras de Inovações Tecnológicas, com o objetivo de hospedar projetos de alunos e ex-alunos, os quais recebiam suporte administrativo, técnico, gerencial e mercadológico para a criação de produtos e serviços inovadores, projetos que ainda hoje se mantêm na instituição.

A prestação de serviços continua com destaque neste período, sendo referenciada como forma de «atender às necessidades da comunidade [...] utilizando laboratórios e equipamentos de diferentes áreas». Destaca-se a

fabricação e a manutenção de bengalas articuladas para portadores de deficiências visuais, que são doadas para instituições nacionais e internacionais. [...] manutenção de acessórios para deficientes visuais, como máquinas e impressoras braille, regletes e canetas óticas. Desde 2000, são atendidos, anualmente, em média, 800 pedidos de serviços nessa área (REVISTA EDIÇÃO COMEMORATIVA AOS 95 ANOS DO CEFET-PR, 2004, p.10).

Nesse caso, preconiza-se a relação ensino/pesquisa/extensão, pois são desenvolvidos produtos por alunos e professores, para atender às necessidades da comunidade.

Consta ainda que a instituição atendeu, de 2000 a 2004, 15.000 solicitações de empresas e da comunidade, entre projetos e serviços.

Como em outros períodos, a extensão na instituição é caracterizada principalmente pela prestação de serviços, com ênfase na relação com a comunidade empresarial, por meio da realização de estágios, parcerias, entre outros. Isso porque, como já foi relatado, a instituição tem a sua história voltada ao ensino profissional, com o intuito de atender às necessidades do mercado. O diretor desse período esclarece:

[...] mas eu não acho, eu não via isso... a escola trabalhar o conceito clássico de extensão que a gente vê em boa parte das universidades públicas brasileiras, em especial, as federais, e eu falo isso um pouquinho porque todas as vezes que nós íamos nos Fóruns de Extensão, parece que não era exatamente, nós não éramos muito parecidos com aquilo. Então é óbvio que eu não posso falar que meu filho está marchando certo e os outros errado, mas por que? Porque nós não podemos nunca, neste cenário, desconsiderar a nossa história. Não tem como negar a história (E4).

No entanto, mesmo na maioria das vezes não entendendo de que se tratava de atividades extensionistas, a instituição organizou e incentivou diversos eventos e ações, segundo consta na edição comemorativa de 2004:

[...] atividades artísticas da Orquestra de Metais e Percussão, da Camerata de Sopro, do Grupo de Teatro, do Grupo de Ginástica e Dança, do Grupo de Violino, entre outros. São realizadas exposições, atividades esportivas, projetos de preservação da saúde e do meio ambiente e de atendimento a comunidades carentes. Também acontecem atividades festivas, como formaturas e datas comemorativas (REVISTA EDIÇÃO COMEMORATIVA AOS 95 ANOS DO CEFET-PR, 2004, p.11).

Nota-se assim, que as atividades culturais não perderam seu foco e, como nas outras gestões, continuam sendo incentivadas. Diz o entrevistado quando perguntado se existiam atividades extensionistas na época de sua gestão: «Muitas atividades! Programa CIMCO, Programas Artísticos, temos teatro, flauta, mais não sei o que [...]» (E4). O ex-diretor relatou ainda, outras áreas da extensão na sua gestão:

[...] a meta mais de *relacionamento com a empresa*. Eu colocaria o estágio, os cursos, a pesquisa, a parte de infra-estrutura e mais um ponto, além disso, que são os Programas de Empreendedorismo, em especial as Incubadoras. As incubadoras na minha opinião, são um belo projeto de extensão. Ela não é escola nem empresa, ela é muito mais do que isso, ou ela não é nada disso. É um ambiente que, depende onde você olha, vê tonalidades diferentes. Ela mexe com a dinâmica interna de uma instituição, porque o aluno pergunta para o professor, o professor é obrigado a buscar para responder para o aluno [...] (E4).

Outro indício percebido de que a extensão caminhava a passos largos na instituição, foi a criação em 2004 da Assessoria de Ações Acadêmicas e Projetos Sociais ó AAAPS, junto à

pósito de sistematizar ações sociais desenvolvidas no CEFET-PR e estabelecer os rumos que deveriam ser seguidos pela Instituição nesta área.

Programas como Acompanhamento de Egressos, Jovem Empreendedor ó PROEM (Hotel Tecnológico e Incubadoras de Empresas), bem como os Cursos de Extensão (com 4.600 participantes), os Serviços Tecnológicos e os Serviços Tecnológicos para Portadores de Necessidades Especiais (com 688 atendimentos), são exemplos de atividades extensionistas realizadas pelo CEFET-PR nessa gestão.

Na área social, tem destaque neste período, mais precisamente em 2004, a parceria entre a UNISOL ó Universidade Solidária, o CEFET-PR e a Prefeitura da Fazenda Rio Grande, para o atendimento de menores carentes.

Os indícios evidenciam que a extensão universitária estava sendo mais referenciada na instituição. Prova disso, é que na edição comemorativa dos 95 anos, encontrou-se a frase: *“Instituição investe em ensino, pesquisa e extensão, áreas típicas de universidade”* (p.07).

No Relatório de Gestão 2004, encontra-se a confirmação de que, neste período, a extensão estava no bojo das discussões: *“o ensino, a pesquisa e a extensão e as relações com a comunidade e com o meio empresarial nunca estiveram tão no centro das discussões em relação às modernizações do sistema universitário, como neste momento”*.

Conclui-se que esse discurso *“universitário”* começa a aparecer, pois neste período (2004), a instituição havia recebido o reconhecimento do governo federal para se tornar Universidade Tecnológica.

4.8.1 A Extensão Após a Transformação em UTFPR

Em 2005, o CEFET-PR foi transformado em Universidade Tecnológica Federal do Paraná - UTFPR, a primeira do país.

Com a transformação do CEFET-PR em Universidade Tecnológica, mudaram também os rumos da extensão universitária. Com o status de universidade, a extensão passa a ser ainda mais referenciada na instituição. O ex-reitor pró-tempore, em entrevista para a Revista Edição Comemorativa aos 95 anos do CEFET-PR, em 2004, assim se pronunciou sobre o significado da transformação de CEFET em Universidade Tecnológica:

o equilíbrio entre pesquisa, ensino e extensão. Passamos de Escola CEFET-PR, em 1978, quando éramos fundamentalmente uma instituição de ensino. Hoje, avançamos não só no ensino, mas na pesquisa e na extensão, mas queremos buscar o equilíbrio ainda não atingido, avançando mais nessas áreas com a Universidade Tecnológica (REVISTA EDIÇÃO COMEMORATIVA AOS 95 ANOS DO CEFET-PR, 2004, p.18).

Para exemplificar o crescimento da atividade extensionista provocada pela mudança do perfil da instituição a partir de 1998 e da transformação em UTFPR, apresenta-se o Quadro 3.

1998	2005
1.200 ofertas de estágio/emprego	4.000 ofertas de estágio/emprego
800 prestações de serviços	7.600 prestações de serviços
12 projetos sociais/inclusão social	84 projetos sociais/inclusão social
156 projetos tecnológicos	180 projetos tecnológicos
01 Hotel Tecnológico	05 Hotéis Tecnológicos e 02 em fase de implantação; 04 Incubadoras implantadas e 03 em fase de estudo para implantação
Conselho Empresarial único para o sistema	Conselho Empresarial reformulado em cinco campi

Quadro 3 ó Evolução das atividades extensionistas na UTFPR (1998 a 2005).

Fonte: Revista da Transição do CEFET-PR em Universidade. Edição Especial, 2005, p.07.

A partir dessas considerações, mais uma vez ressalta-se a grande participação da UTFPR em atividades extensionistas, porém, nesse período, começa aparecer mais enfaticamente a relação dessas atividades com a nomenclatura de extensão universitária, a qual começou a ser ainda mais explanada a partir da transformação em universidade tecnológica.

Em 2006, continua a busca pela realização de ações voltadas à resolução de problemas sociais, sendo institucionalizado o PROES ó Programa de Extensão Social, em lugar da AAAPS.

Ressalta-se neste período, a continuidade da integração da instituição com a comunidade, principalmente a empresarial, característica que marca a instituição há longos anos. O ensino e a pesquisa continuam sendo desenvolvidos e democratizados por meio de muitas ações de extensão, desde a prestação de serviços, visitas técnicas, estágios, intercâmbios, parcerias, desenvolvimento de pesquisa aplicada até projetos e programas sociais, campanhas beneficentes e eventos esportivos e culturais, mesmo que, muitas vezes, não sejam entendidos como ações extensionistas.

Para o diretor deste período, a extensão se constituía em um importante espaço para a comunidade interna da UTFPR aprender a olhar os problemas da sociedade:

Se não tiver esse papel (de extensão), a instituição vai se fechar. As pessoas não sabem entender onde elas estão inseridas, no meio em que elas estão inseridas, na sociedade como um todo. Qual o papel dela na sociedade? Porque senão ela vai olhar só para o umbigo dela. É só o artigo científico, é só Congresso, e acabou. Minha bolsa de pesquisador do CNPq e acabou o problema da vida dele. Ele só vai fazer aquilo. Então eu acho que as gestões têm que, não só incentivar, como avaliar por isso. Porque esse é um traço extremamente importante para as universidades (E4).

No entanto, o diretor entendia a extensão realizada na instituição como desconectada do ensino e da pesquisa e vista como uma função menor, como o patinho feio:

[...] a extensão muitas vezes ela é facultativa ao docente, ela não tem a característica compulsória do ensino, da pós-graduação ou da pesquisa. Uma coisa compulsória e por ser pública, ela sofre um problema muito sério. Muitas vezes ela se torna nesse tripé, o patinho feio. O patinho mais feio da brincadeira é a tal da extensão. Ela só não é muito feia quando envolve recursos financeiros (E4).

Neste período, apesar de aparecer mais, a extensão continua a ter seu conceito pouco discutido fazendo, muitas vezes, que fosse mal compreendida. O entrevistado confirma: "Mas a extensão sofre alguns predicados de patinho feio, de assistencialismo, a extensão é má compreendida. Agora, ela é a forma de garantir que a gente não se feche" (E4).

Sem dúvidas, continua a se destacar a extensão prioritariamente de prestação de serviços e relação com as empresas. Nota-se que desde quando a extensão passou a ter certa sistematização, com a criação da Diretoria de Relações Empresariais (em 1982), as atividades comunitárias que existiam, ficavam instituídas em setores separados do setor que abrangia as atividades relacionadas com o setor produtivo. O professor E4 explica:

No eixo mais com empresas [...] a extensão já foi mais orientada certo? Por conta do perfil, nós já tínhamos o aluno que ia na empresa, tínhamos encontros com os recrutadores, tínhamos encontros com os empresários, mas ela tinha um incentivo que era o interesse dos dois lados. Tinha um interesse muito claro. [...] A Relações Empresariais nasceu em 82, acho, com o Aramis Demeterco, só com essa função com a empresa. Ela não nasce junta (com outros tipos de atividade). Essa extensão mais assistencial, tava em outro setor. Então são dois eixos, hoje mais ou menos eles se fundiram, mais ou menos.

Isso se deve, como já foi percebido na análise das outras gestões, à concepção de educação para o saber-fazer, que também é marcante nessa gestão:

Veja bem, mais uma vez eu repito: a trajetória histórica é muito importante. Como que você, por exemplo, quando você forma pessoas para a área do fazer certo? É a natureza dessa instituição: ela ensina fazer, que é um pouco distinto da área do pensar, [...] então como é que você vai formar pessoas para atuar no mercado que não conheçam efetivamente o que tem no mercado, isso é um contra-senso enorme.

no a gente forma para o mundo do trabalho, se você não conhece o
im? Então é importante conhecer a ponta de lá. Como é que funciona
um sistema de produção? Como é que você vai formar um tecnólogo em Processos
Industriais se nunca entrou numa indústria? Como é que se faz isso? Aí vem
dizendo: Tem que ter a formação integral! É óbvio, eu não sou contra a formação
integral, mas eu tenho que dizer qual é o meu papel na sociedade (E4).

Para conhecer a ponta de lá, como disse o entrevistado, a UTFPR mantém o *Conselho Empresarial*, que é um órgão consultivo com representação empresarial que visa integrar a universidade com o setor produtivo com o intuito de aperfeiçoar os currículos de seus cursos e articular-se com as empresas objetivando o desenvolvimento de projetos de pesquisa e extensão.

Outra forma de promoção da integração com as empresas, é a realização do *Dia da Indústria*, o qual representa um significativo evento realizado anualmente pela UTFPR, quando são homenageados empresários, egressos e empresas que tiveram destaque nas suas áreas e na interação com a UTFPR.

A extensão na instituição, de acordo com o professor E4, veio se construindo naturalmente ao longo de sua história, não foi projetada em algum momento em especial: Mas eu não acho que foi feito algo que se possa dizer assim, foi uma ruptura: agora temos atividades de extensão! Foi uma sequência, foi se construindo. No entanto, observou-se que, com a transformação em universidade, passa a se falar mais no assunto e a se pensar na sua institucionalização.

Acredita-se, como já exposto, que o fato de existirem diversas atividades extensionistas na instituição mesmo que esta não as incluísse em seus objetivos, deveu-se ao fato de uma continuidade de ideias que vieram desde as antigas gestões. O reitor deste período confirma:

[...] que as gestões se sustentam e elas não destruíam projetos institucionais e isso a gente corre o risco quando tem projetos personalistas, a pessoa chega sob nova direção, mais ou menos assim. [...] Então foi uma sequência de coisas assim. As gestões seguiram um projeto contínuo, ele foi indo, ninguém destruiu e eu acho isso extremamente importante, então eu não poderia destacar absolutamente nada e dizer: foi ali que aconteceu. Tem uma sequência (E4).

No entanto, segundo o Relatório de Gestão 2006, este ano foi marcado pela regulamentação de procedimentos para consolidar, de fato, a extensão como um dos pilares da Universidade, por meio da instituição de comissões responsáveis pela criação de documentos e padronizações de procedimentos.

ção em 2007, da Agência de Inovação e seus Núcleos de Inovação Tecnológica (NIT) nos Campi, os quais são responsáveis pela Propriedade Intelectual da UTFPR, e de estimular o patenteamento e o registro das criações intelectuais.

No mesmo Relatório, observou-se como um dos objetivos da PROREC, a *Disseminação* da cultura extensionista na UTFPR, o que prova a intenção de promover a extensão com mais intensidade depois da transformação em universidade.

Pelas análises, percebeu-se que ainda existe pouca participação da comunidade interna nos projetos de extensão (que não sejam ligados a empresas). O ex-reitor, quando perguntado sobre a participação de servidores e alunos nas atividades extensionistas, responde:

Os técnicos administrativos também, fazem umas coisas mais pontuais. E os alunos muito pouco, que eu acho que é onde deveria ser muito mais explorado, né? O aluno fazer trabalho comunitário, fazer visitas, tem um mundo para ele fazer... Deveria ser compulsório, o aluno que estuda numa escola pública como a nossa, deveria dar uma retribuição para a sociedade, em forma de serviço (E4).

Por meio das análises, foram percebidos diversos exemplos de atividades extensionistas ligadas ao ensino e à pesquisa, no entanto, essa gestão entendia que a extensão na UTFPR geralmente não contemplava a indissociabilidade ensino/pesquisa/extensão. Assim se posicionou o entrevistado:

Nem sempre essas coisas eram integradas. Nunca foi muito integrada, porque nunca foi entendida (a extensão) como atividade compulsória. A indissociabilidade não existe na verdade porque se ela (a extensão) é facultativa, ela é dissociável. Então embora você perceba que é importante para o docente, o administrativo, o aluno, pois dá essa visão externa, que é fundamental para o teu trabalho como pesquisador, como professor, eu acho que isso não é muito claro na cabeça das pessoas, na média. A extensão é feita e melhora o conjunto da instituição, mas, veja que, historicamente, elas nem entravam na carga horária. As atividades não são pensadas no conjunto não (E4).

Contudo, diversos exemplos podem ser citados neste período:

- ✓ as atividades da ARINT - Assessoria de Relações Interinstitucionais
- ✓ o Programa Especial de Formação Pedagógica o COFOP
- ✓ o PDE o Programa de Desenvolvimento Educacional, em parceria com o governo do Estado
- ✓ a participação no Projeto Escola e Universidade, da Prefeitura Municipal de Curitiba
- ✓ os Serviços Tecnológicos (4.433 atendimentos)
- ✓ os estágios (com mais de 5.000 empresas cadastradas)
- ✓ o Programa de Acompanhamento de Egressos

dedor - PROEM (Incubadoras e Hotéis Tecnológicos)

- ✓ os Cursos de Extensão
- ✓ o Programa CIMCO - Comunidade Integrada na Multiplicação de Conhecimentos
- ✓ Projetos e programas aprovados no Programa de Extensão do Governo Federal ó PROEXT.

A aparente ão realizaçãoo da extensão integrada ao ensino e a pesquisa, se deve ao fato de que apesar de ser praticada, era pouco discutida, sendo que muitas atividades nem eram concebidas como extensionistas.

No entanto, essa gestão entendia as práticas realizadas como uma forma de troca de saberes entre a universidade e a comunidade, preceitos da extensão universitária como ãcomunicaçãoo. Diz o ex-reitor:

A extensão tem muito de assistencial ainda, mas ela é extremamente importante, ela é o meio pelo qual, a universidade se obriga estar interagindo com o ambiente e este ambiente interagindo com a universidade. O dia que cortar a extensão e em especial para as instituições públicas, que tem uma tendência a ser altamente corporativista, se fechou completamente. Então a extensão é estender competências internas da instituição acadêmica para o mundo externo e, obviamente, permitir que essas variáveis do mundo externo, influenciem os sistemas internos da universidade (E4).

Outra área que se expandiu neste período foi a prestação de serviços sociais à comunidade, por meio de tecnologia aplicada a pessoas portadoras de deficiência, sendo totalizados 719 serviços desta natureza.

Percebeu-se também, por meio das análises realizadas, que a UTFPR continuou nessa gestão, seu propósito de incentivar as ações culturais e esportivas por acreditar que as ãatividades extracurriculareso proporcionavam nos discentes, ãuma formação plenao e nos servidores, ãum complemento humanísticoo.

Neste período, apesar das diversas atividades desenvolvidas e da transformação em universidade, percebeu-se a falta de uma política que valorizasse a extensão como uma atividade acadêmica de construção e divulgação do saber, para que assim pudesse obter uma maior valorização e participação.

Nesse período, a extensão segue o curso do período anterior, sendo ampliada a sua participação nos objetivos da universidade, constituindo-se, aos poucos, como função acadêmica na formação da identidade da universidade que ainda está em processo de construção. O reitor confirma a ampliação da extensão:

[...] todo um foco não só colocado no ensino como foi quase que 70 anos dentro da instituição, de uma maneira mais formal, mas já tem toda uma preocupação que a universidade possa ter uma atividade não só de ensino, mas também uma atividade de pesquisa e uma atividade de extensão que seja consistente caracterizando o perfil de uma instituição que seja uma instituição de ensino superior dentro do local onde ela está inserida. Então, a preocupação, eu acredito que seja cada vez maior, é de envolver cada vez mais não só os professores, servidores e alunos, em projetos mais amplos que possam dar esse perfil a uma universidade como a nossa. Então nós temos uma série de projetos que são construídos pela Pró-Reitoria de Relação Empresariais e Comunitárias (E9).

Após a transformação em universidade, cada vez mais a extensão é indicada como um de seus principais focos, além do ensino e da pesquisa. Para promover a extensão, conta com a PROREC - Pró-Reitoria de Relações Empresariais e Comunitárias, que é responsável, dentre outras coisas, em atuar no setor produtivo e também na comunidade em geral, por meio do desenvolvimento de pesquisa aplicada, da cultura empreendedora, de atividades sociais e extraclasse, entre outras (RELATÓRIO DE GESTÃO 2009). A preocupação com os segmentos sociais, foi observada também, dentre os objetivos da UTFPR.

A extensão continua a ser referenciada e promovida pela Diretoria de Extensão - DIREXT, porém, como em muitas universidades, ainda continua com seu conceito um tanto desvirtuado. Muitas atividades extensionistas que são desenvolvidas, às vezes, não são entendidas como tal e nem divulgadas.

Um exemplo de ensino e pesquisa difundidos pela extensão é o CITEC - Centro de Inovação Tecnológica da UTFPR. No CITEC, de acordo com a professora entrevistada E1,

[...] temos pesquisa, não só a pesquisa científica aplicada, mas também a pesquisa tecnológica, onde eu tenho condições de interagir com as empresas não necessariamente na demanda de produção, de desenvolvimento de produtos, mas inclusive, no desenvolvimento de produtos que visem melhorar a qualidade de vida social.

ção e Tecnologia em Sistemas Embarcados, por exemplo, é um laboratório do CITEC que desenvolve pesquisas para o atendimento das necessidades da comunidade. Conforme a entrevistada:

[...] nós já fizemos várias pesquisas com desenvolvimento, por exemplo, de computadores de baixo custo para atendimento às escolas públicas, ou voltadas para uma comunidade mais pobre, mais carente, então são atividades que nós desenvolvemos aqui (no LIT). Nós já tivemos por exemplo, neste laboratório, o desenvolvimento de uma pesquisa para atendimento a pessoas com diversos tipos de limitação de locomoção, [...] portadores de necessidades especiais, mas em especial, de locomoção, tetraplegia. Então foi um trabalho extremamente interessante, que resultou numa dissertação de mestrado, e que mais tarde o aluno foi convidado a fazer seu doutorado no Japão e continua lá e continua desenvolvendo esse tipo de produto tecnológico que faz parte da extensão porque ele é voltado para a comunidade (E1).

Esse exemplo corrobora inteiramente com o conceito de extensão difundido atualmente, onde a extensão:

É um momento, uma etapa desse processo maior que vai desde a produção do conhecimento e sua sistematização à transmissão dos resultados. Assim, ela não se caracteriza como atividade isolada do Ensino e da Pesquisa, ao contrário, ela é uma dimensão da vida acadêmica que articula as outras duas, de forma indissociável, facilitando a interdisciplinaridade (NOGUEIRA, 2001, p.69).

Como nas gestões anteriores, a extensão é percebida neste período em inúmeras atividades realizadas na UTFPR que compreendem ações em forma de programas, cursos, pesquisas e produções acadêmicas, visitas técnicas e gerenciais, serviços e apoios tecnológicos, estágios e empregos, eventos, projetos e acompanhamento de egressos.

Dentre estas atividades, cabe destacar:

- ✓ O Departamento de Estágios e Cursos de Extensão, responsável por administrar os estágios dos alunos e organizar cursos de atualização profissional;
- ✓ O Programa de Egressos, que tem o objetivo de acompanhar a vida profissional dos ex-alunos;
- ✓ A prestação de serviços por meio de serviços e projetos tecnológicos;
- ✓ A Agência de Inovação da UTFPR, responsável pela propriedade intelectual;
- ✓ O PROEM - Programa Jovem Empreendedor, que conta com as Incubadoras e Hotéis Tecnológicos;
- ✓ A ARINT ó Assessoria de Relações Interinstitucionais que possui programas de intercâmbio responsáveis por promover e democratizar o conhecimento de estudantes e servidores;

Extensão Social que objetiva desenvolver atividades de ensino e pesquisa voltados para as necessidades da sociedade;

- ✓ O PDE - Programa de Desenvolvimento Educacional, que visa à integração do Ensino Superior com a Educação Básica;
- ✓ O Programa CIMCO - Comunidade Integrada na Multiplicação de Conhecimentos, responsável pela promoção de ações sociais e de conscientização;
- ✓ A participação no Projeto Rondon, bem como, a participação expressiva de alunos e servidores no SEURS - Seminário de Extensão Universitária da Região Sul.

Cabe ressaltar que nesta gestão continua em destaque também, as atividades esportivas e artístico-culturais, como confirma o professor entrevistado: ãAinda existe uma questão de arte e cultura grande na instituiçãoö (E9).

O folder UTFPR em Números (2010, p. 06), mostra algumas atividades culturais e esportivas existentes na instituição atualmente. Dentre as culturais, destaca-se: Grupo de Ginástica e Danças, Coral, Grupo de Metais, Grupo de Teatro, Grupo de MPB, Festa Junina, Varal de Poesia, Dia da Consciência Negra, UTFEST (Fotografia Digital, Contos, Poesia, Bandas) e Núcleo de Cinema. Nas atividades esportivas, destaca-se: basquete, handebol, musculação para a 3ª idade, futsal, vôlei feminino, ginástica rítmica, trilha ecológica, futebol suíço, tênis de mesa, *badminton*, atletismo e futebol de campo.

Foi surpresa encontrar a informação de que a UTFPR participa do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras - FORPROEX desde 2002, visto que neste ano a instituição ainda não era universidade, o que prova a intenção de melhorar a participação na extensão.

Uma ação importante da UTFPR com relação ao crescimento do espaço da extensão, em 2009, foi a preparação do primeiro Edital para concessão de 20 bolsas de extensão para alunos da UTFPR vinculados a projetos de extensão. Outra ação que merece destaque neste campo, foi a realização da *I Mostra de Extensão da UTFPR*, realizada pelo Campus Curitiba, que aconteceu em setembro de 2009, objetivando a apresentação das ações de extensão realizadas pelos 11 Campi da universidade.

Constata-se que, com a possibilidade de transformação em universidade, a instituição inicia um processo de maior abrangência quanto às atividades extensionistas. O reitor confirma ao dizer que:

ada de 2000, nós preparamos a instituição para que o professor ele só ser um professor que desse aula, mas que fosse também um professor pesquisador e também um professor extensionista, dando oportunidade de carga horária para esse professor. [...] Então hoje o que nós chamamos de métrica, como é conhecida na universidade, mas que na realidade é o que o professor executa dentro da instituição, você já tem uma disponibilidade de atividades que possam ser alocadas ali com um espaço de tempo, então ele não vai ter o tempo dele só tomado com aula (E9).

Neste período, de acordo com o Relatório de 2009 (p.313), se percebeu um aumento significativo de participações da UTFPR em eventos internos e de interação com outros segmentos da sociedade, principalmente, no que se refere às atividades de extensão, que em 2009 teve um percentual de 28,86%, contra uma participação de 11,28%, em 2008.

Como nas outras gestões, e não fugindo ao seu perfil, nesta gestão também se encontra uma grande ênfase na prestação de serviços e no relacionamento com o setor produtivo, atingindo, segundo o Relatório de Gestão 2009 (p.312), o número de 8.378 serviços tecnológicos e 299 cursos de extensão. O reitor se posiciona confirmando o perfil da instituição, de forte vinculação com as empresas, inclusive com a arrecadação de recursos financeiros, como nas outras gestões:

[...] Hoje é muito forte também (vínculo com o setor produtivo). Nós temos convênios com diversas empresas, temos projetos de pesquisa, temos projetos com parceiros que trazem muito recurso para a instituição, muitos professores envolvidos não só na questão da área de indústria, petróleo, enfim são várias áreas, a questão da sustentabilidade, [...] são diversas áreas que a gente tem uma parceria muito forte. Essa é uma característica, essa é uma coluna da universidade tecnológica (E9).

Como exemplo de crescimento da ação extensionista na UTFPR, se apresenta também a aprovação, em 2009, de 97 projetos no Edital da Fundação Araucária-Universidade sem Fronteiras, na modalidade *Extensão Tecnológica*; e 03 projetos de *Extensão Acadêmica*, fatos relevantes para o início da institucionalização da extensão na instituição. A UTFPR também teve 03 Projetos e 02 Programas aprovados neste período, no Edital PROEXT - Programa de Apoio à Extensão Universitária, conforme a Tabela 1.

Tabela 1 - Programas e Projetos aprovados pela UTFPR, no Edital PROEXT - 2009.

LINHA TEMÁTICA 1 EDUCAÇÃO, DESENVOLVIMENTO SOCIAL E SAÚDE		
no.	DESCRIÇÃO	CAMPUS
260	PROJETO Melhoria da qualidade de vida da população da região de Corumbataí do Sul-PR, por meio da valorização da agricultura familiar e incrementação da produtividade dos agricultores e do desenvolvimento sustentável	Campo Mourão
261	PROJETO Produção, disponibilização, avaliação do desempenho e orientação para o uso de parasitóides na produção agroecológica de alimentos	Dois Vizinhas
262	PROGRAMA Utilização de energia solar com conversão em baixo custo para o campo e a cidade	Pato Branco
263	PROJETO Proposta de apoio computacional no processo ensino-aprendizagem dos alunos com necessidades especiais da APAE Campo Mourão	Campo Mourão
LINHA TEMÁTICA 2 GESTÃO CULTURAL, ECONOMIA DA CULTURA E DESENVOLVIMENTO DAS LINGUAGENS ARTÍSTICAS EDUCAÇÃO, DESENVOLVIMENTO SOCIAL E SAÚDE		
no.	DESCRIÇÃO	CAMPUS
61	PROGRAMA Rádio FM Universitária educativa de difusão da cultura, ciência e tecnologia rural	Dois Vizinhas

Fonte: Relatório de Gestão 2009, p. 318.

A participação da universidade no IV Círculo de Diálogos em prol dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, promovido pelo Núcleo de Instituições de Ensino Superior do Conselho Paranaense de Cidadania Empresarial ó CPCE em apoio ao movimento Nós Podemos Paraná, é outra demonstração de que a UTFPR caminha na direção de objetivos que visem à transformação da sociedade e da própria universidade.

Na Tabela 2, pode ser constatada a realização de diversos projetos, programas e ações envolvendo as áreas temáticas⁵ da extensão universitária:

⁵ De acordo com o Plano Nacional de Extensão (2000/2001), as áreas temáticas da extensão são: comunicação, cultura, direitos humanos e justiça, educação, meio ambiente, saúde, tecnologia e produção e trabalho.

Click Here to upgrade to
Unlimited Pages and Expanded Features

mas e ações da UTFPR.						
Temáticas PROES	nº de programas	nº de pessoas envolvidas	nº de projetos	nº de pessoas envolvidas	nº de ações	nº de pessoas envolvidas
Comunicação	0	0	30	5.308	3	635
Cultura	1	1	8	9.683	23	9370
Direitos Humanos	1	65	5	3.308	14	6270
Educação	8	312	7	3.502	33	6885
Meio Ambiente	4	2.035	3	514	25	2050
Saúde	3	175	6	6.019	15	6109
Tecnologia	2	14	2	196	16	1220
Trabalho	2	72	8	1248	17	3319

Fonte: Relatório de Gestão 2009, p. 316.

Ainda não existem normas e regulamentos para sistematizar e organizar as ações de extensão, porém, a elaboração destes documentos, por meio de uma Comissão constituída em 2008 pela Reitoria, já está em fase conclusiva. Também está em fase de elaboração pela DIREXT, o Manual de Extensão.

Contudo, o conceito de extensão ainda tem muito a evoluir na UTFPR. De acordo com a entrevistada E1, quando perguntada sobre o entendimento do conceito de extensão pela comunidade interna da universidade, assim se posicionou:

Muitas vezes eu acredito que alguns professores, algumas pessoas, não só professores, a nossa comunidade interna, muitas vezes vêem isso como uma forma de aferir lucros, não como uma atividade de extensão. É... muitas vezes eu vejo que algumas pessoas olham, encaram a extensão como sendo apenas o assistencialismo, ou atividades sociais, mas não, a pesquisa tecnológica é uma atividade de extensão, o serviço de informação tecnológica muito mais de que qualquer outra classificação de atividade, é uma atividade de extensão (E1).

O reitor, quando perguntado sobre o desenvolvimento da extensão atualmente, também se posiciona no sentido de que a extensão tem um longo caminho a trilhar na instituição:

Acho que ainda é *muito insipiente* (a extensão), mas acho que existe um potencial crescendo dentro da universidade dentro do que não só os alunos, mas os professores e os servidores tem de potencial de alguma atividade e conhecimento para fazer esse trabalho de extensão junto à comunidade (E9).

Portanto, se nota a falta de uma maior divulgação de suas atividades extensionistas e uma maior discussão em torno do conceito de extensão. Sobre isso, a entrevistada E1 opina:

Eu tenho uma frase que eu dizia para o CEFET e agora continuo dizendo para a UTFPR: o CEFET não conhecia o CEFET e a UTFPR não conhece a UTFPR. É um problema de gestão do conhecimento mesmo e da informação, mas temos algumas atividades que são divulgadas, né, via os canais internos de divulgação, via os jornais que nós temos internamente, mas nem sempre as atividades são divulgadas, com a intensidade que deveriam. Deveria ter, por parte da instituição, alguns canais formais de divulgação do que é feito, por isso que eu te disse, muitas vezes a UTFPR não conhece a UTFPR. [...] Acredito que deva ter um maior incentivo para isso.

Apesar das diversas atividades extensionistas realizadas pela universidade, mais uma vez confirma-se que as mesmas, muitas vezes não são divulgadas ou mesmo não são entendidas como ações de extensão visto que falta a profundidade de discussão sobre a conceituação de extensão na universidade, como uma atividade acadêmica de produção e disseminação de conhecimentos por meio do ensino e da pesquisa. O entrevistado E9, quando perguntado sobre a indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão na UTFPR, assim se expressou:

Olha, se eu disser que sim, é muito complicado. [...] nós conseguimos talvez formalizar a construção da possibilidade de um professor ser integrado nas três atividades, mas ainda falta alguma coisa. Eu acho que a extensão ainda, dos três pontos, ou seja, ensino, pesquisa ou extensão, falta à extensão amadurecer um pouco mais na universidade, ser um pouco mais divulgada na universidade, ser um pouco mais trabalhada com uma série de atividades, com uma série de situações que possam fazer com que a comunidade entenda o papel importante da extensão para a universidade e para a comunidade. Então, eu acho ainda que a extensão ela tem que amadurecer um pouquinho para que a gente possa dizer que ela está totalmente integrada (E9).

O reitor ainda se posiciona sobre a necessidade da instituição crescer no campo da extensão:

Acho que ela (a extensão) tem ainda um ponto escuro, um bom caminho a trilhar, porque tem muita gente que desconhece, tem muita gente que não atua, tem muita gente que vê dificuldade, tem muita gente que vê como pura assistência... Então é um trabalho legal, e acho que cabe aí para a instituição crescer nesse campo (E9).

No entanto, também se percebe que essa gestão tem clara a concepção de extensão como transformadora e está tentando buscar novos caminhos para divulgá-la. Ao se perguntar sobre o que a universidade deve fazer nesse sentido, o reitor esclarece:

Olha, eu acho que a divulgação... Hoje nós temos muitos trabalhos que foram colocados... Aquelas atividades complementares nos cursos de graduação, que já valorizam a extensão, esse é um grande ganho também, pois você tem muitas

o aluno pode fazer e pontua para que ele tenha atividade mas eu acho que a gente tem que buscar projetos junto aos cursos, junto à Pró-Reitoria e conseqüentemente através da divulgação tentar ampliar o número de alunos que participam principalmente, de extensão. [...] Quando você vê uma pesquisa e que ela muda alguma coisa e que ela realmente traz um impacto para a sociedade, enfim, de alguma maneira, especialmente social, você pensa: realmente estou produzindo alguma coisa interessante, alguma coisa que está mudando a vida das pessoas ou vai mudar a vida das pessoas, então, acho que esse é o ponto. Acho que a instituição está caminhando para esse lado (E9).

Com isso, neste momento a UTFPR está se direcionando para a institucionalização da extensão, por meio da Diretoria de Extensão ó DIREXT e caminhando para a consolidação de documentos com orientações normativas, mesmo ainda existindo divergências no modo de compreender o papel da extensão, bem como, dúvidas sobre sua implementação e divulgação.

Em recente estudo realizado, sobre a prática extensionista docente na UTFPR, Viviurka (2010, p. 108)) também concluiu que õhá divergências de opiniões e conceitos na definição das funções da Instituição. Apresentou-se, entre os docentes, certa indefinição quanto ao real significado da extensãoõ.

Com o Quadro 4, percebe-se alguns posicionamentos dos docentes:

1. 45% dos respondentes consideram a extensão universitária muito importante, recebendo o mesmo status atribuído ao ensino e à pesquisa.
2. 68% dos docentes indicaram o apoio tecnológico como dimensão da extensão na UTFPR, seguido de atualização para o ensino e questões para a pesquisa e compromisso social, ambas com 64%;
3. 79% dos docentes indicaram a articulação entre a universidade e a sociedade como função da extensão na UTFPR;
4. 33% dos docentes responderam que conhecem os instrumentos que normatizam a extensão;
5. 77% dos docentes acreditam que a UTFPR apresenta recursos tecnológicos suficientes para o desenvolvimento da extensão;
6. 45% dos respondentes fizeram sugestões com relação ao registro das ações de extensão e 30% deles consideram que a informatização seria o melhor caminho;
7. 57% dos respondentes, ou seja, 128 docentes já participaram de alguma ação extensionista na UTFPR. Desses:
É84% reconhecem o aperfeiçoamento da prática docente e pessoal por meio da extensão;

gias em ações extensionistas;

É32% dos docentes participantes encontram-se na faixa etária de 31 e 40 anos assim como a mesma quantidade na faixa etária de 41 e 50 anos;

É41% apresentam formação em Engenharia e Tecnologia; e

É34% encontram-se na faixa dos 15 a 22 anos de docência.

Quadro 4 ó Respostas dos docentes da UTFPR sobre a extensão.

Fonte: Dissertação Angela Bernert Viviurka (2010, p. 108 e 109).

Por estes dados é possível identificar que a extensão na UTFPR (universo de 14,83%)⁶, apesar das divergências quanto à sua conceituação, é reconhecida como õmuito importante e com o õmesmo status atribuído ao ensino e à pesquisaõ (45%), o que a faz caminhar em busca de maiores espaços na instituição. No entanto, sente-se a necessidade de que as atividades realizadas sejam registradas (45%) e ao mesmo tempo, divulgadas.

Para Viviurka (2010, p. 109), seria necessária a apresentação da DIREXT aos docentes, para que passassem a registrar suas ações extensionistas, pois, em sua pesquisa, foi õsinalizado o desconhecimento da existência da Diretoria de Extensãoõ. Essa é mais uma constatação de que falta divulgação da extensão na universidade pesquisada.

A mesma pesquisa demonstrou uma série de sugestões apontadas pelos docentes e pelos gestores, quanto ao estímulo à cultura extensionista, as quais são apresentadas por meio do Quadro 5:

SUGESTÕES DOS GESTORES	SUGESTÕES DOS RESPONDENTES
VALORIZAÇÃO	1. Valorizar as ações de extensão.
	2. A universidade deve ter clara a importância da extensão universitária como componente fundamental do Tripé ensino-pesquisa-extensão.
	3. Valorizar as ações de extensão universitária junto ao CNPq ou outros órgãos de validação.
	1. Divulgar os trabalhos já realizados com os resultados obtidos com depoimentos.
	2. Disseminar a importância das ações de extensão para a universidade. É necessário que se criem reuniões, eventos de maior impacto, divulgação de resultados para

⁶ Na população de 1.517 docentes de todos os campi da UTFPR, 225 responderam a pesquisa da dissertação, totalizando 14,83%.

GESTORES	SUGESTÕES DOS RESPONDENTES
DIVULGAÇÃO	haver maior estímulo.
	3. Divulgar e organizar eventos de extensão com participação efetiva.
	4. Divulgar a extensão explicando realmente o que é "extensão".
	5. Maiores esclarecimentos sobre a função da extensão: palestras, trazer alguns problemas da sociedade para dentro da universidade, através de feiras ou visitas.
	6. Divulgar os benefícios que as atividades/desenv. de projetos podem trazer para a sua atuação profissional e benefícios que são levados para a comunidade.
	7. Tornar as informações abertas a todo o público, pois grande parte dos projetos cai sempre para as mesmas pessoas.
	8. Palestras explicativas, depoimentos de professores que já realizam e aplicam projetos de extensão.
	9. Deixar claro ao docente que a extensão é uma das prioridades dentro do planejamento estratégico da UTFPR.
MOTIVAÇÃO	1. Premiar os participantes dos projetos.
	2. Oferecer subsídios e incentivos, além de conscientizar sobre a sua importância.
	3. Criar projeto de extensão e incentivar a participação.
	4. Identificar aspectos "motivacionais" que levariam a participação docente.
	5. Um dos incentivos seria pela avaliação dos docentes.
	6. Acabar com a inércia, principalmente dos docentes mais antigos, que muitas vezes são os mais acomodados. Uma maneira de motivá-los a participar seria ter como resultado das atividades de extensão a elaboração de ARTIGOS (que podem ser publicados e revertidos em pontuação para os docentes).
SUGESTÕES DOS GESTORES	SUGESTÕES DOS RESPONDENTES
CAPACITAÇÃO	1. Ter pessoal para apoio e esclarecimento.
	2. Expor claramente de que maneira o docente pode atuar, mostrando o que a Instituição faz e o que pretende atingir com a extensão.
	3. Desafiar os servidores com novos temas de ensino e pesquisa em suas áreas de atuação institucional.
	4. Oportunizar visitas em outras universidades com programas correlatos, conhecendo a realidade, havendo o intercâmbio entre os interessados.
	5. Facilitar a proposição da extensão, por meio de um processo digital, mais prático.
	1. Priorizar as atividades de extensão.
	2. Reduzir a carga horária em sala de aula dos professores que extensionistas.
	3. Agregar pontuação em seu currículo.

GESTORES	SUGESTÕES DOS RESPONDENTES
FLEXIBILIZAÇÃO	4. Criar mecanismos de pontuação, ou definir nas métricas o que cada professor deveria desenvolver individualmente ou em conjunto atividades de extensão junto a comunidade no qual o campus esteja inserido.
	5. Proporcionar horários de aula mais concentrados, de modo que o docente possa se dedicar períodos maiores à extensão.
	6. Disponibilizar mais recursos e condições; compensação da carga horária docente compatível com a relevância da atividade.
	7. Abrir editais e vincular as atividades com as disciplinas dos cursos.
	8. Elevar a extensão ao mesmo patamar da pesquisa. Publicações em revistas ajudariam bastante também.
SENSIBILIZAÇÃO	1. Incentivar e conscientizar o professor da importância de sua participação.
	2. Melhor demonstrando sua importância e, é claro, fornecendo subsídios para a prática da extensão.
	3. Levar os problemas sociais para a sala de aula.
	4. Através de um programa de conscientização da importância da extensão, tanto para a UTFPR como para a comunidade.

Quadro 5 - Sugestões dos gestores x respondentes a respeito do estímulo aos docentes e disseminação da cultura extensionista na UTFPR.

Fonte: Dissertação Angela Bernert Viviurka (2010, p. 101 e 102).

Um importante passo para a institucionalização das atividades de extensão foi a criação, recentemente, do *Conselho de Relações Empresariais e Comunitárias da Universidade Tecnológica Federal do Paraná*, o qual teve seu regulamento aprovado em agosto de 2010 e eleição realizada em 25.11.10. O regulamento apresenta como atribuições:

- I. zelar pela execução do Projeto Político-Pedagógico Institucional (PPI) da UTFPR;
- II. propor e aprovar políticas, diretrizes e normas gerais para organização, funcionamento, implementação e alterações relativas às atividades de relações empresariais e comunitárias, encaminhando-as ao COUNI para apreciação e aprovação;
- III. aprovar os regulamentos relacionados às atividades de transferência de tecnologia e direitos autorais;
- IV. aprovar os regulamentos relacionados a programas de desenvolvimento social e comunitário;
- V. aprovar regulamentos de programas de apoio ao desenvolvimento de habitats de inovação;
- VI. aprovar regulamento de concessão de bolsas de extensão;
- VII. aprovar regulamentos de apoio à promoção de atividades artísticas, culturais e desportivas;
- VIII. aprovar ações para promoção de mobilidade nacional e internacional;
- IX. aprovar regulamentos para a oferta de programas de educação continuada;

- lamentos de estágio;
- canismos de interação entre Universidade-empresa-comunidade;
- XII. elaborar proposta de alteração de seu Regulamento, a ser submetida à apreciação do COUNI; e
- XIII. manifestar-se sobre assuntos, propostas ou planos afetos à sua área de atuação.

Sobre o Conselho, o reitor diz que será um importante espaço para a discussão da extensão:

[...] essas atividades (de extensão) deverão ser sistematizadas a partir disso e aí eu acho que vem a discussão mais profunda das atividades de extensão, um colegiado que se reúne especificamente para isso, uma formalização melhor do que é atividade de extensão porque ela é solta, não tem nada, então fica muito na pessoa que vai fazer (E9).

Com a criação do Conselho, a UTFPR confirma sua intenção em discutir e divulgar a extensão universitária como função acadêmica responsável por articular ensino e pesquisa na busca de sua transformação e da transformação da sociedade, promovendo a cidadania e a prática da responsabilidade social.



A motivação em pesquisar sobre a história da extensão na UTFPR a partir de 1968, deveu-se ao fato de que essa instituição, mesmo se caracterizando principalmente pela educação profissional, sempre realizou inúmeras atividades com características extensionistas, as quais não haviam sido estudadas de maneira sistemática. Ademais, com a transformação de CEFET-PR em Universidade Tecnológica, em 2005, a extensão passou a ganhar um espaço maior nas discussões dos objetivos da universidade, a qual vem construindo sua nova identidade.

Durante muito tempo, a atividade extensionista universitária teve seu significado confundido com assistencialismo. No entanto, de alguns anos para cá, esse conceito está se modificando e, cada vez mais, as instituições estão percebendo a importância de promover e concretizar ações de extensão, já que são elas que aproximam a universidade da comunidade, promovendo uma troca de saberes ou um processo de comunicação como o defendido por Freire já em 1969, na sua obra *Extensão ou Comunicação?* escrita no exílio, onde expõe sua posição sobre a extensão como comunicação, em que a universidade também aprende com o saber popular.

Na UTFPR, a extensão vem trilhando este caminho de integração com a comunidade desde o início de sua história. A primeira gestão analisada (1968-1972) caracterizou-se pelas discussões do binômio escola-comunidade, porém, priorizando a necessidade de interação com as empresas industriais. Objetivava principalmente o preparo de mão-de-obra de acordo com as necessidades da indústria, devido à crescente expansão industrial que acontecia no país.

Neste período, mais precisamente em 1969, as Escolas Técnicas Federais são autorizadas a ofertarem o Ensino Superior de Curta Duração, denominados de Cursos de Engenharia de Operação ó CEO, que na UTFPR passam a funcionar em 1974.

Dessa forma, a discussão que pairava na instituição era a de dar ênfase no ensino superior, para se ajustar às necessidades do mercado de trabalho. Assim, a UTFPR preocupava-se com o relacionamento *escola-empresa* e com o bom desempenho de seus alunos nas empresas.

A única forma em que a extensão era referenciada neste período, era como os Cursos de Extensão, os quais eram destinados para elevar o nível dos Engenheiros de Operação e também para outras pessoas da comunidade (indústria), o que indica a *prestação de*

afirmando o que foi expresso na Lei 5.540/68, pela qual, segundo Gurgel (1986), a universidade é caracterizada com perfil de empresa.

No entanto, parece haver uma contradição neste perfil devido à constatação de que muitas atividades realizadas neste período eram caracterizadas como ações extensionistas, como o incentivo às atividades esportivas e culturais, por exemplo, que, inclusive, eram vistas como uma forma de marketing para a instituição.

Na segunda gestão (1972-1984), mesmo com o início do ensino superior em 1974, a instituição não prevê a realização da extensão universitária como fundamental para o desenvolvimento acadêmico. Neste período, o enfoque do ensino em nível nacional e também na ETFPR é voltado para a força de trabalho. De acordo com um dos ex-diretores entrevistados, eram as empresas que ditavam a necessidade do conteúdo programático.

Muitas atividades culturais como a Banda Marcial, o Coral, o Teatro, dentre outras, foram criadas ou retomadas neste período. As atividades esportivas como Grupo de Danças, ginástica, natação, etc., também começaram a ter grande destaque. Estas atividades extensionistas tomaram um grande vulto nesta gestão, destacando-se em nível local, regional e até nacional. De acordo com o que foi constatado nos documentos pesquisados e nas entrevistas com os ex-diretores, isso se deu devido ao trabalho realizado pelo professor Ivo Mezzadri, ex-diretor, que era um visionário e grande incentivador desse tipo de atividade, às quais demonstravam uma preocupação com a formação integral do ser humano, como ele mesmo confirma:

Porque a gente tinha a grande preocupação do jovem que estava com 14, 15, 16 anos dele se auto-afimar. [...] Porque a concepção que nós tínhamos (de ensino) era bem diferente. [...] Então eu vejo que a escola tem que oferecer mais coisas, não é só 2º Grau, não. [...] O Programa de Saúde e Educação Artística, não era de sala de aula, sabe? Eram palestras no Teatro, que as pessoas da comunidade, artistas da comunidade vinham proferir, um pintor, um escultor, também pessoas da própria universidade, e os alunos, ganhavam a sua presença, nessas atividades. Isso era cultura! Formava-se a cultura, a educação no jovem.

O ex-diretor foi também grande incentivador de outras atividades extraclasse existentes, dentre elas, os Clubes de Xadrez, de Astronomia e de Radioamador. O Clube de Línguas também foi criado nesse período.

O estreito relacionamento da instituição com o setor produtivo também se faz presente nessa gestão, por meio da realização de estágios, convênios, mesas redondas com empresários, e principalmente com o fornecimento de serviços. Tanto que, neste período, foi criado o *Serviço de Projetos e Produção Escolar*, setor que tinha o objetivo de atender às

isso, arrecadar recursos para a instituição. No entanto,

mesmo caracterizado pela prestação de serviços, esse setor proporcionava a realização de atividades interligadas com o ensino e a pesquisa, pois os alunos, com a supervisão dos professores, deveriam encontrar soluções para os problemas apresentados pelas empresas.

A realização dos *Cursos Extraordinários*, como eram conhecidos, era uma forma de atender os alunos e o meio empresarial. Destaca-se nesse período, o aparecimento da palavra *extensão* pela primeira vez, quando em documento pesquisado (Relatório de 1974), é explicitado sobre as funções do SIE-E (Serviço de Integração Escola-Empresa), o qual tinha a função de ôdar respostas satisfatórias às questões que dizem respeito ao Ensino, à Pesquisa, à Ciência, à Tecnologia e aos Serviços de Extensãoö.

A concepção assistencialista pôde ser percebida no entendimento de que a ETFPR deveria òestender para a comunidade, conhecimentos técnicos, através de cursos Extraordinários, que nada mais eram do que uma extensão, em diversos níveis de conhecimentoö (E10). Por esse discurso, entende-se a instituição como a detentora do saber que deve ser estendido à comunidade e não como uma oportunidade de troca de saberes.

Merece destaque, a criação da Diretoria de Relações Empresariais - DRE, em 1978, com a transformação em Centro Federal de Educação Tecnológica - CEFET-PR. A DRE implantada a partir de 1982 e dirigida pelo professor Aramis Demeterco, representou e representa até os dias atuais, a forte ligação da instituição com o setor empresarial, tanto que, atualmente, foi transformada em uma Pró-Reitoria de Relações Empresariais e Comunitárias.

Continuam a se destacar na década de 80, as atividades esportivas e artístico-culturais, que agora são chamadas de atividades extraclasse. Essas atividades, segundo a pesquisa realizada, tinham o intuito de propiciar o òdesenvolvimento da personalidade do alunoö, bem como, favorecer a òsocialização do aluno, através das atividades em grupo e da articulação com a comunidadeö. Assim, constata-se que mesmo tendo a caracterização de preparação para o mercado de trabalho e de prestação de serviços ao setor produtivo, o CEFET-PR, demonstrava a preocupação com a realização de atividades que promovessem a formação integral do ser humano.

Dessa forma, percebe-se que a partir da década de 80, o CEFET-PR passa a falar com mais intensidade na educação para a cidadania, tema discutido também, neste período, em nível nacional. Tanto que, é criada nesta fase, a *Coordenadoria de Atividades Comunitárias*, responsável por desenvolver atividades e programas comunitários, com vistas à melhoria da qualidade de vida da comunidade.

de 1982, a Assessoria de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão, ligada à Diretoria Geral, o que demonstrou um início mais institucionalizado da extensão na instituição. Também foi encontrado, no mesmo organograma, um setor chamado de *Serviço de Atividades Culturais* e um setor denominado de *Serviço de Integração Escola-Empresa*. Com isso, confirma-se a posição de que existia a extensão, realizada por meio de atividades de ensino e pesquisa, no entanto, continua não sendo referenciada como uma prioridade nos objetivos da instituição.

A visão da gestão realizada no período de 1984 a 1988, não difere muito da anterior. Continua caracterizando-se pela formação de mão-de-obra, prestação de serviços e assistência técnica à indústria. No entanto, como no período anterior, neste também, verificou-se a preocupação com a formação integral do ser humano, por meio do incentivo de diversas atividades artístico-culturais e esportivas. Tanto que para essa gestão, apesar das diversas atividades extensionistas realizadas, a extensão era sinônimo de atividades culturais e esportivas, que significavam o marketing para a escola.

O Serviço de Produção continua a se destacar como prestação de serviços e como forma de captação de recursos financeiros; como também se destaca a Coordenadoria de Atividades Comunitárias, que demonstrava o interesse da instituição em se relacionar com a comunidade, visando à melhoria de sua qualidade de vida. Os convênios são outro ponto de destaque nesta fase, quando é realizado o *primeiro convênio internacional*.

Neste período, com a ênfase sendo direcionada para a *pesquisa*, mesmo inconscientemente, tem destaque a realização de atividades de integração ensino, pesquisa e extensão, pelo fato da realização de pesquisas aplicadas pelos alunos e professores, em prol das necessidades da sociedade, por meio do desenvolvimento de equipamentos para hospitais, escolas, dentre outros.

O destaque para a pesquisa continua na gestão posterior, de 1988 a 1992, com o desenvolvimento de diversos projetos tecnológicos para o atendimento de necessidades sociais.

Novamente a ênfase no relacionamento escola/empresa caracteriza a política dessa gestão que, com o objetivo de promover a atualização de seus currículos por meio do contato com as necessidades das empresas, criou em 1988, o Programa *Balcão de Teses*. O Programa desenvolvia pesquisas aplicadas para serem absorvidas pela comunidade empresarial.

Neste período se destacou a criação do *primeiro mestrado da instituição*, na área de Automação Industrial e a criação do *Programa Incubadora Tecnológica de Curitiba - INTEC*, que tinha o objetivo de incentivar o empreendedorismo nos alunos.

pesquisa e extensão, aprovada neste período no Art. 207 da Constituição Federal de 1988, é percebida no CEFET-PR mesmo que a instituição continue alheia ao conceito de extensão, o que não é de se estranhar visto que, até mesmo nas universidades este conceito não era claro e permeado de contradições. Tanto que, em 1987, foi criado o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, para que se tornasse um espaço de discussão sobre os rumos da extensão universitária.

A gestão compreendida pelo período de 1992 a 1996, continua a ênfase no ensino e na pesquisa, mesmo apresentando diversas atividades extensionistas, como em outras gestões.

Pelos documentos pesquisados, notou-se a preocupação da instituição com a comunidade, porém, sob o aspecto da transmissão de saberes, como encontrado em um dos objetivos da instituição neste período: *estendendo seus benefícios à comunidade*. Dessa forma, a instituição novamente se apresentou como a detentora do conhecimento.

O relacionamento com o setor produtivo, bem como o incentivo às atividades culturais e esportivas, continuaram caracterizando a instituição. O desenvolvimento da pesquisa para atender às necessidades da comunidade também continuou presente nessa gestão, o que faz pensar-se que o grande número de atividades com características extensionistas realizadas na instituição, deveu-se ao fato de ter em suas gestões, desde há muito tempo, pessoas visionárias, com concepções de educação tecnológica que iam além da formação profissional e previam a formação integral do aluno.

Porém, percebeu-se ainda assim, que a extensão não foi o foco principal da instituição neste período e que grande parte das atividades extensionistas realizadas não eram vistas como tal, o que remete ao entendimento de que a extensão era entendida como uma função menor do que o ensino e a pesquisa.

Na gestão do período de 1996 a 2000, o CEFET-PR muda o seu perfil passando a direcionar-se ao ensino superior, assim, a instituição passou a enfatizar uma visão mais abrangente de *comunidade* e de educação para a cidadania, mesmo que, os seus Cursos de Tecnologia visassem a *postura profissional do saber fazer*.

Em 1999, a instituição institucionaliza o primeiro programa de doutorado, na área de Engenharia Elétrica e Informática Industrial, demonstrando cada vez mais seu perfil universitário.

Como em outros períodos, nos anos 90 também o CEFET-PR continuou com sua política de interação escola-empresa e com a preocupação de estender seus conhecimentos para a comunidade.

Extensão começou a aparecer com mais frequência e como um dos objetivos da instituição, talvez, pelo fato da alteração do perfil da instituição, de ênfase no ensino superior, no entanto, conclui-se que ainda assim, o conceito de extensão nesta época continuou um tanto restrito.

A concepção de prestação de serviços visando à arrecadação financeira foi um dos principais objetivos da instituição nesse período, pois estava presenciando um momento de crise financeira e de falta de apoio do governo na educação, conforme as próprias palavras do diretor da época.

Neste período, a instituição estava bastante ativa na efetivação de contratos de estágio, bem como na realização de contratos de parceria com empresas para o desenvolvimento de projetos de pesquisa tecnológica. Os cursos de extensão abertos à comunidade também se destacaram, além de um programa de cooperação com várias instituições acadêmicas estrangeiras.

Em resumo, a extensão neste período, de acordo com o que se percebeu nas análises realizadas, foi entendida principalmente como relacionamento da instituição com o setor produtivo.

A gestão de 2000 a 2008, passou a enfatizar ainda mais a extensão pelo fato de estar no bojo de suas discussões, a transformação do CEFET-PR em universidade tecnológica.

No ano de 2000, foram intensificadas ações com características universitárias, uma delas foi a institucionalização da ARINT ó Assessoria de Relações Interinstitucionais, que depois foi transformada em DIRINTER ó Diretoria de Relações Interinstitucionais, a qual mantém na atualidade, convênios com 25 instituições distribuídas na Alemanha, França, Japão, Argentina, Portugal, Espanha e Estados Unidos, com o intuito de promover o intercâmbio dos estudantes da instituição.

A interação com a comunidade, em particular com o setor empresarial, como em outras gestões, continuou a se destacar na instituição, a qual realizava desde visitas técnicas, estágios e prestação de serviços até o desenvolvimento de projetos de alta tecnologia.

Foi neste período, mais precisamente em 2002, que a instituição passou a participar do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras ó FORPROEXT.

Outro destaque das atividades extensionistas nesse período e que perdura até a atualidade, foram os *Hotéis Tecnológicos*, que abrangiam também as Incubadoras de Inovações Tecnológicas, os quais têm o objetivo de incentivar o empreendedorismo, hospedando projetos de alunos e ex-alunos.

com maior ênfase a extensão universitária, como uma das funções que representa a vida acadêmica, quando da transformação do CEFET-PR em Universidade Tecnológica, no ano de 2005.

Com a transformação em UTFPR, os dirigentes passaram a assumir mais o discurso de ensino e pesquisa voltados para o social; ou para as funções sociais da universidade pública, debate que ganhou destaque na década de 1990, e passaram a utilizar com mais ênfase a nomenclatura *“extensão universitária”*, sendo que esta passou a ser mais referenciada nos objetivos da instituição, conquistando espaço na formação da identidade da universidade.

A partir da gestão compreendida pelo período que se iniciou em 2008 (e vai até 2012), o conceito de extensão continua a ser elaborado, pois a jovem universidade ainda se encontra em processo de construção de sua identidade.

Por ser uma universidade tecnológica, ou seja, especializada por campo de saber, ainda mantém suas características de formação profissional e o forte vínculo com o setor produtivo, por meio de realização de estágios, parcerias e prestação de serviços, marca de todas as gestões estudadas.

A extensão atualmente, é realizada por meio de inúmeras atividades que compreendem a realização de cursos, programas, projetos, pesquisas e produções acadêmicas, visitas técnicas e gerenciais, serviços e apoios tecnológicos, estágios e empregos, eventos e acompanhamento de egressos. Também mantém o seu tradicional apoio às atividades esportivas e artístico-culturais, tendo atividades musicais, de dança, de circo, de cinema e de teatro, dentre outras. A realização da pesquisa aplicada com o intuito de encontrar soluções tecnológicas para as necessidades da comunidade é também um ponto forte da UTFPR.

Outros passos importantes em direção ao incentivo de participação na extensão, foram a preparação, em 2009, do primeiro Edital para concessão de 20 bolsas de extensão para alunos da UTFPR vinculados a projetos extensionistas; a realização, neste mesmo ano, da *I Mostra de Extensão da UTFPR*; e a aprovação de projetos e programas no Edital PROEXT - Programa de Apoio à Extensão Universitária, do Governo Federal.

Com a transformação em universidade, a instituição iniciou um processo para reestruturar-se e buscou a institucionalização da extensão universitária por meio da criação da Diretoria de Extensão, bem como, a institucionalização, em 2008, de Comissões com o objetivo de elaborar regulamentos e outros documentos que direcionassem as ações de extensão na UTFPR. O *Manual de Extensão*, conforme conversa informal com a diretora de extensão, também está em fase de elaboração pela DIREXT.

uma maior divulgação das atividades extensionistas realizadas na instituição e uma maior discussão em torno do conceito de extensão, bem como a revisão dos compromissos da UTFPR para que assim, se estruture uma política clara de extensão na universidade.

Contudo, percebe-se que a instituição está buscando essas ações, tanto que, foi criado recentemente, o *Conselho de Relações Empresariais e Comunitárias da Universidade Tecnológica Federal do Paraná*, o qual teve seu regulamento aprovado e eleição para escolha de seus representantes já realizada. Os representantes terão como incumbência, dentre outras, manifestarem-se sobre assuntos ou propostas relativos à área de relações empresariais e comunitárias, aprovarem regulamentos relacionados a programas de desenvolvimento social e comunitário, aprovarem mecanismos de interação entre universidade-empresa-comunidade e aprovarem o regulamento de concessão de bolsas de extensão.

Espera-se que os resultados obtidos nessa pesquisa possam contribuir para o debate institucional sobre a responsabilidade social da universidade e sobre a importância em realizar atividades de ensino e pesquisa que possam traduzir-se na oportunidade de troca de conhecimentos entre a universidade e a comunidade.

Sugere-se a discussão sobre a possibilidade de inclusão de atividades extensionistas como créditos na Graduação e também, a discussão sobre uma maior ênfase no patenteamento de tecnologias sociais que forem desenvolvidas com a pesquisa aplicada.

Para futuros trabalhos, seria interessante a organização de uma pesquisa que estudasse a forma como os alunos da UTFPR entendem e participam da extensão universitária, para que fosse fomentada no meio discente, a importância da realização de atividades extensionistas para a formação acadêmica.



PDF
Complete

*Your complimentary
use period has ended.
Thank you for using
PDF Complete.*

[Click Here to upgrade to
Unlimited Pages and Expanded Features](#)

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel G. **Da escola carente à escola possível**. 4. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1997.

BASTOS, João Augusto de S. de A. **Cursos Superiores de Tecnologia**: avaliação e perspectivas de um modelo de educação técnico-profissional. Brasília: Senete, 1991.

BOTOMÉ, Silvio P. **Extensão universitária no Brasil**: a administração de um equívoco. São Carlos: [s.n.] 1992.

_____. **Pesquisa alienada e ensino alienante**: o equívoco da extensão universitária. Petrópolis: Vozes, 1996.

BRASIL. **Constituição** (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm. Acesso em: 19 jul. 2010.

_____. Decreto nº 19.851, de 11 de abril de 1.931. Institui o Estatuto das Universidades Brasileiras. Dispõe sobre a Organização do Ensino Superior no Brasil. **Diário Oficial da União República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 12 abr. 1931. Disponível em: <http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=24824>. Acesso em 19 jul. 2010.

_____. Decreto nº 916/69, de 07 de outubro de 1969. Cria a Comissão Incentivadora dos Centros Rurais Universitários de Treinamento e Ação Comunitária - CINCRUTAC, e dá outras providências. **Diário Oficial da União República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 08 out. 1969. Disponível em: <http://www.soleis.adv.br/declei1969.htm>. Acesso em: 21 mai. 2010.

_____. Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial da União República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 27 dez. 1961. Disponível em: <http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=102346>. Acesso em: 19 jul. 2010.

_____. Lei nº 5.540/68, de 28 de novembro de 1968. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. **Diário Oficial da União República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 03

_____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial da União República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em: 27 jul. 2010.

_____. Lei nº 10.172, de 09 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. **Diário Oficial da União República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 10 jan. 2001. Disponível em: <http://www.unirio.br/propg/extensao/planoed.doc>. Acesso em: 08 fev. 2010.

_____. Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior o SINAES, e dá outras providências. **Diário Oficial da União República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 15 abr. 2004. Disponível em: <http://www.inep.gov.br/superior/sinaes/>. Acesso em: 19 jul. 2010.

_____. Ministério da Educação. Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior - CONAES. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP. Avaliação Externa de Instituições de Educação Superior - Diretrizes e Instrumento o Brasília: 2005. Disponível em: http://www.inep.gov.br/download/superior/sinaes/orientacoes_sinaes.pdf. Acesso em: 19 jul. 2010.

_____. Ministério da Educação, Programa de Extensão Universitária - PROEXT. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12241&Itemid=488. Acesso em: 01 ago. 2010.

BUARQUE, Cristovan. **A Aventura da Universidade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

CALDERÓN, Adolfo I.; PESSANHA, Jorge A. O.; SOARES, Vera L. P. C. **Educação Superior**: construindo a extensão universitária nas IES particulares. São Paulo: Xamã, 2007.

_____. Doze premissas para a construção de uma política institucional de responsabilidade social nas IES. **Responsabilidade Social**, v. 3, 2008.

_____. **Responsabilidade Social**: Desafios à Gestão Universitária. Disponível em: http://www.ampesc.org.br/_arquivos/download/1217361367.pdf. Acesso em: 15 dez. 2010.

CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. São Paulo: Cortez, 1991.

UNIVERSIDADES BRASILEIRAS - CRUB. Disponível em: www.crub.org.br. Acesso em: 17 jun. 2010.

CUNHA, Luiz Antônio. **A Universidade Reformada**. Rio de Janeiro: F.Alves, 1988.

CUNHA, Maria Isabel. **O bom professor e sua prática**. Campinas: Papyrus, 1989.

DEMO, Pedro. **Educar pela Pesquisa**. Campinas: Autores Associados, 1996.

_____. Brincando de solidariedade: política social de primeira-dama. In: SILVA e SILVA, Maria Ozanira (Org.). **O Comunidade Solidária**: o não enfrentamento da pobreza no Brasil. São Paulo: Cortez, 2001.

DURÃES, Marina N. Educação Técnica e Educação Tecnológica: Múltiplos Significados no Contexto da Educação Profissional. **Educação e Realidade**. Porto Alegre, nº 34, p. 159-175, UFRGS, 2009.

DURHAN, Eunice. O Sistema Federal de Ensino Superior: problemas e alternativas. **Revista Brasileiras de Ciências Sociais**. São Paulo, nº 23, 1993.

FAGUNDES, José. **Universidade e Compromisso Social**: extensão, limites e perspectivas. Campinas: Editora da Unicamp, 1986.

FARIA, Dóris Santos de (Org.). **Construção Conceitual da Extensão Universitária na América Latina**. Brasília: Universidade de Brasília, 2001.

FARIA, José Henrique. Extensão Universitária e Produção Acadêmica. **Cadernos de Extensão Universitária**. Ano 2, nº 5. Porto Alegre: Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, 1996.

FÁVERO, Maria de Lourdes de A. **A universidade brasileira em busca de sua identidade**. Petrópolis: Vozes, 1977.

_____. **Universidade & Poder**: Análise Crítica/ Fundamentos Históricos. Rio de Janeiro: Achiamé, 1980.

FAZENDA, Ivani C. A. **Integração e Interdisciplinaridade no ensino brasileiro**: efetividade ou ideologia? 3. ed. São Paulo: Loyola, 1993.

PÚBLICAS BRASILEIRAS. Disponível em: <http://www.renex.org.br/>. Acesso em 27 jul. 2010.

_____. Carta de Recife. Disponível em: http://www.mackenzie.br/fileadmin/Decanato_Extensao/Documentos/Microsoft_Word_-_Carta_de_Recife.pdf. Acesso em: 29 jul. 2010.

_____. Extensão Universitária: organização e sistematização. Disponível em: http://www.renex.org.br/documentos/Colecao_Extensao_Universitaria/06_Organizacao_e_Sistematizacao/Organizacao-e-Sistematizacao.pdf. Acesso em: 28 jul. 2010.

_____. Avaliação da Extensão Universitária. Disponível em: http://www.renex.org.br/documentos/COOPMED/09_Avaliacao_Extensao_Universitaria_COOPMED.pdf. Acesso em: 27 jul. 2010.

_____. Sistema de Informação da Extensão. Disponível em: http://www.renex.org.br/documentos/COOPMED/03_Sistema_Informacao_Extensao_COOPMED.pdf. Acesso em: 28 jul. 2010.

_____. Plano Nacional de Extensão Universitária - edição atualizada (2000/2001). Disponível em: http://www.ufac.br/pro_reitorias/pr_assunt_comunitarios/doc_ass_comunitarios/doc_prac_plano_extensao_universitaria.doc. Acesso em: 27 jul. 2010.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou Comunicação?** 12. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

GADOTTI, Moacir. **Perspectivas Atuais da educação.** Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

GIL, Antonio C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** São Paulo: Atlas, 2002.

GHIRALDELLI JUNIOR, Paulo. **História da Educação.** 2ª ed. São Paulo: Cortez, 1994.

GODOY, Arilda S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista de Administração de Empresas.** São Paulo, v.35, n.2, p. 57-63, 1995.

GUARÁ, Isa. É imprescindível educar integralmente. **Cadernos CENPEC,** n. 2, 2º semestre, 2006.

ção Universitária: comunicação ou domesticação? São Paulo: Cortez Autores Associados, 1986.

HABERMAS, Jürgen. **Facticidad y Validez:** sobre el derecho y el estado democrático de derecho en términos de teoría del discurso. Madrid: Trotta, 1998.

HITCHCOCK, Graham e HUGHES, David. **Research and the teacher:** a qualitative introduction to school-based research. London: Routledge, 1989.

KUENZER, Acácia Z. **Ensino Médio e Profissional:** as políticas do estado neoliberal. São Paulo: Cortez, 1997. Coleção Questões da Nossa Época, v. 63.

LEITE, José Carlos C. (Org.). **UTFPR:** uma história de 100 anos. 1. ed. Curitiba: Ed. UTFPR, 2010.

LOUREIRO, Maria Helena S.(Org.). **História das universidades.** São Paulo: Estrela Alfa Editora, 1990.

LÜDKE, Menga e ANDRÉ, Marli. **Pesquisa em educação:** abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

MAYOR, Frederico. Discurso de abertura. In: LÁZARO, André (Org.). **Visão e ação:** a universidade no século XXI. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 1999 (Coleção universidade, 4), p.21 - 33.

MELO NETO, José Francisco de. **Extensão:** uma análise crítica. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2001.

MOREIRA, Herivelto. As perspectivas da pesquisa qualitativa para as políticas públicas de educação. Ensaio: **Avaliação e Políticas Públicas em Educação.** Fundação Cesgranrio, v. 10, n. 35, p. 235-245, abr./jun. de 2002.

NOGUEIRA, Maria das Dores P. (Org.) **Extensão Universitária:** diretrizes conceituais e políticas. Documentos básicos do Fórum Nacional dos Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras 1987-2000. Belo Horizonte: UFMG/PROEX, FORPROEX, 2000.

PAIVA, Vanilda. **Extensión Universitaria en Brasil.** São José da Costa Rica: Nueva Sociedad, 1974.

la educação tecnológica à base conceptual para uma nova política de educação tecnológica. in: REIS, M.F. **Educação Tecnológica**: a montanha pariu um rato? Porto: Porto Editora, 1995, Cap. 2, p.37-57.

ROCHA, Roberto Mauro Gurgel. As oito teses equivocadas sobre a extensão universitária. In: **A universidade e o desenvolvimento regional**. Fortaleza: UFC, 1980.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil**. 20ª. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Pela Mão de Alice**: o social e o político na pós-modernidade. 2ª. ed. São Paulo: Cortez, 1996.

_____. **A universidade no século XXI**: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade. São Paulo: Cortez, 2004a. (Coleção Questões da Nossa Época, v. 120).

SAVIANI, Dermeval. **Extensão Universitária**: uma abordagem não extensionista. Educação e Sociedade. São Paulo: Cortez, nº 8, 1981.

SCHEFFLER, Ismael. **TUT/ TECEFET/ TETEF**: 35 anos de teatro na Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Curitiba: UTFPR, 2008.

SEBINELLI, Rosa Maria M. G. **Política de Extensão Universitária**: o Debate Nacional e a Experiência da Universidade Estadual de Campinas. 2.004. 161 f. Dissertação ó Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2.004.

SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR - ANDES-SN. Disponível em: <http://www.andes.org.br/>. Acesso em: 10 jul. 2010.

SOUSA, Ana Luisa Lima. **O papel articulador da extensão universitária**. Revista do Decanato de Extensão da Universidade de Brasília, Brasília, v. 4, n. 7, p. 9 - 11. jul. 2000b. Temática: A extensão na Sociedade do Conhecimento.

TAVARES, Maria das Graças Medeiros. **Extensão Universitária**: novo paradigma de universidade? Maceió: Edufal, 1997.

[Click Here to upgrade to
Unlimited Pages and Expanded Features](#)

...gia participativa e sua aplicação em projetos de extensão universitária. III. THOLENT, Michel, ARAUJO FILHO, T. de; SOARES, R. L. S. (Coord.). **Metodologia e experiências em projetos de extensão**. Niterói, RJ: EDUFF, 2000.

TOALDO, Olindo Antonio. **Extensão Universitária: a dimensão humana da universidade**. Santa Maria: Editora Universitária/UFSM, 1977.

TOSCANO, Geovânia da Silva. **Extensão Universitária e Formação Cidadã: UFRN e UFBA em ação**. 2.006. 286 f. Tese ó Centro de Ciências Humanas, Letras e Arte, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2.006.

TRIVIÑOS, Augusto. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

UNESCO. **Conferência Mundial sobre Educação Superior no Século XXI: Visão e Ação**. Paris: UNESCO, 1998.

VIVIURKA, Angela Bernert. **A extensão em uma universidade tecnológica: docentes como agentes de mudança**. 2.010. 136 f. Dissertação ó Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2.010.

WOLFF, Robert Paul. **O Ideal da universidade**. São Paulo: Unesp, 1993.



PDF
Complete

*Your complimentary
use period has ended.
Thank you for using
PDF Complete.*

[Click Here to upgrade to
Unlimited Pages and Expanded Features](#)

Decreto nº 87.415, de 19 de julho de 1982, aprova o Estatuto do Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná.

Encarte Comemorativo CEFET-PR, 1994. s.p.

Encarte Perfil 88, CEFET-PR, 1988. 14 p.

Encarte Perfil 90, CEFET-PR, 1990. 40 p.

Estatuto do Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná. Aprovado pela Portaria Ministerial nº. 1133, de 20 de Julho de 1999 (DOU 21.07.99).

Legislação Básica do Centro Federal de Educação Tecnológica do PR.

Lei 6.545, de 30 de junho de 1978, dispõe sobre a transformação das Escolas Técnicas Federais de Minas Gerais, do Paraná e Celso Suckow da Fonseca em Centros Federais de Educação Tecnológica e dá outras providências.

Manual do Aluno do Ensino Superior, CEFET-PR, 1985. 47 p.

Monografia elaborada para a UNESCO: O Ensino Técnico e Profissional no CEFET-PR, 1981. 80 p.

Plano de Ação da DIREC/1983, 1982. 96 p.

Portaria nº 329, de 19 de agosto de 1982, aprova o Regimento Geral do Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná - CEFET-PR.

Primeiro Relatório do Grupo de Trabalho da Comissão Especial - GT/ICEO, Diretoria do Ensino Industrial/MEC, 1970. 108 p.

Processo nº 13/98 do Conselho Diretor do CEFET-PR, de 19 de outubro de 1998. Sobre os Aspectos Gerais dos Novos Cursos Superiores de Tecnologia do CEFET-PR. 05 p.



Your complimentary
use period has ended.
Thank you for using
PDF Complete.

[Click Here to upgrade to
Unlimited Pages and Expanded Features](#)

Regimento do CEFET-PR, de 19 de março de 1999. Sobre a Organização Curricular dos novos Cursos Superiores de Tecnologia. 13 p.

Projeto Político-Pedagógico Institucional da UTFPR - PPI. Disponível em: <http://www.utfpr.edu.br/a-instituicao/documentos-institucionais/projeto-politico-pedagogico-institucional-/projeto-politico-pedagogico-institucional/view>. Acesso em: 29 de out. de 2010.

Plano de Desenvolvimento Institucional da UTFPR ó PDI (2009-2013), Disponível em: <http://www.utfpr.edu.br/a-instituicao/documentos-institucionais/plano-de-desenvolvimento-institucional-pdi-2009-2013>. Acesso em: 29 de out. de 2010.

Proposta de Regimento do CEFET-PR, 1980. 36 p.

Regimento Geral do Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná. Aprovado pela Portaria Ministerial nº 1133, de 20 de julho de 1999 (DOU 21.07.99).

Regulamento da Organização Didático-Pedagógica do Ensino Superior de Graduação do CEFET-PR, 1995. 38 p.

Regulamento do Conselho de Relações Empresariais e Comunitárias da UTFPR. Disponível em: http://www.utfpr.edu.br/estrutura_universitaria/couni/portarias/2010_deliberacoes/2010_delib008_2708_regulamento-prorec. Acesso em: 29 nov. 2010.

Relatório da VIII Reunião de Presidentes do Conselho e Diretores de Escolas Técnicas Industriais. Departamento de Educação Industrial ó DEI/MEC, 1.968.

Relatório da Diretoria de Relações Empresariais, 1987. 76 p.

Relatório da Sinopse Histórica e Evolutiva da Escola Técnica Federal do Paraná, de 1909 a 1974. Curitiba: ETFPR, 1974. s.p.

Relatório de Atividades da DRE, do período de 1984-1987. 07 p.

Relatórios de Gestão do CEFET-PR do período 1988-1992. 86 p.

Relatórios de Gestão do CEFET-PR do período 2000-2008. s.p.

Relatório em: http://www.utfpr.edu.br/a-instituicao/informacoes-e-indicadores_universitarios/relatorio-de-gestao-versao-compacta-2009/view. Acesso em: 20 nov. 2010.

Relatório do II Encontro de Dirigentes dos Cets, 1984. 87 p.

Relatório/Síntese das Diretrizes da Política Educacional Desenvolvida no CEFET-PR, 1980. 77 p.

Revista CEFET-PR ó Tecnologia e Humanismo. Ano I, nº I, 1986.

Revista CEFET-PR. Ano 1994.

Revista CEFET. Ano 1998.

Revista da Transição do CEFET-PR em Universidade, Edição Especial, 2005. 15 p.

Revista Edição Comemorativa aos 90 anos do CEFET-PR, 1999. s.p.

Revista Edição Comemorativa aos 95 anos do CEFET-PR, 2004, 19 p.



PDF
Complete

*Your complimentary
use period has ended.
Thank you for using
PDF Complete.*

[Click Here to upgrade to
Unlimited Pages and Expanded Features](#)



PDF
Complete

*Your complimentary
use period has ended.
Thank you for using
PDF Complete.*

[Click Here to upgrade to
Unlimited Pages and Expanded Features](#)

APÊNDICES

APÊNDICE A ó Protocolo da Entrevista

APÊNDICE B ó Carta de Apresentação

APÊNDICE C ó Consentimento de Participação

APÊNDICE D ó Publicações Resultantes do Trabalho



PDF
Complete

*Your complimentary
use period has ended.
Thank you for using
PDF Complete.*

[Click Here to upgrade to
Unlimited Pages and Expanded Features](#)

PROCOLO DE ENTREVISTA

PARA OS DIRETORES DA UTFPR A PARTIR DE 1968

Nome: _____ Sexo: _____
Idade: _____
Formação: _____
Tempo de docência da UTFPR: _____
Disciplina: _____
Data da entrevista: _____
Início: _____ Término: _____

- 1- O que o Sr. entende por extensão?
- 2- Que concepção de extensão o Sr. tinha na época de sua gestão?
- 3- Existiam atividades de extensão no período que o Sr. dirigiu a Instituição?
- 4- Na sua gestão, existia a preocupação da UTFPR (ETFPR/CEFET-PR) em promover atividades de extensão?
- 5- A sociedade/comunidade procurava a instituição para que fosse desenvolvida alguma atividade de extensão?
- 6- O Sr. pode citar exemplos de atividades desenvolvidas em sua gestão que poderiam ser chamadas de extensionistas?
- 7- Com que finalidade a UTFPR (ETFPR/CEFET-PR) realizava uma atividade extensionista?
- 8- De que forma a extensão era estimulada na UTFPR (ETFPR/CEFET-PR)?
- 9- O Sr. percebia a extensão como forma de relacionamento da escola/universidade com a sociedade?
- 10- A extensão praticada na UTFPR (ETFPR/CEFET-PR) procurava suprir as demandas da comunidade?
- 11- O Sr. percebeu mudanças na UTFPR (ETFPR/CEFET-PR) provocadas por meio da realização de atividades de extensão?
- 12- O Sr. percebia ~~no~~ interesse da sociedade em fazer uma integração com a universidade (ETFPR/CEFET-PR)?
- 13- Como o Sr. percebia o entendimento de discentes, docentes, e técnico-administrativos sobre as atividades extensionistas?
- 14- As atividades extensionistas eram avaliadas?

versidade mantinha com o setor produtivo?

- 16- Na sua gestão, eram ofertados cursos de extensão?
- 17- (Se sim), pagos ou gratuitos?
- 18- Na sua gestão, existiam convênios nacionais e internacionais?
- 19- Existiam atividades culturais?
- 20- Existiam relações/convênios com as prefeituras e secretarias estaduais?
- 21- As atividades de extensão eram integradas às atividades de ensino e pesquisa?
(Se sim), De que forma?
- 22- Como o Sr. percebia a participação dos alunos nas atividades de extensão?
- 23- O Sr. acredita que a extensão universitária causa impacto na formação acadêmica?
- 24- Qual a sua percepção sobre as atividades de extensão atualmente na UTFPR?
(SÓ PARA REITOR ATUAL)
- 25- Existem documentos/regulamento, sobre a extensão na UTFPR? **(SÓ PARA REITOR ATUAL)**
- 26- O Sr. gostaria de manifestar mais alguma opinião sobre a extensão?



Curitiba, 21 de junho de 2010.

Assunto: Atividades de extensão na ETFPR/CEFET-PR/UTFPR

Prezado senhor,

Estamos desenvolvendo uma pesquisa que tem o objetivo de identificar as **atividades de extensão** que eram desenvolvidas na ETFPR/CEFET-PR/UTFPR, a partir de 1968. A pesquisa encontra-se na fase de coleta de dados para a elaboração da dissertação de Mestrado.

Está sendo realizado um levantamento junto ao Núcleo de Documentação Histórica da UTFPR (NUDHI), acerca do tema "extensão". No entanto, é de fundamental importância obter o relato de pessoas que vivenciaram a história dessa instituição tecnológica. Devido a sua experiência e ao cargo de direção ocupado na instituição, solicitamos a possibilidade em realizar uma entrevista semi-estruturada com V. Sa.

De antemão, solicitamos sua permissão para gravar a entrevista de modo a sermos fidedignas às suas colocações. Estima-se que a duração da entrevista seja de 40 (quarenta) minutos, aproximadamente. A transcrição da entrevista será apresentada para a sua aprovação.

Esclarecemos que o conteúdo das entrevistas será tratado com a exclusiva finalidade de análise das informações e a identificação dos entrevistados será preservada.

Na expectativa do seu consentimento, e possibilidade para agendar o dia e horário para conversarmos sobre o assunto, agradecemos antecipadamente.

Atenciosamente,

Márcia Rozane Balbinotti de Lourenço
Mestranda do PPGTE/UTFPR
marcial@utfpr.edu.br

Ciente:


Profª. Orientadora
Dra. Sonia Ana Charchut Leszczynski
soniana@utfpr.edu.br



PDF
Complete

*Your complimentary
use period has ended.
Thank you for using
PDF Complete.*

[Click Here to upgrade to
Unlimited Pages and Expanded Features](#)



Your complimentary
use period has ended.
Thank you for using
PDF Complete.

[Click Here to upgrade to
Unlimited Pages and Expanded Features](#)

CONSENTIMENTO DE PARTICIPAÇÃO

Eu, _____, concordo em participar, voluntariamente, de entrevista para pesquisa de Mestrado sobre o tema extensão na ETFPR/CEFET-PR/UTFPR+ e declaro que li as informações contidas neste documento, sendo devidamente informado pela pesquisadora . Márcia Rozane Balbinotti de Lourenço . dos objetivos, dos procedimentos que serão utilizados e da confidencialidade.

Concordo, também, que as informações possam ser utilizadas em futuras publicações, desde que meu anonimato e o sigilo de minhas respostas sejam garantidos. Reservo-me, ainda, o direito de interromper minha participação e meu consentimento quando desejar ou achar necessário, e de não responder a qualquer questionamento que não julgue pertinente.

Curitiba, _____ de _____ de 2010.

(Nome por extenso)

(Assinatura)



PDF
Complete

*Your complimentary
use period has ended.
Thank you for using
PDF Complete.*

[Click Here to upgrade to
Unlimited Pages and Expanded Features](#)

PUBLICAÇÕES RESULTANTES DO TRABALHO

1. LOURENÇO, Márcia R. B. de; VIVIURKA, Angela B.; PORTO ALEGRE, Laíze M.; LESZCZYNSKI, Sonia Ana C. Ciência e Tecnologia Interagindo com a Sociedade por meio da Extensão Universitária. III Simpósio Nacional de Tecnologia e Sociedade, Curitiba, 2009.
2. LOURENÇO, Márcia R. B. de; PORTO ALEGRE, Laíze M.; LESZCZYNSKI, Sonia Ana C. Extensão Universitária e Oito Jeitos de Mudar o Mundo. 27º Seminário de Extensão Universitária da Região Sul ó SEURS, Santa Maria, RS, 2009.
3. LOURENÇO, Márcia R. B. de; VIVIURKA, Angela B. PORTO LEGRE, Laíze M.; O Compromisso da UTFPR com os Oito Jeitos de Mudar o Mundo. Certificação de Projeto ODM (Objetivos de Desenvolvimento do Milênio) pela United Nation Volunteers - UNV e Conselho Paranaense de Cidadania Empresarial - CPCE, Curitiba, 2009.
4. LOURENÇO, Márcia R. B. de; PORTO ALEGRE, Laíze M.; LESZCZYNSKI, Sonia Ana C. O Desenvolvimento da Extensão Universitária em uma Universidade Tecnológica. 28º Seminário de Extensão Universitária da Região Sul ó SEURS, Florianópolis, SC, 2010.
5. LOURENÇO, Márcia R. B. de; PORTO ALEGRE, VIVIURKA, Ângela B.; PORTO ALEGRE, Laíze M.; LESZCZYNSKI, Sonia Ana C. As Atividades Culturais em uma Universidade Tecnológica. 28º Seminário de Extensão Universitária da Região Sul ó SEURS, Florianópolis, SC, 2010.



PDF
Complete

*Your complimentary
use period has ended.
Thank you for using
PDF Complete.*

[Click Here to upgrade to
Unlimited Pages and Expanded Features](#)



PDF
Complete

*Your complimentary
use period has ended.
Thank you for using
PDF Complete.*

[Click Here to upgrade to
Unlimited Pages and Expanded Features](#)

ANEXOS

ANEXO I ó Organograma de 1980

ANEXO II ó Organograma de 1981

ANEXO III ó Organograma a ser implantado (1981)

ANEXO IV ó Organograma de 1982

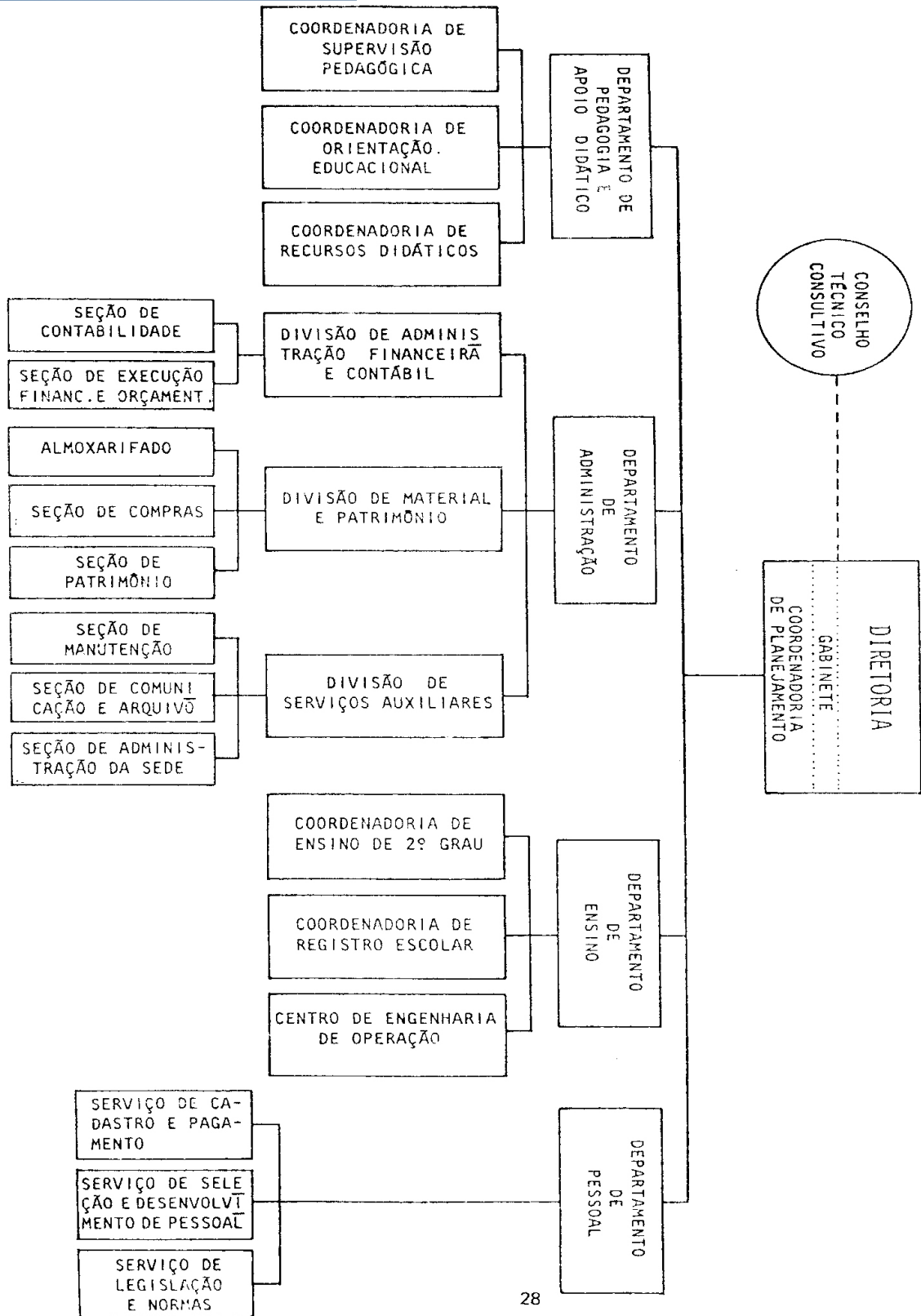
ANEXO V ó Organograma de 1994



PDF
Complete

*Your complimentary
use period has ended.
Thank you for using
PDF Complete.*

[Click Here to upgrade to
Unlimited Pages and Expanded Features](#)

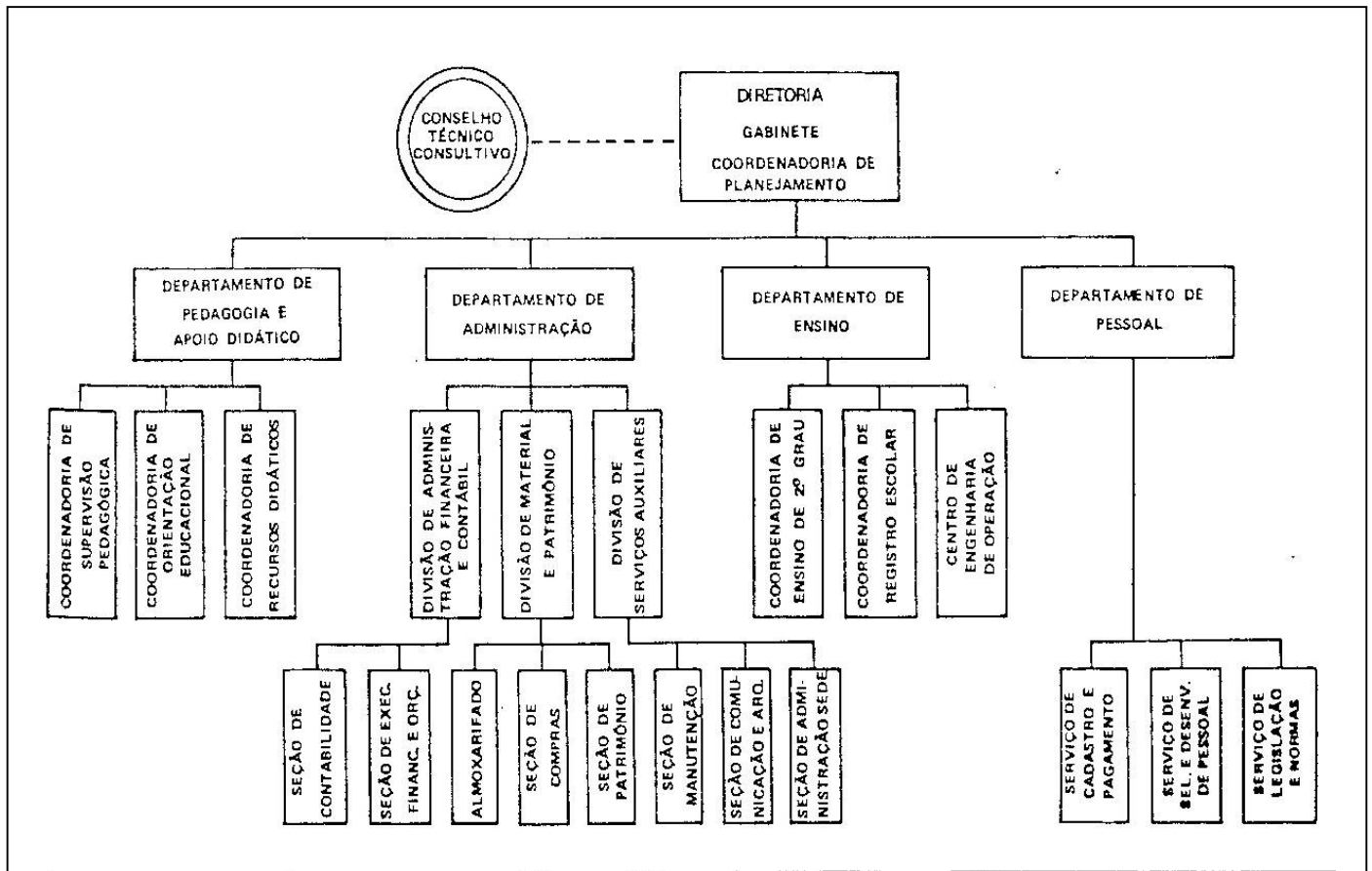




PDF
Complete

*Your complimentary
use period has ended.
Thank you for using
PDF Complete.*

[Click Here to upgrade to
Unlimited Pages and Expanded Features](#)



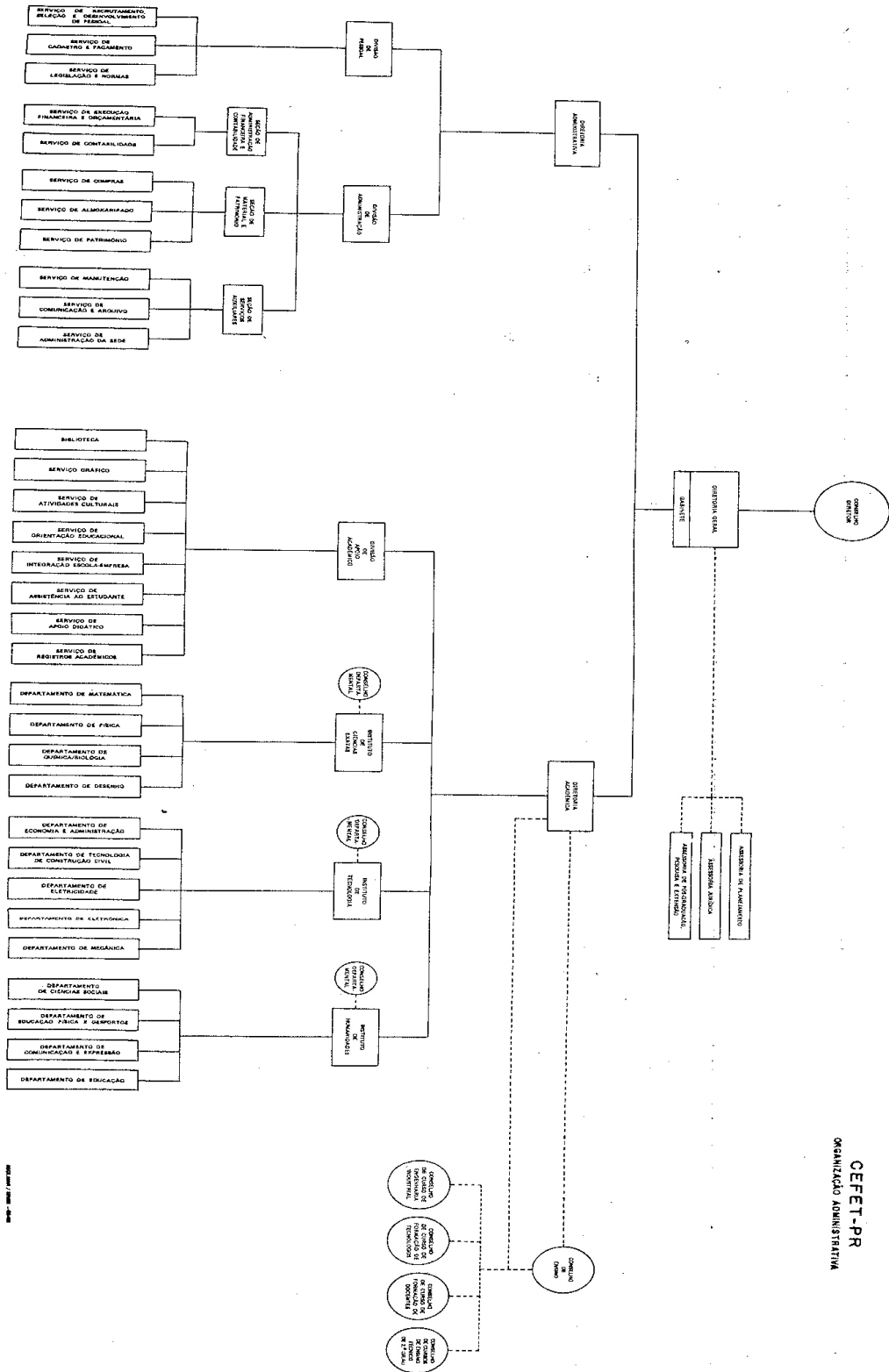


PDF
Complete

*Your complimentary
use period has ended.
Thank you for using
PDF Complete.*

[Click Here to upgrade to
Unlimited Pages and Expanded Features](#)

Click Here to upgrade to Unlimited Pages and Expanded Features



CEFET-PR
ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA



PDF
Complete

*Your complimentary
use period has ended.
Thank you for using
PDF Complete.*

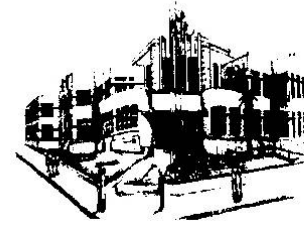
[Click Here to upgrade to
Unlimited Pages and Expanded Features](#)



PDF
Complete

*Your complimentary
use period has ended.
Thank you for using
PDF Complete.*

[Click Here to upgrade to
Unlimited Pages and Expanded Features](#)



ORGANOGRAMA ADMINISTRATIVO BÁSICO

